**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

EDUARDO CASTRO

**O significado do trabalho na constituição da
territorialidade dos assentados da Fazenda
Ipanema, Iperó-SP**

**São Paulo
2007**

EDUARDO CASTRO

**O significado do trabalho na constituição da
territorialidade dos assentados da Fazenda
Ipanema, Iperó-SP**

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques

**São Paulo
2007**

Eduardo Castro

**O significado do trabalho na constituição da territorialidade dos
assentados da Fazenda Ipanema, Iperó-SP**

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Humana

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.

A todas as famílias assentadas na Fazenda Ipanema, que sempre me acolheram de maneira muito afetuosa em suas casas, dividindo comigo seus saberes, alegrias e angústias.

À minha mãe Ana e minha avó Júlia que, mesmo sem terem a exata noção do que significa realizar uma pesquisa de pós-graduação, sempre me apoiaram e forneceram muitas das condições para que esse trabalho se realizasse.

Ao Professor Antônio Rocha, primeiro mestre, por ter me apresentado à Geografia.

Aos inestimáveis amigos Mauro e Melissa, que me acompanharam em alguns trabalhos de campo e me ajudaram a pensar sobre algumas questões de nossa pesquisa.

A todos os colegas do Laboratório de Geografia Agrária por todo o incentivo que me forneceram e pela sempre fecunda troca de idéias proporcionada por esse lugar de pesquisa, encontros e trabalho.

Aos companheiros do grupo de estudos Campo em Movimento, pelas fundamentais discussões sobre o campesinato brasileiro e a dinâmica da sociedade capitalista. Lúcia, Erick, Antônio, Vilma, Yamila, Luis Almeida, Luis Fernando, Andrei, Carina, Rusvênia, Josoaldo, Aldiva, Paula, Teresa e Andréa, muito obrigado, principalmente, pela grande amizade.

Aos amigos da Noyaz Corp., Carlos, David, Paulo e Sérgio por compartilharem comigo alguns dos momentos mais divertidos e sinceros de minha vida.

Ao professor Júlio César Suzuki e aos seus alunos pela aplicação de questionário entre as famílias do Assentamento Ipanema, que forneceram importantes elementos para a nossa análise.

A Douglas Mansur, pela gentil cessão de algumas fotos que ilustram este trabalho.

A Carina, um agradecimento mais do que especial, por esse ano de companheirismo, tolerância e pela inestimável ajuda na tabulação dos dados, confecção de gráficos, fotos, revisão final de texto etc. Não há palavras para expressar minha gratidão.

Ao CNPq pela concessão da bolsa de mestrado.

À Professora Marta, pela competência, seriedade, por me ensinar o que é fazer pesquisa e pela grande paciência que vem tendo comigo ao longo desses 5 anos em que trabalhamos juntos.

Ao meu filho Pedro, ainda alheio aos males do mundo, sua chegada motivou ainda mais minha caminhada e me dá forças para ser uma pessoa melhor.

Resumo

CASTRO, Eduardo. **O significado do trabalho na constituição da territorialidade dos assentados da Fazenda Ipanema, Iperó-SP**. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

O objetivo deste trabalho é analisar como se realizam os processos de espacialização e de territorialização das famílias assentadas na Fazenda Ipanema, localizada no município de Iperó-SP. Para alcançar tal objetivo, elegemos o trabalho como categoria central de nosso estudo. Trata-se de uma categoria fundamental na análise marxista e que está intimamente ligada com a vida, em sentido amplo, para as populações camponesas. A partir da descrição e análise das formas diversas de trabalho encontradas entre as famílias assentadas, realizadas seja no campo ou na cidade, avançamos no entendimento de como o espaço do lote e do assentamento é apropriado e construído pelos assentados, constituindo um território camponês em construção. A partir da luta pela terra e por manter-se nesta, trabalhando e vivendo com suas famílias, culminando no processo de territorialização, esse sujeito histórico, social e político se constitui como classe no contexto da formação social brasileira. Faz-se classe na medida em que se identifica com uma luta mais ampla, pela reforma agrária e por condições de vida e de trabalho dignas no meio rural. O caso estudado se insere no contexto da discussão sobre a reforma agrária e do papel do campesinato na sociedade moderna, bem como de sua luta pelo reconhecimento do Estado, via políticas públicas, da sua importância em nossa sociedade.

Palavras-chave: camponês, reforma agrária, território, assentamento rural e geografia.

Abstract

CASTRO, Eduardo. **The significance of labor in the constitution of territoriality of settlers from the Ipanema Farm, Iperó-SP**. 2007. 150 f. Assignment (Mastership in Human Geography) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

The purpose of the present study is to examine how to carry out the process of spatialization and territorialisation of families settled in the Ipanema Farm, located in the city of Iperó, in São Paulo State. In order to achieve its objective, we chose labor as central category of our study. It is fundamental in the Marxist analysis and it is closely linked with life, in the broad sense, for the peasant populations. From the description and analysis of various forms of labor found among the settled families, held either in the field or in the city, we go further in the comprehension of how the area of both the lot and the settlement are appropriate and built by the settlers, are a peasant territory under construction. From the struggle for land and for keeping on that, working and living with their families, culminating in the process of territorialisation, this historical, social and political subject constitutes himself as a class in the context of Brazilian social constitution. It is class in that it identifies with a broader struggle for the land reform and worthy conditions of life and work in rural areas. The case studied is linked to the discussion on land reform and the role of peasantry in modern society as well as its struggle for recognition by the State, through public policies, of its importance in our society.

Keywords: peasant, land reform, territory, rural settlement, geography.

Lista de Ilustrações

Mapa 1: Localização dos municípios de Sorocaba e Iperó.....	11
Mapa 2: Localização do Assentamento Ipanema.....	12
Foto 1: Morro de Araçoiaba.....	20
Foto 2: Fornos da Real Fábrica de Ferro.....	20
Imagem 1: Localização do Assentamento Ipanema em relação às principais rodovias da região e às cidades de Iperó e Sorocaba.....	23
Foto 3: Crianças sendo banhadas no acampamento.....	35
Foto 4: Homens, mulheres e crianças no acampamento da Fazenda Ipanema.	36
Imagem 2: Entorno Imediato do Assentamento Ipanema.....	42
Foto 5: Realização de Assembléia Geral no acampamento.....	44
Foto 6: Plantação de vagem do Sr. Jânio.....	53
Foto 7: Plantação de goiaba do Sr. Jânio.....	53
Foto 8: Sr. Alaor e sua plantação de milho.....	56
Foto 9: Plantação de goiaba do Sr. Alaor.....	56
Foto 10: Estufa do Sr. Maluf.....	62
Foto 11: Tomates plantados na estufa do Sr. Maluf.....	62
Foto 12: Um “pedaço” da grande horta do Sr. Otacílio.....	63
Foto 13: Sr. Otacílio em meio à plantação de vagem.....	63
Foto 14: Plantação de goiaba do Sr. Donizete.....	75
Foto 15: Plantação de goiaba do Sr. Luis Carlos.....	75
Foto 16: Bananal agroecológico do Sr. Ligeirinho.....	76
Foto 17: Plantação de ponkan do Sr. Sergião.....	83
Foto 18: Casa do Sr. Alaor.....	94
Foto 19: Casa do Sr. Luis Carlos.....	94
Foto 20: Pés de Cana caiana do Sr. Paulo Bernardo.....	95
Foto 21: Festa dos 14 anos da ocupação da Fazenda Ipanema.....	100

Sumário

Introdução	10
1. Os sujeitos e a Reforma Agrária na Fazenda Ipanema: trajetórias e lutas pela conquista da terra e de um trabalho digno	19
2. A organização do trabalho da família dentro e fora da terra.....	47
3. Espaços construídos a partir do trabalho e da produção: em questão o processo de territorialização	87
3.1. Campesinato em movimento: a constituição da classe social na luta, no trabalho e no território.....	110
Considerações Finais.....	119
Bibliografia.....	129
Anexos	134

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de territorialização dos trabalhadores rurais residentes no Assentamento Ipanema, Iperó-SP, a partir do estudo das formas de trabalho por eles desenvolvidas, seja no assentamento e em outras áreas da zona rural, seja em cidades próximas, como Sorocaba, distante 10 km do assentamento, bem como das formas de espacialização daí decorrentes e o seu significado para a reprodução social destes trabalhadores (ver mapas 1 e 2).

O Assentamento Ipanema foi criado em dezembro de 1995, sendo dividido em 151 lotes que tem tamanhos que variam de 8 a 20 hectares, dependendo do tipo de solo e da quantidade de Áreas de Preservação Permanente que existe em cada um deles. As principais produções destas famílias são de olerícolas, hortaliças diversas, milho, mandioca, banana e goiaba.

Este assentamento faz parte do imóvel denominado Fazenda Ipanema, que se localiza a 23°25'34" de Latitude Sul e a 47°55'43" de Longitude Oeste, com altitudes compreendidas entre 500 e 1000 metros acima do nível do mar.

O imóvel ocupa 6.780 hectares. Destes, 5.179,93 hectares fazem parte da Floresta Nacional de Ipanema. Do restante, o Projeto Aramar¹, do Ministério da Marinha, ocupa 879 hectares e o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária possuía 721,07 hectares, referentes a um campo de aviação e suas imediações. O Projeto de Assentamento Ipanema foi constituído com uma área total de 1.712 hectares, dos

¹ O projeto Aramar faz parte do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP). Esta divisão militar trabalha com pesquisa e desenvolvimento de sistemas nucleares e energéticos para propulsão naval, criado em 17/10/1986. Fonte: Marinha do Brasil, disponível em <www.mar.mil.br>, acesso em 25/10/2007.

Mapa 1
Localização dos municípios de
Sorocaba e Iperó

Mapa 2

Localização do Assentamento Ipanema

quais, 1.210 hectares estão dentro da Floresta Nacional de Ipanema (cedida pelo IBAMA) e o restante (502 ha) foi cedido pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Ministério da Agricultura continua com 219,07 ha, referentes ao campo de aviação, que não está em funcionamento².

Nosso contato com a área do Assentamento Ipanema se deu a partir da pesquisa realizada para o Trabalho de Graduação Individual (TGI), apresentado neste Departamento em fevereiro de 2004 (CASTRO, 2004). Neste trabalho, realizamos um estudo inspirado na abordagem de clássicos de uma Geografia Agrária que vem sendo chamada de “tradicional”: a análise de sistemas agrícolas. Mas, mesmo pesquisando um tema bem específico, que se referia às formas como as famílias organizavam sua produção, várias questões foram surgindo ao longo da realização da pesquisa para o TGI e suscitaram o interesse em continuar estudando o assentamento para melhor compreender a realidade das famílias aí assentadas.

Na ocasião, observamos que a proximidade do Assentamento Ipanema em relação à cidade de Sorocaba propiciava às famílias assentadas uma série de situações, oportunidades e conseqüências. Assim, surgiu o interesse em estudarmos a influência exercida por essa grande cidade e sua proximidade sobre a forma de espacialização e territorialização dos assentados da Fazenda Ipanema.

O processo de territorialização de famílias assentadas em assentamentos rurais no Brasil tem sido estudado por muitos geógrafos, como Marques, Bombardi, Simonetti etc., fornecendo um importante arcabouço teórico para a compreensão desta

² Informações obtidas através do Projeto técnico para implantação do Assentamento Ipanema, realizado pelo ITESP.

realidade. Porém, as relações estabelecidas entre os assentados e as cidades próximas nem sempre têm sido analisadas mais detidamente.

O tema da territorialização de trabalhadores rurais assentados próximos de centros urbanos se insere na discussão sobre a dinâmica das relações entre o campo e a cidade no Brasil, que tem passado por intensas transformações nos últimos 50 anos. Estudar as maneiras através das quais as famílias assentadas garantem as condições materiais de sua existência na condição de moradores do meio rural e trabalhadores, tanto no campo como, em alguns casos, na cidade, é dar subsídios para a compreensão de uma realidade complexa e repleta de ambigüidades. A Geografia e os geógrafos preocupam-se com questões que dizem respeito ao espaço e à territorialidade enquanto componentes que não podem ser dissociadas da condição humana.

A começar pelo simples fato de que o próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, sua espacialização ou, num sentido mais restrito, sua territorialização. Sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial”. (HAESBAERT, 2004, p. 20)

A análise de como as famílias se relacionam com essas formas espaciais (o campo e a cidade), espacializando-se de maneiras diferenciadas pode lançar luz ao debate sobre o tema da territorialização e, dentro da Geografia Agrária, contribuir para a compreensão de quem são os sujeitos sociais que estão sendo assentados via luta dos movimentos sociais no Brasil e como eles vivem.

As principais categorias de análise adotadas serão: *trabalho, território, espaço e reprodução material e social*. A reprodução social é um processo social que implica a

recriação das condições de existência em um sentido geral, não apenas material, incluindo assim aspectos sociais, culturais, políticos etc., permitindo ao grupo em questão realizar seu modo de vida, as relações com os demais integrantes daquele grupo e as práticas próprias deste. A reprodução material é um momento do processo de reprodução social e constitui-se no processo que implica a criação e recriação das condições materiais de existência de um determinado grupo social, condições estas que no caso específico das famílias estudadas são obtidas através do trabalho em seu lote e de (em alguns casos) fontes de renda externa.

Na tradição marxista, o trabalho tem um papel central para explicar as sociedades humanas. Marx e Engels (1984, p. 39) afirmam que o trabalho (enquanto meio que permite ao Homem satisfazer suas necessidades) constitui-se no primeiro fato histórico e condição fundamental de toda a História. Ou seja, é a partir do momento em que o Homem passa a pensar sobre as atividades que executa para satisfazer suas necessidades biológicas que este se diferencia dos outros animais e, portanto, passa a criar sua própria história.

A grande característica do capitalismo, o que o diferencia dos modos de produção que o antecederam é a organização diferenciada do processo de trabalho, baseada na alienação e na extração da mais-valia. Segundo Marx (1983, p. 151), “não é o que se faz, mas como, com que meios se faz, o que distingue as épocas econômicas”.

Por outro lado, quando analisamos o trabalho de assentados de um projeto de assentamento rural, não estamos falando de qualquer trabalho. O trabalho do lavrador na terra é qualitativamente diferente daquele que o operário realiza em uma fábrica. Diferente, de um lado porque o produtor apropria-se diretamente do fruto do

seu trabalho, seja consumindo-o juntamente com a sua família, seja vendendo-o no mercado; de outro porque o produtor tem *autonomia* no processo de trabalho, não sendo subordinado ou empregado de outrem. Não é um trabalho alienado, como o é o trabalho do proletário. Oliveira (1999) afirma que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, ao mesmo tempo em que reproduz relações de produção capitalistas (trabalho assalariado do bóia-fria, por exemplo), produz, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção pela presença e aumento do trabalho familiar no campo.

Essa noção de autonomia é extremamente relevante quando estamos nos referindo aos trabalhadores da Fazenda Ipanema. Vários são os depoimentos em que transparece a sua importância, principalmente quando questionados sobre a diferença entre o trabalho urbano e o trabalho na própria terra, conforme demonstraremos mais adiante.

Segundo Martins, o trabalhador assalariado, o proletário,

não se vê como é mas como parece ser, como igual e livre; não como se o capital dependesse dele, do seu trabalho, mas como se ele dependesse do capital. Ele se torna estranho diante de sua própria obra, do seu trabalho. Por isso, além de alienar, de entregar, o seu trabalho, ele também se aliena, se entrega. É isso que se quer dizer quando se fala em alienação do trabalhador na sociedade capitalista. Ele não aparece como criador da riqueza, do capital, mas como criatura desse mesmo capital. As suas relações sociais e o mundo em que vive lhe aparecem invertidos, completamente de cabeça para baixo, completamente mascarados. O homem não aparece aí como pessoa, senão no limitado sentido de que é ele mesmo um produto humano da troca. (MARTINS, 1995, p. 156-157, grifo nosso)

A escolha dessa categoria (trabalho), portanto, se deve à centralidade que ela apresenta no processo de reprodução material e social de uma maneira geral, sendo uma categoria central na análise marxista, e que também se constitui em uma categoria fundante da ética e da moral camponesa (Woortmann, 1990).

A partir do tema proposto e do objetivo definido decidimos pela realização de um *estudo de caso* no Assentamento Ipanema, localizado no município de Iperó-SP. Este tipo de estudo, situa-se dentro de uma tradição de pesquisas da Geografia Agrária brasileira:

Esta abordagem se filia a uma tradição, bastante representativa entre aqueles que se ocupam da temática da geografia agrária, que concebe o espaço e/ou o território como produtos sociais e prioriza a análise dos processos sociais dos quais estes se originam, combinando de forma diferenciada a influência marxista com aportes da geografia regional francesa, que procura compreender os processos que determinam a formação de uma dada configuração espacial ou paisagem. (MARQUES, 2000, p. 5)

É, portanto, a partir dessa abordagem que esse trabalho é pensado e elaborado. Iniciaremos, no capítulo 1, com a apresentação das histórias e trajetórias das famílias assentadas para analisar quem são os sujeitos sociais e históricos do Assentamento Ipanema, revelando assim quais são seus projetos nesta terra conquistada.

Em seguida, no capítulo 2, identificaremos as diferentes modalidades de trabalho realizadas pelas famílias assentadas e analisaremos qual o significado que estas possuem para sua reprodução material e social.

No capítulo 3, os processos de espacialização e territorialização construídos a partir dos trabalhos realizados serão o foco de nossa análise, para que possamos compreender qual o sentido da conquista da terra e, de forma mais ampla, o sentido da reforma agrária no Brasil.

1. Os sujeitos e a Reforma Agrária na Fazenda Ipanema: trajetórias e lutas pela conquista da terra e de um trabalho digno

A articulação para a ocupação da Fazenda Ipanema iniciou-se no princípio de 1992, quando militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), juntamente com algumas paróquias da Igreja Católica e sindicatos rurais começaram a organizar reuniões com famílias das periferias urbanas de treze municípios³, a maioria próximas da área a ser ocupada. Como normalmente ocorre nas ações de ocupação organizadas pelo MST e outros movimentos sociais de luta pela terra, até às vésperas da ocupação somente a liderança do movimento sabia onde esta ocorreria.

A área da fazenda faz parte da história da região, tendo sido alvo de interesses da coroa portuguesa desde o final do século XVI, devido à existência de minério de ferro no Morro de Araçoiaba (foto 1), que fica na área. Mais recentemente, lá funcionava o Centro Nacional de Engenharia Agrícola (CENEA), que realizava pesquisas de melhoramento genético de sementes, bem como um campo de aviação pertencente ao Ministério da Agricultura (MA), que servia para treinamento de pilotos agrícolas. Toda a extensão da Fazenda Ipanema pertencia à União, quando da ocupação desta.

³ Segundo relatos dos assentados, essas cidades foram as seguintes: Tambaú, Leme, Araras, Piracicaba, Santa Bárbara D'Oeste, Sorocaba, Porto Feliz, Indaiatuba, Hortolândia, Iperó, Campinas, Sumaré e Nova Odessa.

Em 1990, o governo federal extinguiu o CENEA e deixou de utilizar o campo de aviação, abandonando a Fazenda Ipanema, bem como todas as máquinas e implementos agrícolas que lá existiam. Também todo o patrimônio histórico e cultural (foto 2) acumulado desde o século XVI foi “deixado às traças”⁴.

Foto 1: Morro de Araçoiaba, que em tupi significa o esconderijo do sol.
Foto: Eduardo Castro, set./2003.

Foto 2: Fornos da Real Fábrica de Ferro de Ipanema.
Foto: Eduardo Castro, jul./2007.

O Governo Federal havia prometido que a Fazenda Ipanema seria destinada à reforma agrária, com a instalação de um assentamento rural. Passados dois anos do fim das atividades do CENEA e do MA, o MST decidiu realizar uma ocupação para pressionar a realização do assentamento prometido.

Na noite do dia 15 de maio de 1992, aproximadamente 700 famílias (em torno de 3.000 pessoas) ocuparam a área. Esta foi, na época, a maior ocupação já realizada no Estado de São Paulo pelo MST e uma das maiores do país até então. Esta ocupação teve grande repercussão na mídia devido a alguns motivos: além do

⁴ No século XIX, foi construída pelo governo imperial de D. João VI, a Real Fábrica de Ferro de Ipanema, responsável pela maior parte da produção siderúrgica brasileira daquela época, inclusive pela fabricação de armas utilizadas na Guerra do Paraguai. Esta atividade foi extinta no final do século XIX, dando lugar a uma exploração de fosfato para fabricação de adubo. Em meados do século XX, essa atividade mineradora também foi abandonada e o CENEA foi criado. (SALAZAR, 1998; SANTOS, 1999; SILVA, 1995)

número de pessoas, a área ocupada localiza-se muito próxima ao município e à cidade de Sorocaba. Com aproximadamente 600 mil habitantes (IBGE, 2007), Sorocaba é um pólo regional, destacando-se pela importância de suas indústrias e comércio. Apesar da área ocupada localizar-se em Iperó, a mancha urbana de Sorocaba fica a aproximadamente 10 km da Fazenda, mais próxima, inclusive, do que a de Iperó.

Importante observar, além da proximidade aos centros urbanos dos municípios de Sorocaba e Iperó, a proximidade em relação a duas importantes rodovias do estado de São Paulo, que ligam a capital ao interior deste (Imagem 1): a SP-280 (Rodovia Castelo Branco) e SP-270 (Rodovia Raposo Tavares). Essa proximidade é algo que poderia facilitar o futuro escoamento da produção para outras cidades próximas e até para a capital do estado.

Uma ocupação de terras realizada tão próxima de uma cidade importante como Sorocaba, não era, à época, fato comum, tendo então despertado, além da mídia, a atenção do governo federal, especificamente. Tanto é que cinco dias após a ocupação, em 20 de maio de 1992, o presidente Fernando Collor, através do decreto número 530 (vide Anexo A), transformou a área em Floresta Nacional, passando esta a ficar sob administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). As lideranças dos, hoje, assentados entendem que este fato se deve a dois motivos: o então presidente queria aplicar um golpe no movimento devido à importância da ocupação e, ao mesmo tempo, se promover pessoalmente perante a comunidade internacional, sobretudo frente aos movimentos ambientalistas já que, nessa época, estava para se iniciar a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (mais conhecida

como Rio 92)⁵. Esta conferência, realizada na cidade do Rio de Janeiro entre 3 e 14 de junho de 1992 teve como objetivo a discussão das questões socioambientais do planeta e formular propostas para o “desenvolvimento sustentável”, via o que ficou conhecida como Agenda 21.

Neste contexto, esta ocupação ganhou extrema importância, pois passou a se relacionar com a discussão sobre as Unidades de Conservação em implantação no Brasil e o tipo de exploração que poderia ser desenvolvido nas mesmas. Pelas características das modalidades de exploração permitidas em uma Unidade de Conservação do tipo Floresta Nacional, um assentamento rural não seria desejável a princípio (vide Anexo B). Este é um dos motivos que fez com que a luta pela constituição deste assentamento tenha sido longa (quase quatro anos) e tenham sido necessárias negociações bem complexas com o IBAMA e o governo federal de uma forma geral.

Aliado a esse fator, o fato de a maioria das famílias participantes da ocupação estarem morando no meio urbano antes desta ocorrer, aumentava a pressão da mídia e de outros setores conservadores da sociedade (inclusive do Estado) para que houvesse a reintegração de posse da área e não ocorresse a implementação de um assentamento rural na Fazenda Ipanema.

⁵ A Rio-92 constitui-se num marco histórico nas discussões sobre a necessidade de implementação de um modelo de desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável em escala planetária. Este debate repercutiu profundamente no Brasil, país hospedeiro da Conferência, inaugurando uma nova mentalidade e selando um compromisso nacional em favor do meio ambiente no cenário do processo de desenvolvimento que, periodicamente, precisa ser revisitado. A conferência mobilizou um número sem precedentes de 179 chefes de Estado e de Governo e se fez acompanhar de uma inédita participação da sociedade civil através do Fórum das ONGs, cujo objetivo, naquele momento, era extrair claros compromissos políticos das grandes lideranças mundiais sobre temas de importância maior para o futuro do planeta. (CAMARGO; CAPOBIANCO; OLIVEIRA, 2002, p. 17)

Imagem 1 - Localização do Assentamento Ipanema em relação às principais rodovias da região e às cidades de Iperó e Sorocaba.

Fonte: Google Earth
Org.: BERNINI, Carina; CASTRO, Eduardo. 2007.

Como dissemos, a articulação dos agentes que organizaram a ocupação se deu nas zonas urbanas periféricas de cidades próximas. Faz-se então necessário examinar mais detalhadamente quem são os sujeitos sociais, as famílias, que participaram dessa ocupação.

Sr. Sergião: A maioria do pessoal era assim gente que tinha laços... o pessoal, o público, quem era o pessoal, assim o perfil do pessoal que ocupou aqui: era pessoal que tava... era metalúrgico desempregado, era pedreiro desempregado da construção civil, era... ih, vários tipos... era funileiro... o que você imaginar de gente da sociedade que estava excluído, desempregado e que tinha laços com a agricultura, sabe? Que quando era rapaz novo, eu mesmo era rapaz novo quando saí da roça e queria voltar pra roça. [...] Nem todo mundo era agricultor, que tava lá trabalhando na roça em algum outro lugar e saiu de lá pra vir pra cá, não. Alguns eram, mas muito pouco. A maioria era pedreiro, carpinteiro, trabalhava em metalúrgica, tava desempregado... Tinha laços de roça, era paranaense, era mineiro, era não sei da onde, era do interior de São Paulo que veio para a cidade, tava trabalhando lá e que ficou desempregado, tava morando na cidade e queria voltar pra... Tinha gente aqui empregado lá de Campinas da Dako, de um monte de empresa lá, da Singer, isso que eu falo de Campinas. Em Tambaú, tinha um monte de gente que era empregado de olaria lá, fazer tijolo, né, Tambaú é forte nisso, e assim por diante. Esse era o perfil do pessoal. (assentado, entrevista concedida em maio de 2006).

Sr. Edson: O pessoal nosso, principalmente o nosso assentamento é um povo que não veio exatamente da agricultura. É um povo que teve uma passagem pela agricultura, se obrigou a ir para a cidade, depois na cidade ele viu que aquilo lá não resolvia o problema, aí ele se obrigou a voltar pra cá. Então é esse povo que nós temos mais ou menos aqui, né? Então não é a maioria, por exemplo, você vai no Pontal, em algum lugar lá, tudo agricultor que foi pego da região, tudo do corte de cana. Não é o que aconteceu com nosso pessoal, você vai chegar em um aí, o que você era? Era pedreiro. Você? Era

mecânico, o outro era não sei o quê, cada um tinha uma profissão... motorista, né. Então, é o pessoal que saiu do êxodo rural, foram pra cidade e depois agora se obrigou agora ao êxodo urbano. (assentado, entrevista concedida em maio de 2006)

Esses trechos de entrevistas com assentados mostram qual era o perfil das famílias acampadas na Fazenda Ipanema: pessoas que tinham um passado no meio rural (seja diretamente, ou a geração imediatamente anterior), tiveram uma passagem pela cidade e retornaram ao campo, via movimento social, via luta pela conquista da terra.

Sobre o perfil do “público” beneficiário do programa de reforma agrária no Brasil, José de Souza Martins diz que:

Ao contrário do pressuposto difundido, não há uma categoria unificadora que possa abranger todos numa uniformidade de situação de origem, como a de “excluído” ou a de “pobre” ou, mesmo a de “sem-terra”. A diversidade de origens dos assentados sugere que a massa de clientes da reforma agrária é constituída pelos resíduos de várias categorias sociais que se desagregaram em consequência de transformações econômicas, sobretudo na agricultura, nos últimos 50 anos: colonos de café, pequenos arrendatários de formação de fazendas em várias regiões, como o Paraná, o Oeste de São Paulo e Goiás, moradores de fazendas de cana-de-açúcar do Nordeste, pequenos agricultores e proprietários do Sul do país, pequenos posseiros da Amazônia, não raro abandonados pela decadência da economia extrativista. Vários passaram por categorias de transição, como a de “bóia-fria”, em São Paulo e no Paraná, ou “clandestino”, em Pernambuco ou na Paraíba. São os sobreviventes de um passado histórico que não conseguiram requalificação e reinserção em outras atividades econômicas após a extinção de suas ocupações originais ou após a precarização das velhas relações de trabalho. A isso se agrega o recrutamento de populações “lúmpen” nas cidades, muitas das quais tiveram origem e

experiências rurais, mas que se perderam nos espaços degradados das cidades e nas funções econômicas subalternas da urbanização patológica. (MARTINS, 2003, p. 34-35 – grifo nosso)

Primeiramente gostaríamos de manifestar o nosso estranhamento em relação ao uso da expressão “urbanização patológica” por um intelectual cuja obra é marcada em importantes momentos por uma relação fecunda com o método histórico dialético. Não há como ignorar a carga funcionalista e não dialética contida nessa expressão, que toma as condições de degradação extrema a que pode chegar parte da população urbana em nossa sociedade como “sintoma” de um mal que acomete nossa urbanização e que sugere a existência de uma urbanização “saudável” em algum outro lugar.

Martins destaca a grande heterogeneidade de origens e de trajetórias dos sujeitos da reforma agrária no Brasil e conclui que, portanto, não há como enquadrá-los em uma única categoria. Apesar de concordarmos com Martins que há diversidade de origens, diferentemente dele, observamos que há muito de comum em suas trajetórias: espoliação, desenraizamento, migração, trabalho assalariado urbano (normalmente precário) e retorno a terra. Analisar quais são os motivos que fizeram com que essas famílias entrassem na luta pela terra, após terem tido diferentes inserções no meio urbano, é fundamental na compreensão de quem são esses sujeitos.

Antes dessa análise, porém, vamos voltar um pouco mais e abordar as origens desses assentados. A maioria deles é proveniente dos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais (gráfico 1), sobretudo das áreas que passaram pelo auge da economia cafeeira, empregando grande número de trabalhadores (em relações de colonato e parceria, principalmente) e que, após a decadência definitiva da lavoura

cafeeira, sofreram o processo de expropriação. Para melhor ilustrar os aspectos comuns nas trajetórias desses sujeitos sociais, vamos relatar algumas das histórias dessas famílias assentadas.

Gráfico 1 – Estados de origem dos assentados.
 Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
 Org.: BERNINI, Carina; CASTRO, Eduardo. 2007.

O Sr. José Agenor (mais conhecido como Ligeirinho) nasceu em Mombuca-SP, onde permaneceu até os 23 anos de idade trabalhando no sítio de seu pai (tocando roça para autoconsumo familiar) e em lavouras de cana-de-açúcar como bóia-fria. Devido a problemas para conseguirem manter a sobrevivência da família com o trabalho no sítio, este foi vendido e eles foram para Santa Bárbara D'Oeste-SP, onde o Sr. Ligeirinho exerceu diversas atividades urbanas em empresas metalúrgicas, e, principalmente na construção civil, em bicos, trabalhando por conta própria. Casou-se nesta cidade e a família de sua esposa, Dona Otávia, também saiu do meio rural para trabalhar em Santa Bárbara.

O Sr. Valdemar (mais conhecido como Maluf) é natural de Barbosa Ferraz-PR e seus pais trabalharam como parceiros em lavouras de café. Após a forte geada do

final da década de 1970, quando as lavouras de café da região foram sendo definitivamente substituídas por grãos, a família migrou para Curitiba. Na época, o Sr. Maluf tinha 13 anos. Trabalhou como office-boy e em gráfica na capital do Paraná. Em seguida foi trabalhar como peão de trecho⁶ no interior do Paraná e de Santa Catarina. Em 1983 foi para Indaiatuba-SP, onde trabalhou na construção da ferrovia Campinas – Sorocaba. Retornou para Curitiba um tempo e voltou em 1986 para Indaiatuba, trabalhou em tinturaria, indústria metalúrgica e foi trabalhar como pedreiro. Ficou trabalhando “por conta” até decidir participar da ocupação. Conheceu sua esposa, que também era acampada, durante a ocupação. Esta é natural de Alto Alegre-SP.

O Sr. Alaor é natural de Águas da Prata-SP, mas foi ainda criança com a família para Cornélio Procopio, no norte do Paraná, onde seus pais foram tocar lavouras de café como parceiros e colonos, passando por diversos municípios dessa região. Já adulto, o Sr. Alaor também trabalhou em lavouras de café como parceiro e colono, onde conheceu e casou-se com sua esposa, que também era de família de parceiros da região. Após a geada no final dos anos 70, migrou para Tambaú-SP, onde trabalhou em olarias até a ocupação de Ipanema.

O Sr. Otacílio é de Capelinha-MG, onde a família tinha um sítio próprio com produção para autoconsumo. Com o falecimento da mãe, “caiu no mundo”. Migrou para Conchal-SP onde foi trabalhar de bóia-fria no corte de cana-de-açúcar. Casou-se e foi, juntamente com a família da esposa, tocar lavouras de olerícolas como parceiro em Campinas. Seu sogro comprou um sítio em Rondônia e toda a família foi tentar a sorte na fronteira agrícola. Após dois anos, a família retornou para São

⁶ Peão de trecho é o trabalhador volante, aquele que vai de lugar em lugar, à procura do trabalho que tiver disponível.

Paulo, e ele foi trabalhar em garimpos de diamante próximo da fronteira com a Bolívia. Após 10 meses, veio para o estado de São Paulo, onde foi trabalhar de parceiro com a família da esposa próximo a Mogi-Guaçu. Um cunhado que morava próximo de Sorocaba convidou-o a participar da ocupação, para a qual ele e sua família foram.

O Sr. Jânio é nascido em Cardoso-SP, e seus pais migraram para os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, sempre trabalhando como parceiros em lavoura branca (arroz e milho principalmente). No começo dos anos 80, a família foi para Americana e Santa Bárbara D'Oeste em São Paulo, onde passou a trabalhar em tecelagens e na construção civil. Sua esposa é natural de Santa Fé do Sul-SP, de família de sitiantes. Antes da ocupação, o Sr. Jânio estava desempregado e fazia bicos de pedreiro.

O Sr. Moacir é natural de Umuarama-PR e seus pais trabalhavam como parceiros em lavoura cafeeira. Foram para a cidade de Hortolândia-SP após a decadência do café no Paraná e passou a trabalhar de pedreiro e como bóia-fria na colheita de laranja e cana-de-açúcar.

O Sr. Luis Carlos nasceu em Açaí-PR, mas foi criado em Leme-SP. Sua família é de caminhoneiros, mas, contrariando a vontade de seu pai, abandonou a escola aos 11 anos e foi trabalhar em lavouras de cana-de-açúcar, laranja e algodão da região, principalmente como bóia-fria. Posteriormente passou a trabalhar em indústria de máquinas agrícolas até participar da ocupação.

O Sr. Donizete é natural de Paranavaí-PR. Trabalhou em lavouras de café, algodão, amendoim, entre outras nas regiões dos municípios de Nova Olímpia e Assis Chateaubriand, também no estado do Paraná, como parceiro. Em 1979 foi para

Campinas-SP, onde trabalhou em indústrias químicas e metalúrgicas, até que em 1991 ficou sabendo que o MST estava organizando famílias para participarem de uma ocupação de terras. Juntou-se a esse grupo e, deixando o trabalho que possuía, participou da ocupação da Fazenda Ipanema.

O Sr. Edson é de Monte Castelo-SP, onde seus pais trabalhavam no sítio do avô, como parceiros. Quando tinha 13 anos de idade, migraram para Santa Bárbara D'Oeste onde seu pai foi trabalhar em "serviços gerais" e sua mãe de costureira na mesma empresa do ramo de tecelagem. O bairro em que moravam foi formado por migrantes da mesma região de onde o Sr. Edson e sua família vieram. Casou-se em 1986, sendo a família de sua esposa da mesma região que a sua e também de origem rural. Trabalhou de servente de pedreiro, bóia-fria e como mecânico de manutenção de máquinas industriais (fez curso no SENAI de mecânica). Ficava desempregado com frequência e, por intermédio da igreja católica, ficou sabendo e decidiu participar da ocupação.

Essas poucas histórias nos permitem ter um panorama geral de quem são as famílias assentadas na Fazenda Ipanema. As histórias desses assentados possui um elemento muito significativo que reside na trajetória errante dos mesmos. Esses trabalhadores em suas falas demonstram que a busca pela terra, por serem assentados, é uma busca por um enraizamento, por um "porto seguro". Além disso, cada um individualmente possui passagens por várias situações e não pode ser identificado como representante ou resíduo de uma categoria social específica.

Nas cidades em que residiam, passaram pelas dificuldades comuns a muitos brasileiros que vivem em áreas periféricas e não conseguem uma inserção no mercado de trabalho que julguem ser satisfatória: constante desemprego,

ocupações em setores informais da economia (vivendo de bicos, principalmente), submetendo-se a trabalhos com pouca dignidade, sem uma relação direta com as outras esferas de suas vidas e possuindo um alto grau de exploração.

Esse quadro, como dissemos, é comum a grande parte da população brasileira, que vive em situações precárias nos centros urbanos, sobretudo nas grandes metrópoles nacionais. Entretanto, não são todas essas pessoas que se inserem em movimentos sociais de luta pela terra e buscam esse retorno (ou mesmo ida) ao meio rural. Obviamente, o engajamento em um movimento social vai depender de inúmeros fatores, como a possibilidade de ter contato próximo com algum militante que esteja fazendo trabalho de base, “recrutando” trabalhadores para participarem de ocupações, em igrejas, sindicatos etc. Mas, sobretudo, a disposição pessoal de participar de uma luta, que não é fácil nem rápida, é fator fundamental para que esse engajamento ocorra.

Para compreender como surge tal disposição, devem ser considerados três elementos que se combinam, a história (passado), as condições materiais e sociais do momento (presente) e o projeto que têm para si e para sua família (futuro).

À prática concebida enquanto relação entre o sujeito e a história a partir da noção de *habitus*, que enfatiza um aprendizado passado, é preciso agregar a mediação entre o sujeito e a história a partir da noção de projeto, que sublinha a especificidade da ação colocada no tempo futuro. Nesse projeto eu ousou destacar a dimensão “sonho”, diluída nas lembranças, na memória individual e grupal manifesta na luta por uma vida melhor (D'AQUINO, 1996, p. 5 – grifo do autor)

Os projetos que essas famílias possuem traduzem muito do que está contido em sua memória de como era o meio rural em que moravam e trabalhavam seus pais ou avós. A passagem pela cidade, pelo urbano, quase sempre em condições precárias

serve para reativar essa memória e resgatar um passado para negar a condição presente, a dureza, a disciplina, a insegurança e a precariedade do trabalho urbano. O campo, que está presente na memória desses assentados, muitas vezes é um campo idealizado, cheio de sentimentos que remetem à infância e à sensação de uma vida que outrora havia sido melhor.

Vamos apresentar alguns trechos de entrevistas com as famílias assentadas para mostrar as motivações que os levaram a participar da luta pela terra via engajamento em um movimento social e a realizarem a ocupação da Fazenda Ipanema.

Sr. Jânio: Porque que eu me enfiei aqui na Reforma Agrária? Problema do governo, que naquela época a gente fracassou, a gente quase morreu de fome.

Eduardo: E o senhor estava empregado na época?

Sr. Jânio: Na época desempregado, por isso que procurei a Reforma Agrária. Eu nem sabia o que era Reforma Agrária na minha época, nessa época de 92, 90, não sabia não.

Eduardo: E como foi que o senhor ficou sabendo da ocupação?

Sr. Jânio: Na comunidade, né, na igreja. . [...] Na cidade não tava dando pra viver. Pagar aluguel, as coisas muito cara naquela época tava, não dava pra pagar aluguel... A gente precisou vender a casa, não deu pra comprar em outro lugar, foi a pior besteira da gente e muita gente fez isso aí. A gente viemo com a ilusão, muita ilusão, mas graças a Deus a gente conseguimos aqui essa terra, nós não tem documento comprovado do governo, tem o contrato só, você já sabe disso. Mas pelo menos, o governo tá com o rabo preso com a gente. Se vim tirar um dia a gente daqui vai ter que pagar tudo, vai ter que pagar todas as benfeitoria da gente. Ou pega 100 homens aí que tiver coragem e faz uma revolução lá no Palácio dos Bandeirantes e pronto, 100 homens tendo coragem dá pra fazer uma revolução boa, não dá? (assentado, entrevista concedida em julho de 2007)

Sr. Edson: A hora que ele falou: a reforma agrária tem que ser na marra, porque na lei o governo não vai fazer... Aí eu falo pra você,

aquilo me deu um arrepio, assim, eu falei: é essa! Eu não vi mais nada na frente, falei é esse o caminho, na hora, sabe? [...] Meu sonho era voltar pro sítio. Eu não agüentava mais borra de maçarico e solda de máquina velha pra cabeça, sabe, aquele monte de coisa... um dia você vai dormir empregado e no outro não tá, aí você anda o dia inteiro desesperado procurando emprego, pra mim era um tormento. Então quando aconteceu isso, eu vou falar pra você, eu falo emocionado assim porque foi a coisa que aconteceu na minha vida, assim, que mudou totalmente... (assentado, entrevista concedida em maio de 2006)

Eduardo: Por que o senhor decidiu participar da ocupação:

Sr. Maluf: Pra tentar melhorar de vida, ter o cantinho da gente. Mas a gente não tinha experiência de como era isso aqui, né? A gente embarcou porque a gente queria ter um pedaço de terra, viver a vida da gente sossegado, parar de bater cartão, trabalhar pros outros e levar calote, né? É duro, ficou muito dinheiro lá pra trás, pra mim receber lá. Aí eu vim pra cá, vim sem nada mesmo só eu... e Deus. (assentado, entrevista concedida em julho de 2007)

Sr. Alaor: Eu sempre gostei de viver, viver livre. É a mesma coisa de você criar um passarinho dentro de uma gaiola e você pegar um passarinho brabo, lá na mata. O passarinho que você criar dentro da gaiola, o dia que você soltar ele, ele não vai saber viver lá na mata. Mas o passarinho que você pegar lá na mata e colocar dentro da gaiola, ele pode ficar ali, ele vai aprender a cantar gostoso conforme a necessidade, mas a hora que você soltar ele vai sair na maior alegria e vai embora. E a gente... eu fui criado na roça, na mata mesmo, não era nem roça, era mata! E depois, daí a um pouco você me vê dentro de uma cidade, trabalhando numa firma, picando cartão, cumprindo horário... Eu trabalhei 13 anos dentro dessa firma e eu nunca peguei um atestado da firma, nunca perdi um dia... nem quando a mulher ganhou os filhos, esses dias que eu tenho direito eu pegava. Quando eu me vi assim, com essa oportunidade, a gente sempre sonhou ter um pedacinho de terra assim pra mim trabalhar, que ninguém vai falar o que eu tinha que fazer, o que não tinha que fazer. (assentado, entrevista concedida em maio de 2006)

Percebemos, através destas falas quais foram as motivações para participar da luta pela terra. De um lado, o sonho de ter a terra própria, remontando a um passado de vida no meio rural, no trabalho agrícola, de vida mais livre, de não ter que “cumprir horário, picar cartão”. A noção de liberdade na esfera do trabalho é extremamente importante para os assentados e será tratada com mais detalhes no capítulo seguinte. Por outro lado, o trabalho agrícola e o meio rural aparecem em oposição aos trabalhos da cidade, tidos como aviltantes, precários e, principalmente, com alto grau de incerteza de ter emprego, manter a família, “não passar fome”. Isso é extremamente importante, voltamos a enfatizar, para entendermos a centralidade do trabalho para esses sujeitos sociais e seus projetos. Os trabalhos na cidade eram deveras onerosos para essas famílias, do ponto de vista de proporcionar um “desgosto”, uma sensação de exploração muito profunda, motivando o desejo de voltar a trabalhar na terra.

Num diálogo com BRESCIANI, que estuda os paradigmas do conhecimento e vivência nas cidades e sugere sete portas de entrada na vida urbana, associadas à idéia de modernidade, podemos pensar nas sete portas de saída da cidade. A autora sugere como portas de entrada, a questão da cidadania; a questão social ou da pobreza; a cidade como um espaço de formação de novas identidades sociais; lugar de formação de uma nova sensibilidade e construção de uma nova cultura, em contraste com a suposta vida rural idílica; a cidade como lugar de progresso, de história e de construção da cultura popular e da subjetividade, muitas vezes cindida. Para conhecer as sete portas de saída, os trabalhadores hoje assentados são os informantes ideais: a exclusão da cidadania, o desemprego e a pobreza associados, em muitos casos, à participação em movimentos sociais responsáveis pelo aparecimento de novos atores sociais, mais lúcidos e mais conscientes de seus direitos. Esses trabalhadores vêm na terra a alternativa de uma vida com fartura e a chance de restabelecer sua

dignidade, livrando-se da humilhação de receber “sacolinhas de cesta básica”. A luta pela terra é uma porta de saída das difíceis condições de vida na periferia urbana, não só para os militantes do MST, mas para todos aqueles que lutam por terra, vendo nela a oportunidade de resgate da cidadania. (D’AQUINO, 1996, p. 30-31)

Percebe-se que a autora trabalha com a idéia do campo e do estilo de vida que esse pode proporcionar em oposição ao que as famílias hoje assentadas tinham como experiência na cidade. A incerteza relacionada ao ato de ocupar uma terra, de terem de ficar acampados em barracos de lona preta, em condições extremamente precárias é sobrepujada pelo sonho de ter a própria terra, de não depender mais das incertezas da condição de assalariado, enfim, como muitos assentados expressam, de conquistar a sua liberdade (fotos 3 e 4).

As motivações presentes nas falas desses assentados referem-se, de muitas maneiras a um passado, a uma vida rural que outrora tiveram. Um tempo de fartura e liberdade, mesmo que, na maioria dos casos, os pais dos assentados e, mesmo alguns assentados, trabalhassem no campo em terras dos outros, como parceiros ou arrendatários.

Foto 3: Crianças sendo banhadas no acampamento.
Foto: Douglas Mansur, jun./1992.

Foto 4: Homens, mulheres e crianças no acampamento da Fazenda Ipanema.

Foto: Douglas Mansur, jun./1992.

Motivados a lutar pela terra própria, essas 700 famílias se encontram na noite de 15 de maio de 1992 e ocupam a Fazenda Ipanema. Como já dissemos, no dia 20 de maio, a Fazenda Ipanema é transformada em Floresta Nacional. Este foi um complicador, pois a negociação, além de envolver o INCRA, passou a envolver também o IBAMA, em meio a pressões da mídia e do movimento ambientalista.

No entanto, os ocupantes da Fazenda Ipanema e o próprio MST não desistiram da luta. A ocupação contou com participação de militantes do MST de várias regiões do estado de São Paulo e de outros estados também, além do apoio da igreja católica, denotando a importância política e estratégica desta ocupação, além do alto nível de organização existente. Assentados nos relataram que receberam diversos apoios políticos de deputados estaduais, federais e senadores (Eduardo Suplicy, Aldo Rebelo, entre outros), o que foi fundamental para dar visibilidade e legitimidade à luta.

A pressão exercida pelos órgãos governamentais (IBAMA, Ministério Público, Polícia Militar etc.) foi bastante significativa. A Polícia Militar, mais de uma vez ameaçou

entrar na área do acampamento a fim de retirar os ocupantes, e sempre eram barrados na porteira da fazenda por mulheres e homens com facões e foices. Houve um episódio em que helicópteros da Polícia Militar jogaram panfletos sobre o acampamento incitando os acampados a desistirem da luta, dizendo que os militantes do MST eram bandidos e guerrilheiros. A história desse acampamento é como a de muitos no Brasil: composto pela luta e pela resistência diária frente às tentativas de desocupação da área, mesmo esta não sendo de propriedade de particulares.

Dentro do acampamento, como em todas as ocupações realizadas pelo MST, existiam grupos que eram responsáveis por várias atividades, a fim de melhor organizar o acampamento e garantir as condições para que as famílias lá pudessem resistir e conseguir o seu objetivo: serem assentadas. Dessa forma, existiam equipes responsáveis pela segurança, saúde, cozinha comunitária, para fazer poço, fossa, barracos etc.

Logo em seguida à ocupação, o governo entrou com pedido de reintegração de posse e foram iniciadas longas negociações dos militantes do MST que participavam da ocupação com órgãos e setores do governo federal como o IBAMA, INCRA e o Ministério da Agricultura que ainda controlava uma área dentro da Fazenda Ipanema, além da participação do ITESP (Instituto de Terras de São Paulo) a fim de se determinar quais áreas seriam passíveis de serem utilizadas para a instalação de um assentamento rural.

Dois professores (Prof. Dr. Marcos Sorrentino e Prof. Dr. Paulo Yoshio Kageyama) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP) realizaram um estudo para implantação de um sistema agroflorestal na área ocupada e o

apresentaram ao IBAMA. Isto serviu para “quebrar” com o discurso de que atividades agrícolas destruiriam a fauna e a flora da Unidade de Conservação recém decretada⁷.

Foi realizado um outro estudo capitaneado pelo ITESP, com a participação do INCRA e do MST, no qual se verificou que existia uma área de 2.200 hectares passível de abrigar um assentamento, pois já eram agricultadas.

A partir disso começaram as discussões envolvendo o MST, IBAMA e INCRA, a fim de se conseguir que fosse cedida uma área para implantação de um assentamento rural. Diversas reuniões foram realizadas, assim como caminhadas e, até mesmo, ocupação do escritório do IBAMA em 1993, localizado na própria Fazenda Ipanema.

Cinco dias após a realização da ocupação no escritório do IBAMA, em uma audiência pública em Brasília, o IBAMA comprometeu-se a ceder para uso uma área de 1.210 hectares e os trabalhadores acampados passaram a produzir coletivamente na área ocupada. Este fato é relevante dentro da luta pela terra na Fazenda Ipanema, pois durante o período de acampamento as famílias começaram a produzir na área ocupada devido ao fato de estarem “dentro da terra”, coisa que nem sempre ocorre nas ocupações no Brasil.

Essa produção coletiva foi organizada a partir da divisão dos acampados em grupos. Foi produzido, de forma coletiva, milho verde, melancia, produtos hortícolas etc. A comercialização também se dava de forma coletiva, principalmente nos bairros de Sorocaba e Iperó mais próximos da área ocupada. Além de garantir a subsistência e a sobrevivência das famílias acampadas, a produção e a comercialização de

⁷ Este projeto nunca chegou a ser colocado em prática.

produtos agrícolas tinha como objetivo mostrar à sociedade local que os ocupantes não eram “vagabundos baderneiros”, bem como unir as famílias ocupantes em torno do objetivo da conquista da terra, demonstrando a viabilidade da produção agrícola no local.

Sr. Sergião: Aí nós foi de enxadão, aquela fila de homem, a coisa mais bonita que tinha, nós fazia uma fila de homem assim que, por exemplo, lá naquele alto lá, tava subindo gente lá, chegando na roça lá e o cordão tava ainda aqui. Era 800, 900 homens. Com enxadão, machado, aí nós destocamos, aqui tinha muito alecrim, essas arvinhas mais fininhas que tava..., porque como ficou abandonado algumas árvores começou a se regenerar e tal, né, a terra que era agricultável. Aí nós destocamos tudo, ileramos, depois varamos, preparamos a terra, arrumamos trator, tombamos a terra, pegamos as sementes, plantamos, fizemos uma puta lavoura, aí dividimos o pessoal tudo em setor, aí plantamos melancia, dividimos o setor de melancia, de abóbora, de arroz, de feijão, de milho verde, milho seco, de horta, aqui nesse lote de baixo aqui nós montamos uma horta comunitária bem grande, aí todo mundo, aí melhorou, parou as picuinhas porque todo mundo foi trabalhar, aí todo mundo animado. [...] E quando nós colhemos melancia, aí nós precisava mostrar pra sociedade em volta que dizia que nós era uma turma de baderneiro, vagabundo, que só sabia pedir, porque nós tinha uma equipe de arrecadação que pedia alimentação, né, em volta. E nós temos que mostrar que nós é produtor! E aí nós produzimos muito milho verde, enchia caminhão de milho verde e saia pra cidade em volta... (assentado, entrevista concedida em maio de 2006)

Percebe-se, então a necessidade de plantar e comercializar a produção para garantir a sobrevivência das famílias acampadas e também como estratégia para obter o apoio da sociedade local. Além disso, como nos relatou o Sr. Sergio (mais conhecido como Sergião), havia a necessidade de ocupar permanentemente o grupo de acampados para que as tensões e possíveis conflitos não emergissem em

um momento em que a coesão e a união entre as famílias era extremamente necessária para se conseguir o intuito comum a todos eles.

Além do trabalho na terra, muitos acampados realizavam atividades nas cidades de Iperó e Sorocaba, bem como trabalhos agrícolas em propriedades próximas durante a ocupação. A proximidade com o meio urbano era um fator importante para isso, pois o deslocamento diário não era muito difícil (Imagem 2). Percebemos pela Imagem 2, que o Bairro de George Oeterer é muito próximo do perímetro do assentamento. Este era um dos principais bairros em que a comercialização dos produtos agrícolas do acampamento era realizada. Além disso, observa-se que os bairros de Jardim São Bento e Jardim Ipanema (ambos do município de Sorocaba) também são muito próximos e constituíam-se em locais de procura de emprego, já que são bairros em expansão e que possuem uma demanda por serviços de pedreiro, servente etc.

Esses trabalhos constituíam-se em importante fonte de renda para propiciar a continuidade na luta e do projeto de conquista da terra. Parte dos ganhos obtidos com esses trabalhos fora do acampamento eram revertidos para um caixa comum que tinha a destinação de suprir as necessidades de todo o acampamento.

Sr. Sergião: Nós saia pra trabalhar fora, colher feijão, colher alguma coisa pro pessoal aqui em volta, recebia meio que organizadamente, o dinheiro a gente comprava semente e pagava hora-máquina. (assentado, entrevista concedida em maio de 2006)

Além desses trabalhos relatados pelo Sr. Sergião, grande parte das atividades urbanas eram realizadas principalmente em Sorocaba. Isso se deve ao reduzido tamanho da economia de Iperó e a pujança de Sorocaba. A seguir, apresentaremos alguns dados para melhor situar a diferença entre esses dois municípios:

Tabela 1 – Atividades e pessoal ocupado em Sorocaba e Iperó

	Sorocaba	Iperó
População total	565.180	23.276
Indústrias de transformação	1.750	111
Pessoal ocupado na indústria	39.843	2.110
Empresas de construção civil	393	6
Pessoal ocupado na construção civil	4.155	44
Estabelecimentos comerciais	13.303	275
Pessoal ocupado no comércio	49.051	467

Fonte: IBGE: Cadastro Central de Empresas, 2003

Org.: CASTRO, Eduardo. 2006

Gráfico 2: Grau de Urbanização

Fonte: Fundação SEADE

Org.: BERNINI, Carina; CASTRO, Eduardo. 2007

Pelos dados apresentados, podemos notar algumas diferenças entre os dois municípios. Enquanto Sorocaba é um município extremamente urbanizado e se constitui em um pólo comercial e industrial regional, Iperó está sob sua esfera de influência e possui indicadores econômicos bem mais modestos, bem como uma significativa porcentagem de população rural se comparada aos valores do estado de São Paulo e mesmo à região de governo⁸ na qual se insere.

⁸ Região de Governo é uma divisão Administrativa do Estado de São Paulo. A região de governo de Sorocaba é composta por 17 municípios, sendo Sorocaba o maior em termos populacionais e econômicos.

Imagem 2 – Entorno Imediato do Assentamento Ipanema.

Fonte: Google Earth/ITESP
Org.: BERNINI, Carina; CASTRO, Eduardo. 2007.

Devido ao grande número de indústrias existentes em Sorocaba, sem dúvida, este município mostrou-se muito mais propício para se encontrar um trabalho por parte dos assentados. Além disso, a grande população de Sorocaba faz com que este seja um município com um mercado consumidor muito mais amplo, tornando-se assim mais atrativo para que a produção agropecuária do acampamento e do assentamento seja comercializada, a princípio.

A maior população também é um fator importante, pois a construção civil é um setor em que muitos assentados se assalariam. Fica evidente, portanto, a maior importância de Sorocaba em relação a Iperó para as famílias acampadas e, depois, assentadas.

Outra observação importante, refere-se ao entorno da área ocupada, que se transformou em assentamento. Com exceção do Bairro George Oeterer, o entorno imediato da Fazenda Ipanema é constituído por propriedades rurais, com produção de silvicultura, cana-de-açúcar e pastagens, principalmente. Predomina a agricultura patronal, em propriedades de tamanho médio a grande, sendo que Iperó é um município com alto nível de concentração fundiária (CHABARIBERY, 1999).

Queremos ressaltar ainda que durante a fase de acampamento, as negociações para se legalizar a ocupação e transformá-la em um assentamento rural contou com a intensa e efetiva participação das famílias acampadas. Foi criado um grupo de negociação, que juntamente com outros militantes do MST, sempre estava indo à Brasília e realizando reuniões e audiências com representantes do IBAMA, INCRA e Ministério da Agricultura. Isso tudo era extremamente importante para que os acampados continuassem motivados, empenhados na luta pela terra, pois na fase de acampamento,

o grupo experimenta uma vivência de comunidade do tipo *communitas*, com a emancipação temporária em relação a normas sócio-estruturais da sociedade envolvente. Esta experiência caracteriza-se por uma face espontânea, baseada no sentimento de igualdade e numa vida de partilha e comunhão, e uma face disciplinar, formada por um conjunto de regras relativas à conduta de seus membros. O acampamento nasce no contexto do movimento social como uma estratégia de luta, ele representa um espaço de resistência de natureza transitória, mas de duração indeterminada. A sua continuidade no tempo depende do desenrolar da luta e da forma como o grupo se organiza. (MARQUES, 2000, p. 118)

Esse longo processo de negociações propiciou que emergisse uma conscientização política em muitos acampados, que acabaram se tornando lideranças do acampamento e, hoje, do assentamento. Essas lideranças eram escolhidas pelos próprios acampados que, organizados em grupos, indicavam o representante de cada um deles. Queremos ressaltar que, apesar da existência desses representantes, todas as decisões importantes eram tomadas em assembléias gerais (foto 5).

Foto 5: Realização de Assembléia Geral no acampamento.
Foto: Douglas Mansur, jun./1992.

Paralelamente a isso, o processo de impeachment do presidente Fernando Collor serviu para que a atenção de parte do governo sobre a área fosse desviada, diminuindo a pressão para a retirada das famílias do local.

Em seguida o ITESP, juntamente com as famílias acampadas, elaborou o projeto técnico para a implantação de um assentamento rural na Fazenda Ipanema. As negociações com o governo continuaram até que em 4 de dezembro de 1995 o INCRA promulgou a portaria número 342, criando o Projeto de Assentamento Ipanema, com 1.712 hectares (1.210 hectares do IBAMA e 502 hectares do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária).

Das aproximadamente 700 famílias que participaram da ocupação, foram assentadas 151 famílias na área. Durante o período de quase quatro anos que durou a fase de acampamento na Fazenda Ipanema, muitas famílias foram desistindo da luta pela terra, devido às dificuldades existentes. Outro fato a ser colocado é o de que no ano de 1993, aproximadamente 100 famílias que estavam ocupando a Fazenda Ipanema foram para Tremembé-SP e ocuparam a Fazenda Petrobrás, onde hoje estão assentadas. Também na região de Martinópolis-SP, mais quarenta famílias oriundas da ocupação da Fazenda Ipanema foram assentadas.

A luta, no entanto, não termina com a conquista da terra e a criação do assentamento rural. Após a ida para o lote, começa a luta das famílias para estruturá-lo, para conseguir condições materiais que possam fazer com que o sonho pelo pedaço de chão seja efetivado definitivamente, para se *apropriar e construir* este espaço. Produzir no lote e gerar a subsistência da família a partir do trabalho neste é o desafio que se impõe aos, agora assentados. A autonomia pretendida

ainda demandará tempo, esforço e articulação com os agentes estatais, sobretudo com o INCRA, responsável pelo projeto de assentamento.

Os técnicos do INCRA e de instituições envolvidas no processo de assentamento costumam denominá-los de *assentados*. Este termo, como bem identifica Neves (1997:72), também indica uma modalidade de relação provisória ou precária com a terra. No entanto, diferentemente da categoria posseiro que tem amplo conteúdo sócio cultural, o assentado aparece como construção intelectual, cujo significado social vem sendo elaborado em período recente. Ao conceber o Projeto de Assentamento, o técnico se baseia num modelo racional visando a ressocialização do agricultor, que é considerado previamente como desqualificado em relação ao perfil de produtor almejado. O assentado é o “modelado”. (MARQUES, 2000, p. 120)

O trabalho a ser executado no assentamento constituído, passa então a ter uma mediação dos órgãos do governo, principalmente no que diz respeito ao tipo de crédito a ser liberado (muitas vezes condicionado a um certo tipo e técnica de cultivo), o prazo e os juros para o pagamento destes bem como o planejamento geral do assentamento, assunto que abordaremos no próximo capítulo.

É, através da organização para e da execução do trabalho, que começará a segunda parte da luta dessas famílias.

2. A organização do trabalho da família dentro e fora da terra

Ao analisar quais são os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelos assentados da Fazenda Ipanema, pretendemos entender qual o relacionamento que esses assentados e suas famílias estão tendo com estes, ou seja, sua importância e significado. A partir disso, iremos analisar como as famílias se relacionam com o espaço dos lotes e do assentamento, espacializando-se e constituindo uma territorialidade.

A realidade do assentamento está em permanente construção. O passado camponês constitui um significativo elemento da trajetória de grande parte dos assentados da Fazenda Ipanema, e isso tem implicações. De um lado, os une enquanto sujeito político em luta pela terra e pela realização de um projeto de vida camponês contra o latifúndio, ou seja, contribui para sua constituição enquanto classe social no embate da luta. Além disso, em muitos lugares, isso tem contribuído para a constituição de comunidades camponesas no interior dos assentamentos, neste caso, o projeto parece se realizar e a classe se territorializar.

Por classe social

entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros

homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.
(THOMPSON, 2004, p. 9-10)

Entendemos, então, que as classes sociais se delineiam a partir do embate, da luta contra um “inimigo” comum, em busca de um sonho, de um ideal também comum àquele grupo. Como demonstramos no capítulo anterior, apesar de possuírem diferentes histórias, as famílias de Ipanema se unem na constituição do acampamento e passam a lutar pela instauração do assentamento rural, sabendo que a sua luta não se esgota ali, mas que faz parte de um conjunto maior de lutas que reivindicam a reforma agrária no país.

Contudo, observamos, no caso estudado e na bibliografia sobre assentamentos, que há diferentes percepções por parte dos sujeitos em luta pela reforma agrária acerca de como deve ser organizado um assentamento rural, qual o seu papel na sociedade etc. Essas percepções dizem respeito às diferentes trajetórias e experiências presentes na mentalidade e na concepção de mundo que essas pessoas possuem, bem como à influência de projetos e ideologias sustentados por lideranças dos movimentos sociais de luta pela terra, partidos políticos, Igreja e instituições públicas que desenvolvem políticas voltadas para o campo.

É, através dos trabalhos realizados pelas famílias assentadas, então, que iremos analisar como essas pessoas, ao produzirem sua existência, vêem sua situação atual e pensam e planejam o seu futuro. Assim, buscaremos explicar qual é essa classe social que se constrói a partir da luta, da conquista da terra e dos trabalhos realizados. Importante ressaltar que nossa análise tem por princípio a noção de que os sujeitos sociais são históricos e, portanto, dotados de ambigüidades e contradições nas formas de se relacionar com o mundo (WOORTMANN, 1990).

É necessário compreender que há uma sutileza importante neste tipo de análise que trabalha ao mesmo tempo com o conceito de classe – que enfatiza o que há em comum a um determinado grupo – e a noção de sujeito histórico – que “se faz classe” em meio a contradições pessoais. Esse grupo se forma a partir de uma identificação comum, mas o *habitus* desses sujeitos não desaparece, ao contrário, funde-se às perspectivas e às ações próprias dessa classe em formação.

Dessa forma, o passado ligado ao meio rural (muitas vezes idealizado), a trajetória de uma inserção urbana precária e o projeto de retorno e (re)construção da vida na terra conquistada se fundem nos atos e nas formas de se relacionar com o trabalho e com as determinações materiais do presente. Segundo Woortmann (1990, p. 17), “a tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro”.

Para verificar quais são os trabalhos realizados pelos assentados da Fazenda Ipanema, aplicamos um questionário com as famílias (vide Anexo C). Por meio deste, investigamos as origens e trajetórias antes da ocupação e quais as atividades que foram desenvolvidas durante o acampamento e após a constituição do assentamento rural⁹. Os dados que apresentaremos a seguir são o resultado de informações colhidas a partir desses questionários (aplicados em um conjunto de 106 lotes do Assentamento Ipanema, de um total de 151 lotes) e de observações, entrevistas e conversas realizadas ao longo destes anos de pesquisa no

⁹ As perguntas desse questionário foram elaboradas por nós e os mesmos foram aplicados pelos alunos das disciplinas Trabalho de Campo em Geografia I e Geografia Agrária II, do curso de Geografia da Universidade de São Paulo, ministradas pelo Prof. Dr. Júlio César Suzuki em setembro de 2006. Estes dados foram tabulados por nós, com a ajuda da colega geógrafa Carina Bernini, a quem agradecemos imensamente.

assentamento. A partir desses dados, podemos ter uma compreensão geral das formas como essas famílias lidam com o trabalho.

Uma das questões que primeiro levantamos quando nos propusemos à realização desta pesquisa, foi a de identificar se a proximidade de Sorocaba estava interferindo nas formas através das quais os assentados e as suas famílias se relacionam com o universo do trabalho. Uma hipótese seria a de que, por conta dessa proximidade, haveria um número significativo de pessoas trabalhando na cidade e não no assentamento, na lavoura. Buscamos então verificar onde as pessoas assentadas na Fazenda Ipanema estavam trabalhando, dividindo a investigação entre os (as) chefes de família, suas (seus) companheiras (os) e seus filhos e filhas.

Os dados que levantamos não confirmaram tal hipótese. Verificamos que 82,3% dos chefes de família do gênero masculino estão desenvolvendo somente trabalhos na terra, no lote. Apenas 6,3% trabalham exclusivamente na cidade e outros 9,4% trabalham tanto no lote como têm alguma ocupação urbana. Os demais 2% são aposentados ou pensionistas do INSS. Verificamos, então, que a absoluta maioria dos chefes de família homens (79 de 96) está trabalhando na terra, e exclusivamente, como pode ser verificado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Ocupação principal dos Chefes de Família.
Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Org.: BERNINI, Carina; CASTRO, Eduardo. 2007.

Em relação às companheiras desses homens, 69,9% declararam trabalhar no lote, 4,8% na cidade, 4,8% em ambos os lugares, 16,9% declararam serem donas de casa (do lar) e 3,6% são aposentadas (ver gráfico 4).

Gráfico 4 – Ocupação principal das Mulheres, companheiras dos chefes de família.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Org.: BERNINI, Carina; CASTRO, Eduardo. 2007.

Dentre as mulheres chefes de família, das 10 que identificamos, 4 (40%) são aposentadas ou pensionistas do INSS, 3 (30%) trabalham na lavoura, 2 (20%) na cidade e apenas 1 (10%) trabalha na lavoura e na cidade (ver gráfico 5). Constatamos que a maioria das mulheres que consideramos como chefes de família são viúvas ou têm o marido com problemas de saúde e são já pessoas de meia idade ou idosas.

Gráfico 5 – Ocupação principal das Mulheres chefes de família.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Org.: BERNINI, Carina; CASTRO, Eduardo. 2007.

Observamos, então, que temos um número bastante significativo de homens e mulheres que trabalham apenas no próprio lote. Mesmo em relação às companheiras dos chefes de família que declararam serem donas de casa ou serem aposentadas, percebemos através de observações e conversas que estas também trabalham no lote, cuidando, além da casa, de pequenas criações, horta, pomar etc.

Isso também nos remete a analisar as declarações dos homens e mulheres que afirmaram trabalhar somente na cidade, fora do lote. Em geral, mesmo que a atividade principal do assentado, em relação ao tempo dedicado a esta atividade e à renda obtida, seja um trabalho urbano, os seus lotes não ficam abandonados, sem nenhum cultivo ou criação de animais. Essa resposta se deve ao fato de não conseguirem trabalhar e obter um ganho na roça do jeito que gostariam, do jeito que acreditam ser socialmente aceitável. Por isso que, muitas vezes, ao caminhar no lote eles demonstram uma certa vergonha pelo fato dele não estar “cheio de produção”. Podemos citar o caso de dois assentados, o Sr. Jânio e o Sr. Moacir.

Ao andar pelos seus lotes, verificamos que nos dois existem galinhas, porcos, horta e pomar. O Sr. Moacir ainda possui cabeças de gado de corte, em sociedade com seu cunhado e o Sr. Jânio possui uma grande plantação de vagem e mais de 70 pés de goiaba (ver fotos 6 e 7), além de uma horta bastante razoável. Inclusive, em nossa última visita ao assentamento, presenciamos o abate de um boi do Sr. Moacir, cuja carne iria ser vendida localmente. Na cidade, esses dois assentados fazem trabalhos de pedreiro, o Sr. Jânio em uma empresa, com carteira assinada e o Sr. Moacir faz bicos. Suas companheiras ficam no lote, cuidando do mesmo e dos filhos, sendo que a Dona Vera, companheira do Sr. Moacir, juntamente com outras mulheres do assentamento, faz pão caseiro para vender nas proximidades, o que lhes garante uma renda extra.

Foto 6: Plantação de vagem do Sr. Jânio.
Foto: Eduardo Castro, jul./2007.

Foto 7: Plantação de goiaba do Sr. Jânio.
Foto: Eduardo Castro, jul./2007.

Em relação aos filhos homens, temos que 40,4% estão trabalhando no lote, 55,3% na cidade e 4,3% estão trabalhando em ambos os lugares¹⁰. Apesar da pequena diferença, se analisássemos somente esses dados - que mostram que há um número maior de filhos de assentados trabalhando na cidade -, poderíamos ter a impressão de que há uma tendência dos jovens de não continuarem o trabalho no lote, de não continuarem exercendo uma atividade agrícola (ver gráfico 6). Já no caso das filhas mulheres, 46,2% estão trabalhando no lote, 38,5% na cidade e 15,4% declararam ser donas de casa. Nenhuma declarou trabalhar na cidade e no

¹⁰ Esses dados dizem respeito aos filhos de assentados em idade de trabalho. Consideramos para tal aqueles que não mais freqüentam a escola.

lote ao mesmo tempo. Da mesma forma que suas mães, as filhas que declararam serem donas de casa, também ajudam nas atividades referentes à lida no lote.

Gráfico 6 – Ocupação principal dos filhos em idade de trabalho.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Org.: BERNINI, Carina; CASTRO, Eduardo. 2007.

Gráfico 7 – Ocupação principal das filhas em idade de trabalho.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Org.: BERNINI, Carina; CASTRO, Eduardo. 2007.

Entretanto, outro dado chama a atenção e merece ser analisado de forma mais cuidadosa. Muitas das famílias possuem mais de um filho em idade de trabalho e trabalhando. Quando analisamos a quantidade de chefes de família que trabalham na terra e possuem pelo menos um filho trabalhando no lote, temos um percentual de 63,6% do total. Por outro lado, temos que 54,5% dos chefes de família que trabalham na terra possuem pelo menos um filho trabalhando na cidade. Esses dados não são agrupáveis, pois são vários os casos em que um chefe de família possui filhos trabalhando na terra e outros na cidade. Não queremos dizer com isso,

que 63,6% dos assentados estão preparando o herdeiro, mas que há múltiplas estratégias no interior do assentamento para que os assentados tenham condições materiais que julgam ser socialmente aceitáveis, para serem capazes de manter a família. Estratégias essas que passam pelo assalariamento temporário ou mesmo permanente de um ou mais membros da família.

Podemos citar o exemplo do Sr. Alaor. Este possui um filho de 23 anos que trabalha na cidade de Iperó, em uma indústria, e outro filho, um pouco mais velho, que trabalha com ele no lote.

Sr. Alaor: Eu, meus filhos e minha mulher trabalham, o casado trabalha aqui comigo. O outro trabalha numa firma, mas quer vir pra cá. Ele trabalha numa firma, mas o pensamento dele é trabalhar aqui no lote. Você sabe, aqui na roça a pessoa faz um negócio, você planta e às vezes vai ter o dinheiro dali a quatro, cinco meses. O jovem hoje não vai ficar nessa espera, ele trabalha lá e me ajuda aqui também pra poder ter o dinheirinho dele. [...] Mesmo que ele trabalhasse aqui, não poderia entrar com essa base de 40%. Ele podia ajudar bastante, até contribuir mais, mas é um espaço longo né. Lá é todo mês ele tem esse salário. Então pra nós aqui esses 40% dele, pra todos nós aqui é muito bom. Então a gente trabalha mais livre, a gente vende pra cooperativa, fica dois meses sem receber, então não tem aquela preocupação... tem esse espaço, por causa desse orçamento, dessa contribuição ... Ele já queria sair [do trabalho na cidade], falei pra ele segurar mais um pouquinho, que nós vamos terminar de fazer esse projeto aqui, de plantar esses palmitos... Eu acho que cabe, com 11 hectares dá pra família trabalhar. Porque hoje, pra viver, se ele tiver sorte no trabalho, o cara com dois hectares ele vive. (assentado, entrevista concedida em maio de 2006)

O que julgamos ser importante é entender quais os significados que possuem esses trabalhos que são realizados fora do lote. Queremos apontar as ambigüidades e

contradições presentes nessas situações. A atividade agrícola da família do Sr. Alaor é alicerçada pelo ganho que seu filho mais novo possui com o trabalho na cidade. Além do projeto de plantio de palmitos pupunha, o Sr. Alaor cria porcos e produz milho, verduras e goiaba. (ver fotos 8 e 9) Segundo ele, se não houvesse essa participação financeira, as condições materiais de vida da sua família poderiam ser piores do que são. Mesmo assim, há o desejo do filho em sair desse emprego e trabalhar na terra. Percebemos uma ambigüidade nessa situação: o trabalho fora da terra garante a permanência da família na mesma, mas há o desejo de não mais exercê-lo.

Foto 8: Sr. Alaor e sua plantação de milho.
Foto: Eduardo Castro, mai./2006.

Foto 9: Plantação de goiaba do Sr. Alaor.
Foto: Eduardo Castro, mai./2006.

Outro caso pode ser verificado no relato do Sr. Luis Carlos, que nos contou que seu filho mais velho, que o ajudava no trabalho no lote, foi para a cidade assalariar-se. Isso representou uma possibilidade de reprodução material familiar em bases mais satisfatórias, pois o dinheiro que este filho manda para a família possibilita a compra de insumos agrícolas que estão propiciando uma maior produção e um aumento na renda desta família. A participação no trabalho do lote que esse filho possuía passou a ser suprida pelos outros filhos desse assentado (ao total são sete).

Entretanto, Luis Carlos demonstra receio ao dizer que muitos filhos de assentados estão trabalhando na cidade, e não sabe o que pode acontecer com o assentamento a partir disso, devido à possibilidade de incorporação de valores próprios do meio urbano, o que pode ocasionar o abandono definitivo do assentamento. Isso pode significar uma contradição em relação ao projeto que a família possui em relação à sua reprodução na terra.

Também o Sr. Jânio, que se assalaria na cidade, tem um filho trabalhando fora, inclusive na mesma empresa que o pai, também como pedreiro. Através das falas desse assentado percebemos que a relação que este possui com o seu trabalho na cidade, e conseqüentemente o do filho, é bastante contraditória.

Eduardo: Como era a vida na cidade?

Sr. Jânio: Ah, depende se tiver um emprego é gostoso, se ficar desempregado o cara... Na roça não, na roça se tiver uma galinha você come uma galinha, se tiver um pé de verdura lá você se vira, não se preocupa tanto. Só que tem as vaidade também hoje em dia, né, as vaidade. Criança quer roupa, as veiz a gente não pode comprar. Aí tá o negócio da loucura da gente, muita gente vende o terreno da gente, né? [refere-se ao lote] Se fosse por mim eu já tinha vendido, se fosse por mim eu já tinha entregado meus direitos pra outro e ia pra cidade. Porque não dá ao mesmo tempo a gente criar

filho e trabalhar na roça, o filho precisa de um caderno, precisa de uma roupa, na roça é duro! Esse programas do governo é muito pouco pra gente, pro cara viver da roça. [...] É melhor eu ganhar 300 aqui na minha roça do que ganhar 1000 lá na cidade, muito melhor!

Eduardo: Por quê?

Sr. Jânio: Duas coisas: você vai ter que enfrentar chefe, todo dia você tem que ter chefe no pé da gente. O trânsito, é difícil, tem serviço aí que a gente sai de casa e não sabe que hora que chega e é aquele negócio, tem que ficar todinho subordinado a vida dos outros, né. E a gente trabalhando pra gente, não. Nem que a gente trabalha de noite, de sábado, domingo a gente tá sabendo que ali é da gente

Percebe-se na fala do Sr. Jânio que, ao mesmo tempo em que há a necessidade de se assalariar para garantir “as vaidade”, ou mesmo as necessidades básicas da família, como de vestimenta e de materiais escolares, pois não consegue supri-las somente trabalhando no lote, manifesta a vontade de vender o lote, devido à dificuldade de trabalhar na terra e na cidade ao mesmo tempo. Logo em seguida afirma que é melhor trabalhar na terra, mesmo ganhando menos, do que trabalhar na cidade. Isso nos remete à questão da autonomia e da liberdade no trabalho, assunto que examinaremos detalhadamente mais adiante.

Em relação às filhas mulheres, tivemos a oportunidade de conversar com Franciele, filha do Sr. Edson no ano de 2006. Nesta entrevista ela manifestou a vontade de continuar na terra, morando no lote do pai.

Franciele: Olha, acho assim, imagina se cada filho de assentado fosse sair atrás de seu lote depois, e os lotes dos pais ia ficar pra quem? Porque pai não dura eternamente, né. Acho que também pretendo ficar aqui, a não ser que meu pai me ponha pra fora de casa (risos). O lote é grande, né, dá pra construir outra casinha pra morar. E, sei lá, eu não sou muito de ficar pensando o que vai acontecer no futuro, não. Eu sempre tive um sonho assim de morar

sozinha, mas... que seja aqui mesmo. (assentada, entrevista concedida em maio de 2006)

Apesar disso, em 2007, ao retornarmos ao assentamento para mais um trabalho de campo, o Sr. Edson nos informou que Franciele foi morar com os avós na cidade de Santa Bárbara D'Oeste e está trabalhando como caixa em um supermercado. Talvez tenha ido em busca do sonho de morar sozinha e morar com os avós seja um passo para isso. Neste caso, o trabalho na cidade está representando a realização de um projeto pessoal e não familiar.

Mas, as migrações que estão ocorrendo, como no caso do filho do Sr. Luis Carlos e da filha do Sr. Edson não podem ser encaradas como lineares, definitivas. Assim como os pais, que tiveram idas e vindas do campo para a cidade, nada garante que esses filhos de assentados que hoje estão migrando permaneçam trabalhando e vivendo no meio urbano. Só o tempo poderá nos responder, daqui a uma década ou duas, o que acontecerá com a maioria desses filhos dos assentados.

O movimento das pessoas campo-cidade-campo é muito comum, aliás não só nessa linha de direção única, mas com muitas idas e vindas próprias de quem busca um pedaço de terra para viver, no sentido amplo do termo. (BARBANTI, 2006, p. 64)

Ainda no que se refere ao significado que possui o trabalho de um membro da família fora do lote, é muito significativa a fala do Sr. Edson. No seu caso, sua esposa é agente do Programa de Saúde da Família (PSF) e possui um salário mensal que fica em torno de quatrocentos reais.

Sr. Edson: Eu só não saí fora pra trabalhar, nunca saí fora pra trabalhar, a não ser que a gente vá um dia ou outro pra um vizinho fazer alguma coisa, por conta que a minha esposa tá trabalhando há cinco anos, então o mínimo, ela ganha pouco, não chega a

quatrocentos reais, mas quer dizer que o mínimo tá garantido, né. Então dá pra mim ficar se apegando à terra e tentando descobrir como permanecer nela. Mais no geralzão é difícil a permanência, quem não tem alguém, alguém tem que tá... tem que ter alguma renda, porque a agricultura brasileira não tem, principalmente a agricultura familiar, ela não tem política determinada. (assentado, entrevista concedida em maio de 2006)

Percebe-se que o trabalho da esposa está garantindo à família a possibilidade de continuar vivendo e se reproduzindo na terra, no lote, no assentamento. Além disso, demonstra que quando isso não ocorre, é o próprio chefe de família que pode vir a se assalariar, o que pode colocar em risco a permanência no lote. Esta é uma situação complexa e a composição da família em termos de idade e gênero é muito importante para entendermos e analisarmos as possibilidades que cada uma possui para garantir sua sobrevivência.

De forma geral, podemos dizer que quando a família não possui ainda filhos em idade de trabalho, muitas vezes é o próprio chefe da família que tem que conseguir uma renda via trabalho urbano para garantir o mínimo de condições materiais necessárias à família. Até porque os filhos pequenos demandam, normalmente, a atenção e os cuidados da mãe, o que torna difícil o seu assalariamento. Talvez essa seja a situação mais complicada, pois trabalhando fora, mesmo que no lote existam culturas e criações, há o risco desse assalariamento na cidade se tornar permanente e passar a comprometer a produção no lote e a própria continuidade da família na terra.

Esse foi o caso do Sr. Maluf. Com filhos pequenos, passou a trabalhar fazendo bicos de pedreiro ainda durante a ocupação e, após ser assentado, não conseguiu um

ganho suficiente com a produção na terra e permaneceu trabalhando na cidade por mais de 10 anos.

Eduardo: Quando saiu a terra, o senhor tentou plantar, tocar a roça?

Sr. Maluf: Tentei, fiz roça de mandioca, milho, sabe...

Eduardo: Pegou financiamento?

Sr. Maluf: Da mandioca... era PRONAF... não, PROCERA, PROCERINHA. Cheguei a pegar, peguei vários PROCERINHA. Uma vez eu plantei aqui acho que 500 covas de melancia, mas na hora de vender não tinha preço. Turma saindo de saco de melancia, também não ia perder, né. Falava, pode levá! [...] A gente não tinha condições de sair vendendo pra rua. Tinha gente que conseguia, mas não eram todos. Aí foi desanimando, começamos a trabalhar pra fora... trabalhei muitos anos pra fora aí. Tinha dois filhos pra tratar, ia ficar esperando, ia ficar comendo mandioca, aí? Não tem jeito! (assentado, entrevista concedida em julho de 2007)

O trabalho na cidade para o Sr. Maluf não se tratou de uma opção. Foi a necessidade de prover a família que o levou a realizá-lo. Tanto é que há dois anos ele conseguiu voltar a trabalhar só no lote e vem se mantendo somente na atividade agrícola desde então (ver fotos 10 e 11), produzindo legumes e verduras em uma estufa que adquiriu via financiamento do PRONAF. Isso ocorreu e vem ocorrendo com vários outros assentados. Como o Sr. Maluf aponta na sua fala, foram as dificuldades de comercialização, que o levaram a ficar endividado por não conseguir pagar os financiamentos adquiridos, o principal motivo de não conseguir um ganho suficiente somente com a agricultura. Hoje conseguiu quitar os débitos anteriores.

Foto 10: Estufa do Sr. Maluf.
Foto: Eduardo Castro, jul./2007.

Foto 11: Tomates plantados na estufa do Sr. Maluf.
Foto: Eduardo Castro, jul./2007.

Outro caso semelhante ao do Sr. Maluf é o do Sr. Otacílio. Desde o acampamento ele trabalhava fora como jardineiro, atividade que exerceu durante aproximadamente 13 anos. Mesmo assim, sempre criou porcos, galinhas e plantava arroz, milho e feijão para autoconsumo. Chegou a pegar financiamentos para a lavoura, mas não conseguiu pagar devido a dificuldades de comercialização, ficando endividado. “Sempre tive vontade de trabalhar só no sítio, mas tinha medo de deixar a família passando necessidade” (Sr. Otacílio, entrevista concedida em julho de 2007). Há aproximadamente um ano e meio ele parou de trabalhar como jardineiro, dedicando-se somente à produção no lote (ver fotos 12 e 13). Hoje produz no seu lote verduras e legumes (principalmente vagem) em sociedade com outro assentado.

Foto 12: Um “pedaço” da grande horta do Sr. Otacílio.
Foto: Eduardo Castro, jul./2007.

Foto 13: Sr. Otacílio (à esquerda), um vizinho e filhos em meio a plantação de vagem.
Foto: Douglas Mansur, ago./2007.

Importante dizer que a maioria dos trabalhos externos realizados pelos assentados e seus filhos e filhas representam uma inserção precária na cidade. Com frequência são trabalhos que já eram executados por esses indivíduos antes de serem assentados. Em geral os homens fazem bicos de pedreiro, servente, carpinteiro e as mulheres trabalham como diaristas ou em “serviços gerais”, principalmente.

Esses trabalhos são executados nas cidades próximas (sobretudo em Sorocaba) e, em geral são conseguidos via parentes dos assentados, ou mesmo pelas redes de relações que foram se constituindo ao longo desses 16 anos em que estão no local.

Além disso, muitos assentados vieram de cidades próximas e se utilizam de redes sociais que já possuíam antes da ocupação.

A vontade, manifesta pela maioria dos assentados, é a de trabalhar no lote, mas, ao não conseguirem, lançam mão do que está disponível para sobreviverem. Estando a cidade próxima, esta é procurada para conseguir um trabalho, o que geralmente conseguem. Se não houvesse essa proximidade, os assentados provavelmente procurariam outras inserções, como trabalhar para outros produtores rurais, trabalhar como bóia-fria etc. Mas, esses trabalhos realizados fora do lote suscitam sentimentos, sensações ambíguas, como já dissemos. De um lado, a necessidade de prover a família, de outro a vontade de trabalhar somente na terra. Essa dificuldade de conseguir trabalhar apenas na terra pode gerar situações como o alcoolismo, como nos foi relatado pelo Sr. Otacílio, devido a ter ficado desgostoso com essa situação. Hoje, o Sr. Otacílio só trabalha no lote e “abandonou” a bebida. O Sr. Maluf também nos relatou como se sentia quando trabalhava na cidade.

Sr. Maluf: Não me sentia mal não, porque tava ganhando o meu. Mas a gente via os outros aí que conseguia trabalhar na roça aí e queria tentar conseguir também. Porque a gente saiu da cidade, como diz o outro, pra não ficar batendo cartão o resto da vida. Aí eu falei: um dia eu vou parar. Eu trabalhei um tempo por conta também, empreitava casa, era tudo serviço por conta, não tinha esse negócio de trabalhar por dia. Não era empregado de ninguém, era empreiteiro. Isso animava um pouco. Agora eu não pretendo voltar mais não, vou me esforçar pra dar certo aqui. (assentado, entrevista concedida em julho de 2007)

Percebe-se a vontade de trabalhar apenas na terra, mesmo não se sentindo mal em trabalhar na cidade. Mesmo assim, esse assentado procurou executar trabalhos em que tivesse certa autonomia, em que não fosse “empregado de ninguém”, porque

uma das motivações que o levou a lutar pela própria terra era a de não “ficar batendo cartão o resto da vida”. Retomaremos o significado da noção de autonomia mais adiante.

Na maior parte dos casos que pudemos apurar e vivenciar nesses anos de pesquisa no Assentamento Ipanema, as atividades desenvolvidas fora do lote dizem respeito à necessidade de suprir a família. Estão relacionados, portanto, com a realização de um projeto familiar e não de um projeto pessoal. Apesar da vontade, na maioria dos casos, de trabalhar apenas com a terra, a reprodução da família é colocada em primeiro lugar, sujeitando-se a exercer as atividades que estiverem disponíveis, em geral precárias e com alto grau de exploração.

Em face desse quadro gostaríamos de afirmar que não há como apontar uma tendência de que a maioria das famílias terá seus descendentes trabalhando na cidade e não dando continuidade ao trabalho na terra e no lote, bem como em relação aos próprios chefes de família que estão, em sua maioria, trabalhando em atividades agrícolas. Isso é importante dentro do atual contexto dos projetos de assentamentos rurais e de reforma agrária no Brasil, para contestar aqueles que falam da inadequação de sua realização em certas áreas, da forte atração exercida pela cidade, de uma tendência de urbanização irrevogável, avassaladora e homogeneizadora da sociedade, bem como discutir o futuro dos assentamentos e dos filhos dos assentados.

Quando verificamos o tipo de inserção urbana que essas pessoas têm após serem assentadas, fica muito difícil afirmar que a atração que o meio urbano oferece é avassaladora. Além da noção de que o trabalho na roça é bom, mais livre, a imagem que possuem do trabalho na cidade é ruim. Há um alto grau de exploração nos

trabalhos que esses chefes de família executavam ou executam. A cidade é tida como um lugar¹¹ no qual eles não conseguiram se inserir de uma forma satisfatória, pois sempre havia uma grande insegurança no que diz respeito às garantias na manutenção dos trabalhos que executavam.

Neste momento, é importante abordar as várias estratégias que, tradicionalmente, envolvem a reprodução das famílias dos pequenos agricultores no Brasil: migração para a cidade, busca de novas terras para os filhos etc. Os filhos desses assentados, que estão com 18 anos ou mais, em geral, possuem o Ensino Médio completo, o que pode lhes dar a possibilidade (ou a ilusão desta) de uma inserção na cidade em condições mais satisfatórias do que a que seus pais tiveram. Este pode ser um elemento importante para entender as expectativas e estratégias que, tanto pais como filhos possuem e desenvolvem para sua reprodução material.

A busca desses assentados maior é pela manutenção da família e de alternativas para melhoria de vida. Ao mesmo tempo em que lutaram para conquistar a própria terra e continuam lutando diariamente para mantê-la e se manter nesta, têm a exata noção das dificuldades da atividade agrícola para o pequeno produtor. Estimular os filhos a estudar mostra claramente a sua preocupação com a manutenção de condições materiais para a continuidade da família, pois caso os filhos não tenham condições de se reproduzirem na terra, poderão (ao menos é o que eles esperam) ter a possibilidade de uma inserção menos precária na cidade do que eles próprios tiveram.

¹¹ Segundo Furlan (2000), o conceito de lugar está associado à atribuição de valor: “compreender o lugar é, portanto, buscar de que maneira as pessoas atribuem valores”. (FURLAN, 2000, p. 40). Esses valores podem ser positivos ou negativos, dependendo dos tipos de experiências que foram experimentadas nesse lugar.

A “proletarização temporária” não representa a negação da situação de pequeno produtor independente, mas pode representar um momento necessário no ciclo de vida. É óbvio que este caminho abre possibilidades de não retorno à situação camponesa. Mas é importante ressaltar que este caminho não tem um sentido único. (GARCIA JR., 1983, p. 206)

Essa ação, como já dissemos, é contraditória, na medida em que carrega em seu bojo o germe de sua negação, ou seja, o projeto de reprodução da família que passa pela inserção urbana dos filhos pode, em última instância, desencadear o desmantelamento da família.

Encontramos, então, uma multiplicidade de situações em que um ou mais membros da família assentada executam trabalhos fora do lote e os diferentes sentidos, expectativas e conseqüências que esses podem ter.

Em várias falas que transcrevemos anteriormente, aparecem as noções de liberdade e autonomia, relacionadas ao fato de terem conquistado a própria terra e a possibilidade de reproduzirem sua família com o trabalho nesta. Essa manifestação é extremamente recorrente.

Luis Carlos: A melhor coisa de estar aqui no assentamento é ter conquistado a minha liberdade! Sou livre, eu levantei oito e meia hoje! Meu cunhado saiu com a gente ontem e ele trabalha em uma firma, sete horas da manhã ele tinha que tá lá, e ele chegou o mesmo horário que eu. Para mim ele é um escravo. Falei para ele. Essa é a intenção, eu ganhei minha liberdade. Eu era um escravo lá na cidade. Tava contente trabalhando? Tava, tinha meu salário no final do mês. Mas depois que eu vim pra cá eu descobri que eu era um escravo. ... Eu posso levantar oito horas, posso ir trabalhar meio-dia. Eu posso ficar em casa hoje. Eu sou dono do meu horário, do meu dia, do meu salário, da minha vida. Não é ninguém que vai falar

pra mim que hoje eu vou carpir, amanhã eu vou pulverizar. Eu tenho liberdade! (assentado, entrevista concedida em outubro de 2003)

Eduardo: Qual a melhor coisa de morar aqui no assentamento?

Sr. Alaor: A liberdade. Você é uma pessoa livre, você sai, você tem liberdade. A sua responsabilidade é com você mesmo, você tem responsabilidade nos negócios da gente, nas coisas que faz. Mas a liberdade é importante, tranquilidade, né? (assentado, entrevista concedida em maio de 2006)

Sr. Maluf: Trabalho, a hora que eu canso entro pra dentro, tomo um café, descanso, depois volto, trabalho mais um pouco, a hora que não quiser trabalhar mais tomo um banho e fico sossegado (risos). (assentado, entrevista concedida em julho de 2007)

As falas desses assentados são exemplares para se ter a dimensão do que significa a autonomia do processo de trabalho para essas famílias, conquistada via luta pela terra. Percebe-se o quão importante é a noção de autonomia no processo de trabalho, do não ter patrão, do controle do próprio tempo e do espaço do lote e a apropriação dos frutos do seu trabalho. Essa noção de autonomia conquistada parece, em princípio, conflitar com os trabalhos executados no meio urbano. Mas, é necessário compreender qual é o motor que está movendo esses assentados na realização desses trabalhos, pois

Um movimento que se dirige a uma dimensão da modernidade pode ser, ele mesmo, necessário para que haja outro movimento, o de reconstituir a tradição. A estrada principal que conduz à modernidade (individualização, secularização, racionalidade) abre vertentes que reconstróem a ordem tradicional, ou a exacerbam, como nos chamados “movimentos messiânicos” e nos milenarismos. Outras vezes, é pelo engajamento no *turpe lucrum* que se consegue realizar estratégias voltadas para o valor aristotélico do trabalho honrado. (WOORTMANN, 1990, p. 17)

Dessa forma, recorrer à “modernidade”, aqui representada pelo assalariamento, por uma relação de trabalho capitalista, pode ser o caminho encontrado para reconstituir a tradição, se manter e a sua família na terra.

ter a própria terra significava concretizar um sonho de liberdade e autonomia. Esta autonomia diz respeito ao controle total do processo de trabalho na terra, o que significa ser senhor do próprio tempo e do próprio espaço.

Essa liberdade se dá em sentido amplo: vai desde a possibilidade de escolher com qual cultura se quer trabalhar, da forma como vão imprimi-las em suas terras (controle do espaço), passando pela determinação de suas técnicas, pelo controle final do que foi produzido (o produto final do trabalho da família lhes pertence, não é diretamente apropriado por ninguém), até o ritmo de trabalho que se quer, ou que se precisa atribuir à própria família.

A autonomia que possuem é um elemento extremamente valorizado pelos camponeses, ainda quando a situação financeira da família não é a que consideram desejável. A liberdade de controle do próprio tempo, e portanto, também do próprio espaço, aparece como algo muito positivo. (BOMBARDI, 2004, p. 200)

Trabalho familiar e o assalariamento constituem, em tese, uma antinomia para o camponês. Um é a negação do outro, já que, ao ter que vender a força de trabalho, o pai perde a condição de *liberto* e passa a ser *sujeito*. Essa oposição (contradição), contudo, é subjetiva, visto que objetivamente não há uma contradição necessária entre ambas, isto se manifesta no contexto de uma concepção camponesa de trabalho (WOORTMANN, 1990).

Com isso, queremos enfatizar que os sujeitos sociais com que estamos lidando não possuem uma trajetória de vida “linear”. Existe uma ambigüidade nas maneiras

como são encaradas as relações de trabalho no seio da família, dependendo das condições objetivas de vida que o grupo familiar possui naquele momento.

Da mesma forma, não é possível afirmarmos que todas as pessoas e famílias que desenvolvem trabalhos assalariados na cidade estão reproduzindo valores tradicionais. Como já exemplificamos, no caso da filha do Sr. Edson, pode estar ocorrendo uma motivação pela realização de um projeto próprio, individual. Mesmo no caso do Sr. Jânio, não há uma clareza em relação ao que deseja para o futuro: trabalhar na terra ou na cidade para sempre, a certeza que ele tem é que precisa manter a família com condições materiais que ele considera satisfatórias.

São diversos, portanto, os elementos que vão se combinar na definição de quais trabalhos serão executados pelos diferentes membros da família. No que se refere às possibilidades de fixação no trabalho no lote, um elemento que consideramos ser fundamental é a questão da comercialização.

Nos relatos acima transcritos aparece mais de uma vez a questão de ter que trabalhar fora por não conseguirem comercializarem sua produção de forma a obterem ganhos suficientes para manter a família apenas com as atividades do lote. As dificuldades para escoar a produção são complexas e necessitam de uma análise cuidadosa. Em geral, a maioria dos assentados culpa os atravessadores por jogarem o preço muito pra baixo e terem altos lucros com a posterior venda de seus produtos. Também o governo é citado pela falta de uma política pública que facilite, ou mesmo garanta, a comercialização da produção da pequena agricultura.

Sr. Edson: É muito complicado, a falta de política agrícola de comercialização, principalmente. Todos os financiamentos que nós pegamos até hoje ele é especificado assim, que vem via INCRA e Banco do Brasil, e que a gente vai pagar depois, é especificado ó:

você vai plantar tanto, vai pegar tanto de financiamento pra plantar tantos hectares, vai colher tanto e vai vender a tanto e vai pagar tanto depois. Só que não tá marcado pra quem você vai vender. Então tá marcado tudinho certinho ali, você vai pagar esse tanto, é inevitável, mas não tá definido pra quem. Então nós teve caso aqui que aconteceu com a maioria, teve caso aqui da pessoa ter pegado pra quiabo, ela plantou quiabo lá no meio da fazenda, aqui ainda dá até pra ir de carroça vender alguma coisinha,[...] mas no meio da fazenda que vai dar mais dez quilômetros pra dentro aqui, a pessoa tá lá colhendo quiabo e não vem comprador e colhe quiabo de novo porque se deixa no pé morre, e vai colhendo e o chão tá forrado de quiabo, e não aparece comprador e o cara desanima, ele tem que trabalhar fora pra comer, venceu o projeto dele no banco, ele não conseguiu pagar porque não colheu, ela tá trabalhando o suficiente pra comer na marra, fazendo uns biquinhos pra fora, e aí fica inadimplente, é o que acontece. E daí, aí o cara tá amarrado, nunca mais ele volta pra agricultura. Porque ele vai trabalhar lá, ele não pode parar mais lá. E outra, pra ele voltar aqui, ele tá com medo, ele vai tirar uma reserva, preparar uma terra, plantar pra vender e não tá definido a questão da comercialização? Então ele não vai voltar, ele vai ficar morando ali e trabalhando fora. Ele vai ter ali, no mínimo, algumas galinhas, um porquinho, uma vaca, alguma coisa ele tem, se for comparar com um desempregado na cidade. Mas só que ele vai ficar, não vai, esse assentamento não vai crescer, não vai progredir. Então o nosso assentamento hoje, infelizmente, tá assim. Eu gostaria de falar diferente. (assentado, entrevista concedida em maio de 2006)

Alguns elementos surgem na fala desse assentado, como a questão da falta de políticas governamentais de suporte à comercialização da produção agrícola e, devido a isso, surge a dificuldade de não conseguir pagar os financiamentos obtidos. Isso se transforma em um círculo vicioso: o assentado pega crédito, produz e não consegue comercializar ou não obtém um preço suficiente, não paga o crédito, fica inadimplente e então se vê diante da necessidade de trabalhar fora para poder

sustentar a família, pois não pode obter outros financiamentos enquanto não pagar o que está devendo ao banco.

Isso pode significar o empobrecimento da família e, no limite, fazer com que esta venda o lote, ou arrende-o a terceiros. Os assentados nos relataram um caso em que isso ocorreu. Uma família, após sucessivas tentativas de produzir no lote, assalariou-se na cidade (pai, mãe e filhos, em “serviços gerais”) e arrendou o lote para um produtor de cana-de-açúcar. O lote passou a ser, então, fonte de extração de renda da terra para essa família. Devemos ressaltar, contudo, que no Assentamento Ipanema esse é o único caso de arrendamento total do lote que pudemos averiguar, não sendo então a regra e sim uma exceção. Há vários outros casos em que assentados arrendam parte do lote, sobretudo para criação de gado de corte para outros produtores vizinhos ao assentamento, ou mesmo familiares, como é o caso do Sr. Moacir.

Há também casos de venda do lote. Algumas lideranças estimam que isso ocorreu com aproximadamente 15 a 20 lotes do assentamento. O INCRA não possui esse levantamento realizado e a regularização dos lotes do assentamento é uma das reivindicações das famílias assentadas para que sejam sanados casos como o dessa família que arrendou o lote para a produção de cana-de-açúcar e de um outro lote que foi comprado por um vereador de Sorocaba que colocou uma pessoa para produzir neste em regime de parceria.

Novamente queremos ressaltar que esses casos constituem-se em exceção. Como já demonstramos, a grande maioria das famílias está produzindo em seu lote e tirando o seu sustento deste, total ou parcialmente.

Voltando à questão da comercialização, o Sr. Edson, na fala transcrita acima, ressalta que, dependendo da localização do lote dentro do assentamento, pode haver possibilidade maior ou menor de a pessoa vender a sua produção nas áreas urbanas próximas. Devido ao tamanho do assentamento (área de 1.712 ha), quem está localizado nas “pontas” do mesmo, está mais próximo de bairros do município de Iperó: Bacaetava na porção norte e George Oeterer na porção sul. Ter um veículo, ou mesmo um cavalo e uma carroça pode ser um elemento que facilita a possibilidade de comercializar os seus produtos diretamente.

Observa-se, então, que os atravessadores e a falta de uma política pública de comercialização da produção não são as únicas questões que dificultam o escoamento da produção. Com a proximidade de uma cidade do tamanho de Sorocaba, era de se esperar uma maior facilidade para a comercialização . Mas isso vai depender de como os assentados se organizam, como eles conseguem fazer a leitura do mercado e se apropriar das características deste.

O agricultor nos dias atuais precisa estar antenado com o mercado, procurar criar redes que possam facilitar a inserção dos seus produtos de formas mais vantajosas no mercado. Para isso, é fundamental que o produtor adquira um conhecimento mais amplo de como funcionam os mecanismos de comercialização na sociedade moderna, que saiba como pode driblar os mecanismos de monopólio na comercialização da produção agrícola que as grandes redes de supermercado constituíram (até mesmo os atravessadores são “peixe pequeno” perto dessas grandes redes).

Também é extremamente importante verificar os tipos de produção que os assentados possuem e a qualidade de seus produtos, já que o mercado é

extremamente exigente em relação a isso. Percebemos que, em geral, os assentados que produzem frutas (no caso do Assentamento Ipanema, principalmente goiaba) estão conseguindo maior retorno financeiro do que aqueles que produzem olerícolas e verduras. As frutas têm um melhor preço no mercado e, muitos assentados, vendem sua produção diretamente para feirantes que vão buscá-la no próprio assentamento, não precisando então que o assentado tenha ou contrate um meio de transporte para suas mercadorias.

Esse é o caso (entre outros) do Sr. Donizete e do Sr. Luis Carlos. Ambos têm como principal produção a goiaba vermelha e percebemos pelas suas casas (móveis e eletrodomésticos que possuem), e mesmo pelo fato de terem conseguido comprar veículos de passeio que estão conseguindo um ganho que julgam adequado com a comercialização de sua produção. O Sr. Luis Carlos (como já dissemos) possui um filho trabalhando na cidade, mas na família do Sr. Donizete todos estão trabalhando apenas no lote.

As condições que levam os assentados a produzirem determinado tipo de cultivo são várias. Em geral os camponeses têm uma resistência a novidades, pois a incerteza de que “vá dar certo” muitas vezes impede que se faça uma tentativa de plantar algo que não é “tradicional” e que vá demorar a começar a dar retorno. No caso da goiaba, por exemplo, desde o plantio da muda até a primeira produção demora de um ano e meio a dois anos. Nesse período é necessário, além de cuidar das mudas, adubando-as e controlando as pragas e doenças, garantir a sobrevivência da família com outras fontes. Também é necessário fazer um investimento para se comprar as mudas e insumos, o que a maioria dos assentados não tem condições de fazer via recursos próprios.

Os dois assentados citados acima começaram a produzir goiaba de maneiras distintas. O Sr. Donizete foi beneficiado por um projeto do ITESP, chamado “plano de mudas” no final da década de 90, recebendo as mudas de goiaba de forma gratuita (ver foto 14). O Sr. Luis Carlos investiu recursos próprios na aquisição das mudas de goiaba. Isso se deveu ao fato de esse assentado trabalhar como feirante aos finais de semana, tendo então, um ganho a mais advindo dessa atividade de comerciante (ver foto 15). Percebe-se, então, que não é somente a vontade do assentado que vai fazer com que este plante um cultivo ou outro, isso dependerá das condições materiais e da disposição em assumir riscos, dentre outros fatores.

Foto 14: Plantação de goiaba do Sr. Donizete.
Foto: Eduardo Castro, nov./2003.

Foto 15: Plantação de goiaba do Sr. Luis Carlos ainda em crescimento.
Foto: Eduardo Castro, dez./2003.

Há também no assentamento, um grupo de assentados (em torno de 12 famílias) que fizeram um curso de agricultura biodinâmica e estão produzindo há aproximadamente seis anos sem utilizar insumos químicos industrializados. Além da questão da melhor qualidade de vida que estas famílias podem ter ao não terem contato com agrotóxicos e não terem que empenhar recursos na compra de tais insumos, a oportunidade de conseguir um preço maior para seus produtos, inserindo-os no nicho de mercado existente para a produção agroecológica, foi um grande atrativo para a modificação de seu sistema agrícola. No entanto, estão esbarrando na questão da certificação, que representa um custo alto para o nível de renda que essas famílias possuem, não conseguindo, então, inserir seus produtos nesse nicho.

Um exemplo é o Sr. Ligeirinho, que produz banana, legumes e verduras sem utilizar insumos químicos industrializados há mais de seis anos (ver foto 16). Pela falta de certificação, seus produtos são comercializados como produtos convencionais e como, muitas vezes, o tamanho e a aparência dos produtos agroecológicos é “inferior” aos produtos convencionais, bem como a própria escala de produção, as dificuldades que esse assentado enfrenta com a comercialização são grandes. Mesmo assim, o Sr. Ligeirinho não pretende desistir desse sistema, acreditando que os ganhos para sua saúde e a de sua família são fundamentais.

Foto 16: Bananal agroecológico do Sr. Ligeirinho.
Foto: Eduardo Castro, set./2003.

Isso nos remete à questão da qualidade da produção, que está intimamente relacionada à assistência técnica. O INCRA possui um convênio com o ITESP, e esse órgão estadual é responsável pela prestação de assistência técnica aos assentamentos do estado de São Paulo. Via de regra, são poucos os técnicos e há uma dificuldade de eles suprirem as demandas dos assentados, principalmente em relação à produção agroecológica, devido à falta de capacitação dos técnicos em relação à esse sistema produtivo.

Mas, mesmo em relação aos sistemas convencionais, percebemos que a falta de assistência pode ser um fator que determina a baixa qualidade da produção, o que vai se refletir na dificuldade de comercialização. Isso fica evidente na fala de um assentado ao nos contar sobre o fato de não ter conseguido comercializar uma safra de melancias que produziu:

Eduardo: Mas tinha algum motivo pra não conseguir vender?

Sr. Maluf: Pra começar, a melancia não deu aquelas coisas, era meio fora de época, deu uma melancia pequena. Mas doce, hein, doce demais! Então o atravessador lá não interessou. Se tivesse dado boa tava tudo vendida pra ele já, mas como deu miudinha e tava um solzão meio brabo, algumas começava a rachar, aí não deu certo. (assentado, entrevista concedida em julho de 2007)

Outras vezes o problema reside na falta de recursos para comprar algum insumo necessário à produção agrícola. Um dos motivos que levam a essa falta de recursos diz respeito aos financiamentos obtidos via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Como muitos assentados estão inadimplentes, muitas vezes há a dificuldade de se conseguir comprar insumos necessários para a lavoura. Por isso, em várias ocasiões, o ganho conseguido com o trabalho fora do lote, na cidade, é importante para se conseguir tocar a produção.

Sr. Jânio: Hoje eu tô aqui, mas amanhã cedo você não me acha aqui não. É de segunda a sábado trabalhando fora, pra ver se a gente consegue no final do ano comprar pelo menos um frango assado em casa. Senão não veve, veve assim, eu tenho 70 pés de goiaba formado, agora eu trabalhando fora consigo fazer ela produzir. O ano passado eu perdi 10 mil unidades de goiaba, porque não tinha dinheiro pra comprar saquinho, nem saquinho nem o produto pra fazer ela... porque quando tá dando a florada tem que passar um produto pro bichinho não entrar lá, custa 60 real o vidro. Agora eu trabalhando fora consigo fazer ela produzir, né? Vamos ver a gente consegue na cidade trabalhar lá e aqui também, tem que fazer alguma coisinha. (assentado, entrevista fornecida em julho de 2007)

Esse assentado não conseguiu comprar insumos para fazer os seus pés de goiaba produzir. O trabalho fora do lote, nesse caso, pode propiciar os recursos financeiros para que isso ocorra no futuro, pelo menos essa é a expectativa do Sr. Jânio. Tal situação também nos foi relatada pelo Sr. Luis Carlos em relação às suas goiabeiras. Hoje, o trabalho do filho na cidade está propiciando que, em caso de necessidade, este consiga comprar algo que está faltando para a produção.

Então, não é simplesmente o atravessador, ou o monopólio da comercialização de produtos agrícolas por parte das grandes redes de supermercados, ou a falta de assistência técnica, ou a falta de recursos para investir na produção ou a ausência de programas governamentais, isoladamente, que vai explicar a dificuldade de comercialização. É a combinação desses diversos elementos que vai dar a cada uma das famílias assentadas melhores ou piores condições de inserir sua produção no mercado, o que vai se refletir nos seus ganhos e, conseqüentemente, na necessidade ou não de trabalhar fora do lote.

Em algumas falas que já transcrevemos, aparecem referências a programas do governo federal de compra da produção familiar. Os programas aos quais os

assentados se referiram são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), ambos federais. Através deles, as prefeituras ou os governos dos estados adquirem produtos oriundos de pequenos produtores (que o governo chama de agricultores familiares) para servirem de alimentos em escolas, creches etc., no caso do PAA. No caso da CDAF, os alimentos são destinados para o Programa Fome Zero (vide Anexos D e E). Esses programas propiciam às famílias uma cota anual de venda de mercadorias, uma espécie de, como dizem eles, “venda garantida”. Esses programas tiveram início em 2004 e, até 2006, cada produtor tinha direito a vender uma cota de R\$ 2.500,00 por ano. Em 2007, essa cota aumentou para R\$ 3.500,00. É importante ressaltar que cada produtor só pode vender R\$ 3.500,00 ao ano, somando os dois programas.

No caso do PAA, a aquisição é feita diretamente de cada produtor, desde que possua o Documento de Aptidão ao PRONAF (DAP). No caso do CDAF, a compra deve ser intermediada por uma pessoa jurídica, o que estava sendo feito através de uma cooperativa que não é do assentamento. Esse ano, os assentados que participam do CDAF irão modificar a pessoa jurídica que faz tal intermediação, passando a ser uma Associação Regional do MST.

Vamos transcrever algumas falas de assentados sobre esses planos do governo federal e as possibilidades que eles abriram:

Sr. Edson: Nós pedimos que esse programa seja transformado em uma lei, uma coisa mais específica. Porque senão, chega final de ano, troca governo... troca governo acabou o programa. Então, se for transformado numa lei oficial e até com um aumento... nós queremos um salário mínimo por mês, que isso no somar do ano dê um salário mínimo por mês e que isso seja firmado com o aumento seja de

acordo com o salário mínimo. Quer dizer que dá uma certa garantia, né, porque se a gente conseguir aqui dois salários mínimos garantidos, quer dizer, você pode trabalhar mais tranquilamente aqui. [...] Agora, você sem nada, você está contando simplesmente com a sorte. Nós já vamos contar com a sorte agora, se gear eu não colho nada, agora se eu colher eu posso não vender ainda. Se eu escapar da geada eu não vendo? Quer dizer que eu tenho duas chances, quer dizer que eu tenho 66% de chance de perder, né, é dois por um a chance de perder. [...] Se esse programa da CONAB, do MDS, avançar na discussão do jeito que a gente tá pensando, né, talvez vai dar uma melhorada boa, daqui dois, três anos, porque as famílias a gente já sentiu que algumas famílias falou assim: não, agora eu vou voltar a trabalhar no meu lote, né? Ah, desse jeito eu vou voltar. Porque ele sabe que ele vai plantar, tem um rapaz lá (refere-se ao Sr. Maluf), que comprou uma estufa esses dias e falou: não, eu vou ver se eu não trabalho mais de pedreiro fora, eu quero permanecer no meu lote agora. Então, a gente já tá sentindo isso. (assentado, entrevista concedida em maio de 2006)

Sr. Maluf: Quando saiu a terra, nós plantava bastante. Mas na hora de vender não tinha valor, acabava perdendo tudo na roça. Não tinha condições de sair e vender. Aí há uns dois anos atrás saiu esse projeto do Lula aí, né. Aí eu peguei o projeto mulher... (refere-se a uma linha de financiamento do PRONAF) já tinha feito projeto de gado, essas coisas também, não tinha dado certo. Não perdi, sabe, mas também não ganhava quase nada. Aí peguei e comecei a trabalhar na estufa aí, tirei uma safra de pimentão, acabei de colher, plantei outro pimentão, fiz outra colheita... agora tô colhendo pepino, já colhi rabanete, tem salsinha, cebolinha. Só tá ruim de receber, a gente vai lá entrega e demora a pagar a gente. Tenho lá um dinheiro em Guarulhos, tenho dinheiro da outra cooperativa aqui e faz tempo. Então a gente que vive disso aí não pode ficar esperando tanto. Tem que pagar mais rápido a gente! [...] Pra falar a verdade procê, não tem nada que reclamar não. Só melhorar, melhorar bem mesmo é esse negócio de nós comercializar nossos produtos, tem que melhorar mais. Tem a CONAB aí, mas a gente não sabe até quando vai durar isso, então precisa de um melhoramento pra nós aí. Ainda

tem a feirinha na cidade, que a turma tá fazendo feira. Só que não dá pra todo mundo ir, eu já vendo produtos meus pra essas pessoas que faz a feira. É bom, mas só que é coisinha pouca, precisa aumentar, melhorar, fazer uma cooperativa... Mas fora isso, pra mim tá ótimo. (assentado, entrevista concedida em julho de 2007)

Sr. Jânio: Eu tava animado, teve mês aqui que eu tirei, quando começou o programa, teve mês de eu tirar 700, livrinho! Mas no outro mês não vem nada. E vai viver desse jeito? Fui desanimando, desanimando... dois milhão e quinhentos é muito pouquinho. (entrevista fornecida em julho de 2007)

Apesar do valor ser considerado baixo, como afirma o Sr. Jânio, já foi suficiente para estimular que vários assentados voltassem com mais afinco a produzir no seu próprio lote. Também é importante, na fala do Sr. Maluf, a noção de que esses programas do governo podem ser extintos a qualquer momento, o que dá uma insegurança muito grande em relação ao futuro.

Mas, mesmo que o valor seja baixo e os programas não tenham um futuro garantido, isso está sendo suficiente para que muitos assentados produzam mais no próprio lote e, além desse valor “garantido” por esses programas, tenham a tranquilidade de procurar outras estratégias de comercialização, a fim de aumentar seus ganhos com a atividade agrícola no lote, como é o caso do Sr. Maluf que está vendendo os seus produtos para assentados que comercializam em feiras na cidade¹².

Outra questão importante aparece nessa fala do Sr. Maluf referente à comercialização, conforme sublinhamos acima. Até o momento, apesar de algumas tentativas, os assentados não conseguiram criar uma associação ou uma cooperativa destinada a comercializar coletivamente a produção do assentamento.

¹² Essas feiras são feiras livres e alguns assentados tem bancas nestas, que se localizam em bairros periféricos de Sorocaba.

Alguns assentados declararam que esse fato se deve, entre outros motivos, à produção inconstante da família. Dessa forma, fica difícil comprometer-se com um comprador e não conseguir suprir com a demanda necessária.

Entre as famílias que estão produzindo pelo sistema biodinâmico, foi criada a Associação José Guilherme Stecca Duarte, da qual o Sr. Edson é o presidente. No entanto, até o momento, essa associação não conseguiu realizar nenhuma ação efetiva em termos de comercialização, apesar de realizar constantes reuniões e discussões para produções comuns entre essas famílias. No momento a maior aposta é na banana nanica e o grupo está negociando com empresas como a Cultivar e a Horta e Arte uma forma de comercialização em condições favoráveis.

Outra iniciativa mais recente, mas que já começou a dar alguns resultados, foi a compra de um resfriador de leite por um conjunto de aproximadamente 18 famílias do assentamento. A produção de leite destas famílias está sendo vendida a um queijeiro da região, que paga R\$ 0,70 por litro de leite. Outras famílias que não entraram no grupo que adquiriu o resfriador podem entregar leite também e recebem R\$ 0,65 por litro. Segundo o Sr. Sergião, em cujo lote se encontra o resfriador, este fato tem estimulado várias famílias a investirem na criação de gado leiteiro, pois a venda do leite que produzirem é garantida. Além de vacas de leite, o Sr. Sergião ainda possui plantação de ponkan e forrageiras para alimentação do gado (ver foto 17). Importante ressaltar que esse resfriador não foi adquirido com nenhum tipo de financiamento público, o valor total foi parcelado em 18 vezes e o valor de cada prestação é dividido entre as 18 famílias.

Foto 17: Plantação de ponkan do Sr. Sergião.
Foto: Eduardo Castro, mai./2006.

Um fato interessante sobre o Sr. Sergião é que este, desde 2004 até o início deste ano, foi diretor de agricultura do município de Iperó. Essa nomeação deveu-se ao fato do Sr. Sergião ser uma das principais lideranças entre os assentados de Ipanema e sempre estar em diálogo com a prefeitura de Iperó, fazendo reivindicações ao poder executivo deste município onde o assentamento se localiza. No começo deste ano, o Sr. Sergião deixou o cargo por divergências políticas e de rumo da administração municipal em relação à agricultura. De qualquer forma, esse fato é importante, pois denota como toda a trajetória de luta destes assentados forja lideranças que alcançam uma esfera além da interna ao assentamento.

Observamos, então, que um grande gargalo para essas famílias assentadas – e de forma geral, para a pequena produção agrícola – é a questão da comercialização. Em geral, a partir das observações e conversas realizadas com as famílias assentadas na Fazenda Ipanema, tendo garantidas condições ou um valor, ainda que pequeno, de comercializar o que produzirem, a tendência é a da fixação no lote e no trabalho agrícola.

É, então, no encontro entre as experiências internalizadas ao longo de suas vidas (habitus) e no que se projeta para o futuro que se vai compreender as relações que são travadas no presente, conforme já afirmamos. Há que se considerar que essa construção de projeto (que percebemos que possui a família como valor central) se dá nos limites do campo de possibilidades definido pela realidade social construída, é sempre uma liberdade de ação relativa. As contradições do sistema vão se manifestar nas contradições dos próprios assentados: trabalhar no lote, trabalhar fora, assalariar um filho ou a esposa etc.

Estamos focando a análise no indivíduo e no grupo ao qual ele pertence, mas ao mesmo tempo, colocando nosso olhar para a situação material, social, geográfica em que eles se inserem. O indivíduo pode viver numa ambigüidade de situações, de práticas, de mentalidades (que vão se materializar na maneira de se relacionar com o trabalho, com a sobrevivência da família, na forma de se apropriar do espaço etc.), porque a sua trajetória de vida e as condições materiais de sobrevivência naquele momento o levam a isso. Essa situação de proximidade do urbano, de viver numa área de transição entre o rural e urbano pode contribuir para isso. A localização geográfica é um elemento importante para entender o indivíduo, como ele se relaciona com o urbano e o rural, com o trabalho na cidade e o trabalho no campo, como pensa a si e a sua família dentro do contexto mais amplo da sociedade que o envolve.

Entender as trajetórias de vida, as condições materiais atuais e o que essas famílias projetam para o futuro, nos auxilia na compreensão das contradições da sociedade atual, bem como as contradições da sociedade atual também se manifestam nas condições materiais e nas trajetórias de vida dessas famílias, como explicitamos anteriormente. O que esses sujeitos que saíram da cidade ou de outra inserção no

meio rural e partiram para a luta pela conquista da própria terra falam, manifestam através da noção de projeto, que busca ele revela, é importante para desvelar as contradições da sociedade atual que, ao mesmo tempo expropria o campesinato e expurga grandes massas de trabalhadores das engrenagens do sistema de trabalho capitalista. Ao identificarem-se mutuamente com os projetos das famílias que partiram para a luta pela conquista da terra, não só em Ipanema, mas de uma forma geral no Brasil, evidencia-se a construção de uma classe social.

É necessário acrescentar às motivações sociais, como a exclusão e a migração excessiva dessas famílias, os projetos pessoais e sonhos em relação ao retorno à terra repleto de significados e valores culturais. Por exemplo, o tempo medido por referência à execução de tarefas na casa e na lavoura. Não descartando, além disso, as horas dedicadas aos parentes e aos amigos. Esses são valores que minimizam ou suprimem a fronteira entre trabalho e vida, acredita-se, ainda povoam a mente dos assentados como ideal de vida. (BARBANTI, 2006, p. 57)

Esses elementos de uma trajetória marcada por dificuldades na vida urbana, aliadas a um passado rural vão se constituir nos ideais que as famílias manifestam, bem como nas noções de liberdade e autonomia, que são tão valorizadas nas falas e nas ações desse conjunto de assentados. Também aparece a questão da soberania alimentar, de mesmo não tendo condições financeiras para consumir tudo aquilo que é necessário, via de regra, ter a própria terra significa afastar a angústia e o medo da família passar fome. Isso remete a uma ética e uma moral que falam da necessidade de reprodução da família em primeiro lugar.

A realização do sonho de fartura se aparece no desejo de permanência na terra e no medo de perder este “lugar”, que significa segurança, no espaço conquistado e construído como espaço de reprodução familiar.

A vida aberta no mundo rural é permeada de símbolos: tempo de trabalho por conta própria, combinado com o tempo para o lazer X tempo de trabalho para o patrão; trabalho por conta própria X trabalho autônomo; viver de salário X fartura garantida pelo trabalho por conta própria no lote familiar; monetarização de todas as dimensões da vida X autoconsumo. (D'AQUINO, 1996, p. 21)

Até o momento apresentamos um quadro dos tipos de trabalho que são realizados pelas famílias do Assentamento Ipanema, bem como do significado que esses trabalhos possuem. Como, então, a partir dessas experiências, combinadas com os projetos familiares e as condições materiais objetivas dessas famílias se dá a construção do espaço do lote e, em sentido mais amplo do assentamento? Essas questões passam pela apropriação do espaço, construção de um novo espaço e, na conformação de uma territorialidade por essas famílias. A partir disso, podemos caminhar no entendimento de que classe é essa que vai se constituir através da luta pela conquista e pela permanência na terra.

3. Espaços construídos a partir do trabalho e da produção: em questão o processo de territorialização

A partir da compreensão de como as famílias estão se relacionando com as diversas modalidades de trabalho que estão desenvolvendo, seja no campo ou na cidade, caminhamos no sentido de desvendar como essas relações se articulam e constroem as práticas que resultam na construção dos espaços dos lotes e do assentamento da Fazenda Ipanema.

Para compreender como essa construção se processa, não podemos abstrair os aspectos subjetivos de cada uma das famílias que foram beneficiadas pelo projeto do assentamento. Aspectos esses que estão relacionados a uma concepção do que é a vida no meio rural e de como deve se dar a construção desse lugar. Esses irão informar as práticas que irão se espacializar no assentamento.

Trata-se de construir toda a vida, projeto que está centralizado, a meu ver, na construção do novo lugar a partir da casa, da moradia familiar. Nessa construção a memória de outros lugares, vividos em outros tempos, marca os projetos individuais, familiares e grupais. Morar no assentamento se afigura para as famílias recém-chegadas, como um “novo tempo de viver” no qual se invertem as prioridades e, muitas vezes, até mesmo a relação espaço/tempo.

Pensar “assentamento” revela-se, portanto, como um exercício precioso, pois a chegada ao novo “LUGAR” (físico e social) de um universo considerável de famílias que passem a ocupar um espaço antes vazio socialmente (embora ocupado pelo latifúndio improdutivo) coloca a possibilidade de um exercício de pensar o “novo”, ou seja, a chegada, o assentamento, a construção desse modo de vida. (D’AQUINO, 1996, p. 15)

O espaço do lote e do assentamento são construídos a partir da materialização das relações sociais travadas por esses assentados e suas famílias. Esse espaço não é uma coisa pronta, acabada, mero palco para que as relações sociais se desenvolvam, ele é fruto de uma construção. Construção essa que diz respeito, como já enfatizamos, ao habitus dessas famílias, combinadas ao projeto que têm para si nesse novo lugar, aliadas às opções objetivas que se descortinam à sua frente.

O espaço é uma categoria social que expressa o tipo de espacialidade ou estrutura espacial apresentada pelo conjunto de relações sociais característico de uma determinada sociedade. Assim como as demais formas de objetivação das relações sociais, ele concorre para a constituição do habitus e incorporação do senso comum. Juntamente com o conceito de tempo, o espaço fornece um sistema de referência por meio do qual nós nos localizamos em relação ao mundo em que vivemos. A estrutura espaço-temporal atua como um princípio ordenador que situa e limita eventos e relações sociais, contribuindo de maneira significativa para a atividade de identificação e para o processo de reprodução social. Ao ser representado como uma relação natural entre as coisas ou pessoas, o espaço é naturalizado em seu contexto social de origem, implicando o que Soja (1993) chama de dialética sócio-espacial: “o fato de as relações sociais serem, simultânea e conflitantemente, formadoras do espaço e contingentes ao espaço.” (op. cit.:155) A dialética sócio-espacial corresponde a uma face da dialética da objetivação e incorporação de que fala Bourdieu (1977), e está diretamente relacionada com o processo de reprodução social. (MARQUES, 2000, p. 27)

O espaço, portanto, é fruto de uma construção, de um processo social. Os espaços do lote e do assentamento são resultado da objetivação das relações sociais que as famílias desenvolvem ao longo de sua história de vida no assentamento. Da mesma forma, o espaço da cidade, o meio urbano com o qual as famílias se relacionam

também possui um valor, uma importância e características que são relativas a cada família e a cada indivíduo que se relaciona com o mesmo. Há, evidentemente, uma hierarquia nos processos de construção do espaço urbano, que foge do alcance dos assentados. Mas isso não impede que haja uma apropriação dos espaços com os quais têm relação, também gerando um sentimento em relação a estes, mesmo que esse seja negativo.

Na nossa análise, portanto, estamos privilegiando a categoria trabalho e as relações que são constituídas a partir dele para entendermos como se espacializam os assentados em suas múltiplas relações com realidades e atores sociais situados no campo e na cidade.

Um primeiro elemento que podemos apontar é a noção de que as distâncias podem ser relativas, ou seja, dependendo das condições materiais e da teia de relações sociais, uma mesma distância física pode ter diferentes apropriações por diferentes indivíduos. Percebemos essa relação no que diz respeito às possibilidades de comercialização dos produtos frutos de seu trabalho no lote por parte dos assentados.

Conforme já dissemos, devido à proximidade que o assentamento possui em relação a cidade de Sorocaba, a possibilidade de comercializar seus produtos cultivados deveria ser facilitada, pelo menos a princípio. Encontramos, por exemplo, assentados que comercializam diretamente seus produtos em feiras livres, ou que comercializam também produtos de terceiros, assumindo o papel de produtor e comerciante. Essas feiras estão localizadas principalmente nos bairros periféricos de Sorocaba, não exatamente próximos ao assentamento, sendo que uma dessas feiras localiza-se na porção sul desta cidade, próximo ao limite com Votorantim.

Essa situação de produtor/comerciante faz com que estes assentados consigam auferir uma renda familiar maior, pois conseguem um preço final para seu produto maior do que se o repassasse a atravessadores. Alguns assentados nos relataram que a diferença de preço ao vender diretamente em feira livre pode chegar a mais de 50%, dependendo da época do ano e do produto comercializado. Em geral, legumes e verduras são os produtos que alcançam maior diferença de preço. Por exemplo, um atravessador paga, em média, R\$ 0,25 por pé de alface. Na feira, este é vendido por R\$ 0,50, em média. Além disso, o comércio de produtos de terceiros proporciona uma renda extra, que não obteriam somente com o trabalho no lote.

Por outro lado, como já discutimos anteriormente, a maior dificuldade relatada pelos assentados e observada durante os trabalhos de campo que realizamos, decorrentes da condição de serem agricultores no Assentamento Ipanema, estão relacionadas às questões referentes às condições de comercialização de suas mercadorias, ou seja, da forma como se dá sua inserção no mercado.

Ora, a distância física da cidade é praticamente a mesma para todos os assentados. Mas, uns se aproveitam desta e realizam sua comercialização diretamente, enquanto outros (a maioria) se queixam da dificuldade para escoar a produção. Percebemos, então, que a distância que os separa da cidade é *relativa*.

Evidentemente, devemos entender que essa possibilidade de se inserir como comerciante, feirante, não é possível para todos os assentados e, muitos são os que nem querem realizá-la. A possibilidade de uma inserção melhor ou pior no mercado diz respeito, então, aos aspectos que elencamos no capítulo anterior. Fazer uma leitura adequada do tipo de produto que é mais aceito e de como pode inseri-lo no mercado, tecer redes de relações que permitam se apropriar melhor das

características desse é fundamental para que essa distância de um centro consumidor em potencial seja aproveitada pelas famílias assentadas. Além disso, o acesso a financiamentos e a assistência técnica é fundamental para que a atividade agrícola seja exitosa.

Por mais que o possível local de consumo dos produtos agrícolas que são resultado do trabalho das famílias assentadas na terra esteja muito próximo, foi somente a partir de programas de comercialização do governo federal que muitos assentados conseguiram ter incentivo para plantar, pois conseguem ter um mínimo de garantia de comercialização.

O fruto do trabalho na terra desses assentados está saindo, sendo adquirido, pelas mãos do Estado. Estão sendo acionadas instâncias de poder, estruturas, escalas de organização que fogem da esfera de influência direta dessas famílias. A cidade está ali, mas o mercado parece estar longe. Cabe dizer que a existência de um programa do governo para a comercialização dessa produção decorre da demanda e poder de pressão dos assentados por meio dos movimentos e organizações que os representam. Dessa forma, acreditamos que se este ou os próximos governos não derem continuidade a esse programa, haverá manifestações e pressões sobre o poder executivo.

Essa situação é bem distinta da que tradicionalmente foi observada pela Geografia e pelas Ciências Sociais de maneira geral na análise de bairros rurais. Via de regra, sempre existia uma feira próxima aos bairros rurais, que propiciava aos camponeses condições de comercializar diretamente suas mercadorias. Para se reproduzirem, os assentados passam a estabelecer relação com o mercado em uma escala maior,

mediada pela ação do Estado, que adquire os seus produtos e posteriormente os distribui em nível local ou nacional.

Dessa forma, o destino final da produção agrícola da maioria dos assentados da Fazenda Ipanema está fora do controle deles. Essa situação não é específica deste caso que estudamos. Devido ao domínio que os atravessadores e, principalmente, as grandes redes de supermercados possuem na comercialização de produtos agrícolas, cada vez menos os produtores têm noção de quem irá consumir o que plantaram e colheram. Poucos são os casos em que produtores asseguram o acesso a um mercado que lhes permita que uma parcela maior da renda da terra fique com eles.

Recentemente, tivemos a oportunidade de conversar com produtores de uva da região de Indaiatuba-SP. Estes nos relataram que possuem um esquema de comercialização com atravessadores que comercializam sua produção em Goiânia-GO, Anápolis-GO e Brasília-DF. Isso tem possibilitado que eles consigam um preço melhor do que se vendessem no mercado local ou no CEASA de São Paulo. Esse acesso diferenciado a essa rede de comercialização específica foi possibilitado pela organização presente nos produtores da região que, a partir de uma associação, conseguem ter uma escala de produção maior e realizar negociações com os intermediários mais vantajosas.

Outra questão extremamente importante diz respeito ao próprio espaço do lote. A construção desse espaço está relacionada, como afirmamos anteriormente, a aspectos subjetivos, que têm relação com a chegada a “um espaço vazio” e à sua conseqüente apropriação, construção e contínua reapropriação. Há diferenças na

forma de encarar esse espaço entre aqueles assentados que só trabalham no mesmo e aqueles que também trabalham na cidade.

Em primeiro lugar, procuramos ver o lote como o local de morada, e nesse sentido, como o espaço em que a família vai se relacionar e, a partir dele, expandir suas relações.

Nesse contexto a casa é o centro, o espaço por excelência de construção da vida familiar. Não por acaso, em geral ela está situada no meio do lote, feita de alvenaria e mobiliada com novos armários, geladeiras e fogões e uma ou outra peça do velho mobiliário herdado, que resistiu a tantas migrações e até mesmo correrias da polícia ou estouros de boiadas propositadamente jogadas sobre os acampamentos. Ela guarda, junto com velhas lembranças, os sonhos de liberdade. (D'AQUINO, 1996, p. 25)

A autora citada acima descreve como na área que realizou seu estudo (Fazenda Reunidas em Promissão-SP) a casa é o primeiro espaço a ser construído e apropriado pela família ao ser assentada. Isso independe se a mesma é de alvenaria ou de madeira, por exemplo. Transcorridos mais de onze anos da constituição do Assentamento Ipanema são várias as casas de assentados (se não for a maioria) que são de madeira, muitos as chamando de “barraco” (ver fotos 18 e 19). Somente agora, com a liberação de um crédito de R\$ 8.000,00 a fundo perdido da Caixa Econômica Federal é que muitos assentados estão tendo a oportunidade de construir casas de alvenaria ou, aqueles que já as possuíam, de finalizá-la.

Foto 18: Casa do Sr. Alaor.
Foto: Eduardo Castro, mai./2006.

Foto 19: Casa do Sr. Luis Carlos.
Foto: Eduardo Castro, dez./2003.

A construção da casa vai depender das condições financeiras de cada família no momento em que vão para os lotes definitivos e de como essa situação vai se alterar ao longo dos anos. O crédito moradia liberado pelo INCRA quando da instalação do assentamento foi de R\$ 3.000,00. Muitas famílias preferiram começar a organização da produção com esse valor, pois desta depende a sobrevivência imediata da família. Mas o fato de não possuírem uma casa de alvenaria não significa que a apropriação da casa seja “incompleta”. Observamos, por exemplo, na casa do Sr.

Luis Carlos, flores enfeitando a entrada e dentro da casa, tudo muito limpo e arrumado, apesar dessa ser de madeira.

A apropriação e construção do espaço do lote se dá, portanto a partir da casa e da produção nele estabelecida. Percebemos que aqueles que não trabalham somente no lote parecem ter uma apropriação diferente em relação a este, a partir do que eles próprios relatam. Ao caminhar nesses lotes com os assentados, estes sempre vão buscar justificativas para tal cultura estar “meio largada”, ou em determinado local o mato estar maior do que eles gostariam. Percebe-se uma certa vergonha em relação a estes fatos.

Já, os assentados que estão trabalhando somente na produção agrícola no lote têm, em geral, muito orgulho de mostrar coisas que, para nós, muitas vezes passam despercebidas. Por exemplo, o Sr. Paulo Bernardo, mostrou-nos muito orgulhoso que possuía alguns pés de cana caiana (ver foto 20). Outro assentado, o Sr. Ligeirinho, aproveitando um “regio d’água” que passa em seu lote, construiu uma espécie de piscina, onde, segundo ele, se refrescará no verão.

Foto 20: Pés de Cana caiana do Sr. Paulo Bernardo.

Foto: Eduardo Castro, maio./2006.

Isso mostra, que a apropriação e a espacialização no lote têm uma dimensão que vai além do trabalho agrícola em si. O domínio do lote e a construção de “equipamentos” que, não são destinados à produção propriamente dita, é muito comum entre os assentados, deixando aquele espaço “do seu jeitinho”.

O Sr. Maluf, que voltou a trabalhar somente no lote há aproximadamente dois anos, vem aos poucos mexendo no mesmo e procurando também deixá-lo mais aprazível. Reclamou que precisa reformar o pasto e que ainda não teve tempo de fazê-lo, mas já se percebe uma relação diferente da do Sr. Jânio, por exemplo, que trabalha de segunda a sábado na cidade. Ele mostrou descontentamento e até um certo desgosto com o estado do lote, dizendo que as coisas estavam meio largadas, pois não conseguia ter tempo para ajeitá-las.

Dessa forma, são várias as maneiras de se apropriar de construir o espaço de cada lote. Essas maneiras estão, em boa medida, relacionadas aos trabalhos que ali são executados e ao tempo que conseguem permanecer ali sem estar trabalhando, tendo um *tempo livre*.

Durante os anos de acampamento, relações de amizade, solidariedade, vizinhança, e mesmo de parentesco são travadas entre os acampados. Com o estabelecimento do assentamento essas relações têm a possibilidade de ter continuidade e de se fortalecerem.

Após 11 anos da constituição do assentamento rural, percebemos que o sentimento de identidade, de pertencimento ao lugar é muito forte. Todos se conhecem, apesar do grande tamanho do assentamento. Sempre encontramos assentados fazendo visitas a outros, sejam mulheres ou homens.

Os motivos das visitas são bem variados, desde tomar um café com a comadre, até pedir sugestões sobre a forma como lidar com uma plantação ou uma criação. Tivemos a oportunidade de presenciar um assentado matando um boi e outro assentado ajudando-o, inclusive a cortar a carne. A pessoa que forneceu a ajuda não consumiu a carne do boi, mas percebemos que estava se divertindo com a atividade, conversando com as pessoas, tomando uma cachacinha, enfim, vivenciando uma sociabilidade típica camponesa.

Redes sociais são tramadas dentro do assentamento. Já são vários os casos de filhos de assentados que casaram entre si, inaugurando uma relação de parentesco naquele espaço que outrora não existia e que pode ser característica da próxima geração residente no assentamento. Por exemplo, o filho mais novo do Sr. Ligeirinho casou-se recentemente com a filha de um assentado e estão morando no lote deste último; a filha do Sr. Sergião já é casada há alguns anos com outro assentado, sendo que eles compraram o lote ao lado do lote do Sr. Sergião; o irmão do Sr. Edson também se casou logo quando os lotes definitivos foram conquistados; o Sr. Maluf, como já dissemos, casou-se ainda durante a ocupação; enfim, percebemos que esses laços vão sendo criados e fortalecidos.

Redes de solidariedade e de ajuda mútua também vão sendo estabelecidas. Mulheres se reúnem para fazer o pão que vai ser consumido e vendido por elas, como é o caso da Dona Vera, Dona Elza e Dona Dulce. Famílias se unem para realizar mutirões para auxiliar um assentado num momento de necessidade.

Sr. Alaor: É um momento marcante [do mutirão]. Às vezes você é vizinho do cara e fica um mês sem ver ele, então ali nego rasga seda, conta piada, conta as novidades e as experiências do serviço dele... então a gente passa a saber. É uma coisa boa, muito boa,

vixe, coisa ótima! (assentado, entrevista concedida em maio de 2006)

Em junho de 2007, a casa de um assentado, o Sr. Sergião, pegou fogo, sendo destruída completamente. Em uma semana, os assentados organizaram uma festa e conseguiram arrecadar mais de R\$ 3.000,00, que serviu para o Sergião iniciar a reconstrução de sua moradia.

Além do mutirão, é muito comum os assentados trocarem produtos entre si. Oferecer produtos aos vizinhos é uma outra forma de solidariedade típica, que vai propiciar a muitas famílias o consumo de produtos alimentícios sem a necessidade de despendar recursos financeiros para adquiri-los.

Sr. Valdemar: Aqui os amigos passam, a gente oferece alguma coisa a eles, depois a gente vai lá, se tem alguma coisa a gente traz, é assim, divide. (assentado, entrevista concedida em julho de 2007)

Edson: Então, apesar de eu não ter muita variedade no meu lote, hoje se eu for ver eu tenho o quê? A goiaba parou de produzir, normalmente a gente tem umas bananas, tem um capãozinho ali que é básico pro consumo [...] tem um pezinho de chuchu, umas galinhas, um ovinho, um leitinho... mas o que eu uso muito com o pessoal aqui, eu sou meio cara de pau, a gente faz muita troca, né. Então, a minha feira eu faço aqui com os vizinhos. O que você tem lá sobrando? Quem tem um pé de chuchu, ele não come tudo, sobra, né. Então eu passo lá, tal coisa você pega lá na minha casa, e tem várias famílias, não é a maioria talvez, mas várias famílias que faz isso. O que você tem? Tenho um limão ali, mas o limão é muito pro meu consumo, mas é pouco pra venda, não vendo ele. O cara já vem e leva uma sacolada de limão, então a gente faz essas trocas aí. E aí, que se eu for fazer esse balanço no final do mês, né, só essa base de legumes que a gente troca aqui, eu consumo, a gente consome uma variedade aí, acho, de uns dez produtos assim no mês entre, vamos dizer: mandioca, jiló, berinjela, chuchu, pimenta,

pimentão, quiabo, é o que é mais produzido por aqui, né. (assentado, entrevista concedida em maio de 2006)

Essa solidariedade entre os vizinhos, como nos relatou o Sr. Edson, é muito comum e também é um elemento muito forte no estabelecimento dos laços e das relações sociais entre os assentados. Todas as vezes que fomos ao assentamento, além de tomar café, almoçar (às vezes mais de uma vez no mesmo dia), pernoitar nas casas dos assentados, eles sempre nos ofereciam coisas nas nossas visitas: goiabas, verduras, legumes, inclusive uma vez saí com um cacho de bananas no porta-malas do carro. Sempre nos ofereciam os frutos do seu trabalho com o maior prazer e orgulho de nos mostrar a qualidade do que tinham produzido.

Tivemos também a oportunidade de freqüentar alguns bares que ficam no assentamento durante os trabalhos de campo que realizamos e percebemos também que estes são lugares de socialização, principalmente dos homens, onde as pessoas se encontram para saber as novidades, marcar reuniões etc.

Sempre há a ocorrência de festas no assentamento. Além das tradicionais festas juninas e da festa de aniversário da ocupação (ver foto 21), sempre há festas de aniversário que reúnem várias famílias. Nas festas coletivas, as mulheres, em geral, tomam a iniciativa de vender rifas, coletar doações de animais e outros produtos alimentícios para que a fartura da mesma seja garantida. Na festa dos 14 anos da ocupação, em 1996, havia duplas caipiras cantando, um locutor de rodeio amigo dos assentados anunciando as atrações da festa, além de muita comida, bebida e mesa com jogo de truco (da qual eu e meu parceiro, o Sr. Moacir, saímos invictos na noite!).

Foto 21: Festa dos 14 anos da ocupação da Fazenda Ipanema.

Foto: Eduardo Castro, maio./2006.

O Sr. Sergião nos relatou que quase todo final de semana organiza um forró entre os vizinhos, que vai até alta madrugada. Relembra que durante a ocupação, não tinha um dia praticamente em que não havia um forró para os assentados se distraírem um pouco das tensões do dia-a-dia, sempre com um sanfoneiro que era acampado e hoje é assentado em Ipanema.

Enfim, percebemos que há uma efetiva apropriação desse espaço, gerando um processo de *territorialização* do conjunto dessas famílias em relação ao assentamento. A casa, o lote, o assentamento não são apenas espaços onde se dorme, apenas uma moradia para famílias que vivem da realização de atividades diversas, inclusive não agrícolas. Nesse sentido, a concepção de território aqui adotada passa pela noção de apropriação de um espaço por um conjunto de pessoas, nesse caso, das famílias do assentamento.

Entende-se *território* como o espaço de reprodução da existência de uma sociedade ou grupo social, formado com base em um contrato social firmado entre os seus membros e definido a partir de relações de apropriação e domínio. O contrato social corresponde a um conjunto de princípios, explícitos ou não, que regem e orientam as

relações sociais numa dada forma social, inclusive as relações que definem as formas de apropriação da terra e o regime de propriedade. Aqueles que compartilham um mesmo território devem estar submetidos a uma mesma “lei”. (MARQUES, 2000, p. 30 – grifos do autor)

Então, há um relativo controle desse espaço, o que faz com que essas pessoas se sintam pertencentes ao mesmo, tenham uma sensação de segurança de permanecer ali, de não serem expropriadas novamente, o que garante uma apropriação profunda desse espaço, gerando o processo de territorialização.

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento. Não é somente o lugar da produção, mas também o lugar da realização da vida. [...] E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico. (SIMONETTI, 1999, pp. 70-71)

O processo de territorialização dessas famílias envolve, portanto, a dimensão cultural, simbólica. É a materialização no espaço e nas relações sociais que são desenvolvidas a partir desse espaço, de uma trajetória de luta e de um futuro de sonhos. É, nesse espaço, que a maioria das famílias assentadas realizam seus projetos de vida, projetos esses que têm como dimensão fundamental suas famílias.

E, em relação ao espaço urbano, quais dimensões podem ser apreendidas das diferentes modalidades de inserção, de relação e de apropriação que as famílias da Fazenda Ipanema possuem com ele? Quais são as diferenças entre aqueles assentados que trabalham na cidade, aqueles que comercializam sua produção nela

e os que apenas a utilizam para as compras necessárias e para o uso os equipamentos públicos como hospitais, escolas, correio etc., tendo em vista que essas relações não são obrigatoriamente excludentes?

Algumas lideranças dos assentados têm relações mais estreitas com o meio urbano, pelo fato de possuírem uma atividade política, sobretudo em negociações com o ITESP sobre assistência técnica e com o INCRA sobre liberação de recursos etc. Evidentemente, as redes de relações sociais que são desenvolvidas variam de acordo com a forma como os assentados se inserem na cidade. E o trabalho é um elemento importantíssimo para compreendermos como essas relações se constituem e se desenvolvem.

As relações que a maioria dos assentados, chefes de família (os que só trabalham no lote), possuem com a cidade são decorrentes de sua função de fornecedora de serviços. Dessa forma, o comércio (tanto de insumos agrícolas, quanto de bens de consumo para a casa), os serviços médico-hospitalares, agências bancárias e o escritório do ITESP em Sorocaba são os principais recursos a que essas famílias recorrem.

Pelo fato de a cidade de Sorocaba ser muito maior que a de Iperó, é em Sorocaba que a maior parte das necessidades dos assentados é suprida. Com exceção da compra de insumos agrícolas que são adquiridos, em sua maioria, no município de Capela do Alto, que possui várias lojas especializadas nesse ramo.

Para se locomover até a cidade de Sorocaba, há um ônibus que passa dentro do assentamento e que vai e volta para essa cidade uma vez pela manhã e uma vez à tarde. Além disso, existe uma linha regular que liga as cidades de Sorocaba e Iperó, que possui mais horários. No entanto, este ônibus não entra no assentamento e os

assentados têm que se locomover até a estrada que liga essas cidades para apanhá-lo. Dependendo do lugar em que o assentado mora, tem que ser feita uma caminhada que varia de 5 a 30 minutos. São poucos os assentados que possuem automóveis, o que facilita o deslocamento para esses.

Muitos são os relatos de assentados que dizem que vão à cidade apenas para o necessário, inclusive com depoimentos de que “é só chegar na cidade e a cabeça já começa a doer” (Sr. Otacílio) ou de que querem sair de lá o mais rápido possível. Percebe-se que a relação com a cidade não é prazerosa, muito pelo contrário. Acreditamos que a cidade representa, em certa medida, algo que lhes é externo, ao qual não pertencem e que suscita uma relação de *topofobia*¹³ com esse espaço. Acreditamos que o que traumatiza sejam sobretudo as frustrações, a não integração, a insegurança pessoal e familiar, o fato de se estar à mercê da vontade de outros e o sentimento de injustiça e de humilhação que essa situação gera. Todos estes aspectos estão relacionados a uma inserção precária no mundo do trabalho. Além disso, também é preciso considerar as marcas relacionadas ao sentimento, vivenciado em muitas situações, de que se é um estranho perdido no meio da cidade grande.

¹³ A aceitação passiva da realidade geográfica pode ser rompida por experiências capazes de provocar sensações intensas - e mesmo fracas, ou até mesmo tão ordinárias que não despertam a consciência geográfica e sim uma consciência voltada à qualidade daquilo que é oferecido pelos ambientes experienciados. Se estas experiências são positivas e agradáveis, são experiências de Topofilia. Se, ao contrário, são experiências repulsivas e desagradáveis, são experiências de Topofobia. Os dois termos, cunhados por Bachelard em 1969, foram ampliados por Tuan (1974) para abarcar não só as experiências relacionadas com os espaços, mas também as experiências com lugares e paisagens, conforme nos explica Relph (1979). Topofilia, relaciona-se com sentimentos direcionados ao lar, para aquilo que é confortável, sem confusões ou tensões. Inclui também as experiências de êxtase contemplativo dos lugares, assim como os componentes persuasivos das paisagens atraentes. Tudo aquilo que nos leva a relaxar e a nos sentir estimulados, dando-nos prazer, relaciona-se com a Topofilia. De acordo com o ambiente ou as circunstâncias, as experiências de lugares e paisagens podem ser Topofóbicas. Isso acontece quando envolve as sensações de medo e receio, ou quando o observador se sente rejeitado pelo ambiente. São experiências que, sendo de algum modo desagradáveis, induzem à sensação de ansiedade ou depressão. (LASSALVIA, 2004, p. 57-58 – grifo nosso)

Para estes trabalhadores, o trauma vivenciado na cidade (moradia em lugares insalubres, violência, dificuldades de toda ordem no trabalho, separação da família, desemprego, transporte, fome, trabalho nas fábricas, controle do trabalho e do tempo etc.) explica a recusa e a resistência a esta proletarização, fazendo emergir o desejo de mudança, através da luta pela terra e da reafirmação de um projeto de vida que tem a terra como fundamento de um modo de ser, de pensar e de estar no mundo. (SIMONETTI, 1999, p.118)

Mesmo entre os assentados que comercializam sua produção na cidade, seja em feiras ou de porta em porta, há a percepção de que essa tarefa é árdua. O Sr. Luis Carlos, por exemplo, durante muitos anos foi feirante em Sorocaba. Apesar de essa atividade ter um grande peso na renda da unidade familiar, havia uma sensação expressa na sua descrição desta atividade sempre relacionada a um cansaço acompanhada de uma insatisfação, uma vontade de não mais realizá-la. Tanto é que, agora, este assentado está procurando evitar ter que realizar esse comércio, devido ao surgimento da possibilidade de comercializar sua produção pelo PAA e pela recente autorização que o IBAMA concedeu para que os assentados comercializassem a sua produção em sua sede na Fazenda Ipanema. Segundo o Sr. Luis Carlos, é preferível vender no IBAMA por não precisar madrugar (para fazer feira, acordava às 4 da manhã aos finais de semana), pelo deslocamento ser bem menor, e pelo fato de ser muito mais tranquilo ficar por ali, ao lado do assentamento, que enfrentar a confusão da ida e volta da cidade, a gritaria, agitação e tumulto própria feira.

Já os assentados que trabalham na cidade, além do trabalho no lote, têm diferentes percepções daquele espaço. Como transcrevemos anteriormente, na fala do Maluf, quando este assentado trabalhava na cidade, este “não se sentia mal não”. Sua vontade era a de trabalhar somente na terra, coisa que está conseguindo fazer há

dois anos. Hoje, este assentado possui um Fusca e tem condições de levar sua mercadoria até os compradores (PAA ou feirantes) e, como sua esposa tem problemas de saúde, chega ao consultório médico com mais rapidez e comodidade.

O Sr. Jânio é um dos assentados que continua trabalhando na cidade. Sua fala é bastante ambígua em referência ao sentimento que possui em relação à cidade.

Eduardo: Qual a melhor coisa de morar aqui no assentamento?

Jânio: Tem mais sossego, né? Pelo menos os filhos não cai nas bandidagem da cidade, na cidade tem bandidagem, né? O cara que não estuda vai pra bandidagem, agora o cara que estuda ele não vai. [...] Agora aqui não, pelo menos os filhos não tá vendo nada de malvado da cidade, malvadeza...

Eduardo: E a pior coisa de morar aqui?

Jânio: Não, aqui é tudo bom. A pior coisa às vez a gente quer comprar algum um objeto pra gente, pra família da gente e naquele tempo não tem como comprar. Uma roupa, um carçado, ou uma bicicleta prum filho que quer e as vez não tem como comprar. As vez nem que a gente tenha uma novilha aí, a gente fala, vamo vender essa novilha pra comprar uma bicicleta. Vende a novilha e não consegue comprar a bicicleta porque tem outras coisa pra comprar dentro de casa. Acontece isso aí com a gente, aconteceu isso aí comigo já! E tem as conta né? Ah, vamo vender uma novilha dessa pra mim fazer alguma coisinha, né? Aí as conta, na hora aparece as conta e aí já desintera as conta. Na cidade é duro, pro cara morar na cidade é duro. Mas se ele tiver o emprego dele, a casinha dele não é difícil não. E tem estudo também né? Sem estudo não veve na cidade não. Veve na bandidagem muito, né?

Há vários aspectos interessantes e reveladores na fala transcrita acima. De um lado, as qualidades de morar no assentamento são concebidas em oposição aos problemas da cidade. O assentamento é tranqüilo, não há “bandidagem”. A visão da cidade é, como dissemos, ambígua. Há a percepção de que sem estudo, não há

possibilidades de se viver com dignidade, mas há o atrativo do consumo, que, na sua visão, morar e trabalhar na cidade pode propiciar com mais facilidade. Há uma idealização de que, ao se ter um elevado grau de instrução, o morador da cidade teria uma facilidade muito maior em consumir aquilo que quisesse, na hora que quisesse. Ora, sabemos que as coisas não são dessa maneira, mesmo porque o que os indivíduos desejam, almejam, sonham consumir são relativos à posição social que ocupam em determinado momento. Assim, se para esse assentado o “sonho de consumo” em um determinado momento é uma bicicleta para o filho, para um trabalhador da classe média urbana pode ser um televisor de plasma. Ambos os desejos são difíceis de se obter a qualquer momento.

Outro aspecto diz respeito à inserção desse e de outros assentados como consumidores na economia capitalista. Existe uma dificuldade em garantir necessidades materiais que são básicas. Essa bicicleta para o filho, além de propiciar lazer, pode ser um importante meio de transporte dentro do assentamento. Há uma desigualdade entre os preços dos produtos agrícolas e o dos produtos de origem industrial que os assentados necessitam consumir (roupas, calçados, materiais escolares etc.). Muitos autores abordam a questão da transferência de renda da agricultura para outros setores da economia, da expropriação da renda camponesa da terra pelo capital comercial e industrial. Além disso, o significado de vender uma novilha para comprar algum produto ou mesmo pagar contas é significativo, pois em geral o gado é uma reserva de valor, cuja venda se faz necessária em momentos de apuro ou para se fazer um investimento, o que pode demonstrar o grau de dificuldade financeira pela qual essa família vem passando.

Por outro lado, em outro trecho da mesma entrevista, fica claro que o Sr. Jânio não sente que tem um lugar para ele na cidade.

Sr. Jânio: Cidade é vocação... pro cara morar na cidade, ele tem que trabalhar sábado e domingo direto. Ele não tem feriado, na roça não, na roça a pessoa não tem nada, mas também não se preocupa com nada. O maior problema nosso é que nós morava no interior e nós veio tudo sem estudo pra cidade, isso é o que mais prejudicou a gente. A gente já com 20 anos já veio pra cidade e tinha que trabalhar, analfabeto, sabe cara analfabeto? Eu tenho irmão até hoje que não sabe escrever o nome. (entrevista fornecida em julho de 2007)

Para este assentado, só é possível viver na cidade tendo estudado. Neste trecho acima transcrito fica claro que o mesmo não teve possibilidade de estudar. Estas questões estão presentes nas situações e nas formas que os assentados lidam com a objetividade que se põe à sua frente.

A maneira como os assentados “se sentem” em relação à cidade, demonstrando o que Tuan¹⁴ (1980 apud LASSALVIA, 2004) chama de tofobia em relação a este espaço é uma das facetas do processo de espacialização no meio urbano. Evidentemente, essa é apenas uma das facetas em relação ao processo de espacialização que esses assentados e suas famílias podem desenvolver em relação à cidade. O aspecto político, no que diz respeito ao direito de utilizar, e sua efetiva utilização, dos equipamentos públicos é algo que não podemos deixar de considerar.

O acesso à educação é o primeiro elemento que julgamos ser fundamental a esse respeito. Os filhos dos assentados, dependendo de onde moram no assentamento vão às escolas do bairro de George Oeterer ou de Bacaetava, ambos do município de Iperó. Essas escolas têm Ensino Fundamental e o Ensino Médio e há um ônibus

¹⁴ TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.

da prefeitura de Iperó que leva e traz os alunos para a escola todos os dias. Em relação a essa questão, portanto, a avaliação geral dos assentados é de que eles são bem atendidos.

Outros serviços essenciais são o de saúde. Em relação a estes, o quadro não difere muito do que ocorre nas periferias das cidades. Há dois postos de saúde próximos ao assentamento, mas os assentados se queixaram conosco que há muita demora em se marcar consultas e que exames e especialidades médicas em geral não são atendidas nestes. Há a necessidade de se deslocar até o centro de Iperó ou um bairro mais distante de Sorocaba.

Em relação aos serviços bancários, há a necessidade de se deslocar ao centro de Iperó, pois a agência bancária do Banco do Brasil (em que eles fazem solicitam os financiamentos do PRONAF, por exemplo) mais próxima se localiza lá. Também há uma reclamação a esse respeito, pois a agência é pequena e, segundo eles, a gerência, muitas vezes, não os trata bem.

Em relação à religião, há missa católica todos os Domingos em uma capela existente no assentamento. No entanto, não são todos os assentados que têm fácil acesso ao local em que essa se localiza, devido ao tamanho do assentamento. Além da capela, há várias igrejas pentecostais e neopentecostais no assentamento (em torno de seis, não conseguimos apurar o número exato), sendo o acesso a essas mais fácil, pois estão mais espalhadas pela área.

Em relação aos serviços públicos da prefeitura, ITESP e INCRA, em geral são as lideranças dos assentados que fazem a interlocução com esses órgãos. Presenciamos algumas oportunidades em que técnicos do INCRA foram ao assentamento realizar reuniões gerais com as famílias. A pauta dessas reuniões é,

em geral, sobre assuntos específicos, como a liberação dos recursos da Caixa Econômica Federal para a reestruturação das moradias do assentamento, por exemplo. As discussões de caráter mais geral, sobre políticas públicas, são realizadas pelas lideranças.

Percebemos, então, que os assentados se relacionam com a cidade de diversas formas. A proximidade é um fator importante no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos. Como nos relatou o Sr. Otacílio, quando era criança precisava fazer uma caminhada de praticamente duas horas para chegar à escola, hoje ela está “logo ali”. Apesar disso, como as relações tramadas com o meio urbano, no passado, não trazem boas recordações, a maioria relata que vai à cidade somente quando há necessidade. Essa não é utilizada para fazer passeios, para desenvolver atividades culturais etc. A visita a algum parente é o motivo que leva os assentados a ficarem um tempo mais longo na cidade.

Em face dessas relações que são tramadas, evidentemente há um processo de espacialização mais profundo em relação ao espaço do assentamento, gerando, como já dissemos um processo de territorialização, a constituição de um território camponês em formação. Território esse que não está isolado, integra-se de maneiras diversas ao urbano que os cerca e também aos outros territórios camponeses em construção, descontínuos a este.

Apesar do status especial conferido à área pelo INCRA e das implicações daí decorrentes, com o passar do tempo ele tende a se transformar num território, cujo conteúdo é dado, de fato, pelo modo de vida dos assentados e a espacialidade de suas relações sociais. Os assentamentos Retiro e Velho são, conforme se pretende demonstrar ao longo desta tese, um território camponês - ou parte do descontínuo território constituído pelo campesinato nacional - em

processo de construção. Assim, o lote, ou parcela, denominação estabelecida pelo Estatuto da Terra e empregada pelo INCRA e pelos assentados em referência à porção de terra que cabe a cada um deles no interior do assentamento, corresponde ao lugar privilegiado da reprodução da família. (MARQUES, 2000, p. 33-34 – grifo nosso)

A partir então da espacialização e territorialização dessas famílias em relação ao assentamento, da identificação dessas família com um projeto comum e não circunscrito à Ipanema, pois se insere no contexto nacional de luta pela reforma agrária, vamos caminhar para a análise que nos propusemos anteriormente: a construção de uma classe social por parte dessas famílias a partir das lutas *pela* terra e *na* terra.

3.1. Campesinato em movimento: a constituição da classe social na luta, no trabalho e no território

De acordo com o que apresentamos até aqui sobre as trajetórias, a relação com o trabalho, com o espaço e os demais membros da comunidade que se constituiu no assentamento, as famílias assentadas na Fazenda Ipanema constituem-se em um segmento do campesinato. Conforme ressalta Thompson (2004) é no movimento da história, na articulação de uma identidade comum e, principalmente, na oposição a outro grupo que a classe se concretiza. Essa concretização se deve a um projeto específico, decorrente da diferença de interesses em relação a esse outro grupo, materializado, sobretudo, na figura do latifundiário.

Esta classe social e os sujeitos históricos que a compõem não podem ser concebidos como imobilizados no tempo e no espaço. Não estamos lidando com um

modelo fechado, e sim com sujeitos ativos, em movimento e em busca da construção de uma vida para si e para suas famílias via trabalho na terra.

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida simplesmente. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade. (MARQUES, 2002, p. 1-2 – grifo nosso)

Passado (história), presente (condições materiais objetivas) e futuro (projeto) são elementos fundantes para compreendermos os sujeitos históricos e sociais presentes no programa de reforma agrária brasileiro. Os conceitos de *camponês* e de *campesinato* são, portanto, os que possuem densidade histórica, explicativa das características desta classe social.

O uso desses conceitos e o reconhecimento de seu potencial explicativo e analítico para a realidade do meio rural brasileiro não é, entretanto, unanimidade dentro das ciências sociais. Ganhou força recentemente o conceito de agricultor familiar na definição deste mesmo sujeito histórico e social que chamamos de camponês.

Uma das principais referências para aqueles que optam pelo conceito de agricultura familiar é o livro “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” de Abramovay (1992). [...] Para Abramovay, o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida. Enquanto este último apresenta como traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o primeiro representa um tipo de

produção familiar totalmente integrada ao mercado e ao desenvolvimento capitalista. O autor salienta ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma contemporânea de produção familiar. (MARQUES, 2002, p. 4-5)

Diferentemente de Abramovay, que privilegia a dimensão econômica em sua análise, neste trabalho procuramos evidenciar outras características, mais de cunho político e sócio-cultural, quando nos referimos a esses mesmos sujeitos sociais.

Segundo Larissa Bombardi (2003, p. 110), Abramovay e os demais teóricos que defendem o conceito de agricultor familiar e de agricultura familiar, estão “forjando um conceito por meio de uma classificação que toma em consideração o aspecto mais externo e visível do modo como os agricultores relacionam-se com a sociedade de mercado”. Além disso, o campesinato sempre esteve atrelado ao mercado, portanto, a idéia de camponês incluído a um “mercado incompleto” não faz sentido.

Há que se enfatizar, ainda, o aspecto e o uso político da definição de agricultura familiar. Neves (2007) ressalta que sob o “guarda-chuva” da agricultura familiar foram inseridos populações que possuem características muito diversas: ribeirinhos, caçaras, assentados etc., agricultores que estariam “fadados ao desaparecimento social”. Nesse sentido, havia a necessidade de um enquadramento, dentro da lógica do Estado, desses agricultores.

A proposição da *agricultura familiar* como termo de apelação de um setor produtivo também correspondeu a procedimentos de mobilização política, visando à criação de princípios para enquadramento institucional de diferenciados usuários de serviços e recursos públicos. Por esse motivo, consagrou-se a construção de contrapostos modelos de desenvolvimento econômico e social, capazes de qualificar as formas de organização de unidades

produtivas, um deles politicamente correspondente ao desejado valor da *sustentabilidade* econômico-social. Ou diferenciado por melhor corresponder aos ideários elaborados diante do enfrentamento da reconstrução produtiva, genericamente reconhecida pelo termo *globalização*. Emerge então no decorrer desses processos, a construção do *agricultor familiar* como sujeito de direitos, consagrados enfim pelo Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996; Resolução 2310, de 29 de agosto de 1996). (NEVES, 2007, p. 14 – grifo nosso)

Não fazemos uso do conceito de agricultor familiar, portanto, por entendermos que as características do trabalho camponês na terra conferem qualidades a este que vão para além da atividade que é realizada para mera reprodução física do trabalhador. Para explicar e entender a lógica da sociedade, é necessário compreender os processos sociais de uma forma mais ampla, compreender quais processos sociais estão por trás das aparências das formas visíveis. Nesse sentido, verificamos que outros elementos vão se agregar e serem fundantes na forma como os sujeitos se relacionam com o trabalho e se apropriam dos resultados deste.

Terra, trabalho família e outras categorias culturais aqui consideradas se interpenetram e não podem ser consideradas separadamente. Pensar trabalho é pensar terra e família; pensar troca é pensar pai, uma vez que a troca se faz entre pais de família enquanto pessoas morais, não entre indivíduos. Não são pensadas separadamente porque são categorias de um universo concebido holisticamente. (WOORTMANN, 1990, p. 63)

Para os camponeses, portanto, o trabalho não é uma categoria isolada em sua vida, não é concebido de forma autônoma, separada das outras instâncias com as quais os indivíduos se relacionam culturalmente e na prática de sua vida cotidiana. Ao

contrário, relaciona-se intimamente com a família e com a terra, na qual o trabalho é realizado.

Percebemos essa concepção em diversas falas dos assentados: a vontade de trabalhar na terra, mesmo entre aqueles que estavam conseguindo um padrão de vida razoável trabalhando na cidade, de ficar perto da família dos filhos, enfim, de ter uma vida com significados mais amplos e com mais “tranquilidade” do que na cidade.

Sr. Edson: Então tem esse lado, o mínimo que você vê é o consumo seu, você não tem essa preocupação, porque na cidade você ficou desempregado aí baixa um desespero, né. O leite, a gente consome muito aqui, desde o acampamento eu já comprei uma vaquinha, logo que a gente começou a dividir as terras mais ou menos pra se alojar. Então a gente sempre teve no mínimo uns dez litros de leite assim por dia, aumenta pra 20, aumenta pra 25, as vez abaixa, mas sempre teve, então agente consome muito derivado de leite, queijo, requeijão, doce de leite, essas coisas. Isso se torna uma fartura que você tem, né, e hoje é um dinheiro que você não vê, mas se for comprar, e em qualidade de vida também. (assentado, entrevista concedida em maio de 2006)

Na ideologia moderna e sob o domínio das relações de produção capitalista, essas categorias aparecem, mas de forma independente.

A terra não é pensada em função da família e do trabalho, mas em si mesma, como uma coisa, ou como uma mercadoria; a família é também pensada em si, sem relação com o trabalho ou a terra, o mesmo acontecendo com o trabalho, que pode mesmo ser pensado como uma abstração, como um fator. (WOORTMANN, 1990, p. 23)

Essas diferenças são de extrema relevância quando buscamos a compreensão do sentido, do significado que o trabalho possui para as famílias assentadas na Fazenda Ipanema.

Com isso, entramos em outro ponto que entendo crucial: uma vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida dotada de sentido *dentro* do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho *assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente) livre*. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é *incompatível* com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará *maculada* pela *desefetivação* que se dá no interior da vida laborativa. (ANTUNES, 1999, p. 175 – grifos do autor)

A relação que o camponês trava com o trabalho é absolutamente diferente da que um “empresário” (como sugere Abramovay) possui com o mesmo. Para o capitalista:

De seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega. (MARX, 1983, p. 154)

O camponês é o próprio trabalhador. Tem um *ganho* a partir da exploração de sua própria força de trabalho juntamente com a da sua família, e este ganho é o que vai propiciar a reprodução material e social da sua família enquanto uma família camponesa.

Podemos pensar que, para o campesinato, os meios de produção (terra e instrumentos de trabalho) adquirem um outro valor porque eles se relacionam com esses de forma diferente: não apenas como fatores objetivos do trabalho vivo, mas

como instrumentos que vão garantir a reprodução da família. Além disso, o camponês, diferentemente do operário na fábrica, domina todo o processo de trabalho, dando importância e um sentido mais amplo aos meios de produção.

Evidentemente que dizer que o trabalho é alienado não é suficiente para compreendermos como pensa e como é o modo de vida do proletário. Como enfatizou Teodor Shanin em palestra realizada em outubro de 2007 no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, a economia familiar tem uma grande importância dentro do capitalismo, principalmente em situações de crise. Na sociedade brasileira, em que nas periferias, sobretudo das metrópoles, os trabalhadores têm uma condição precária de sobrevivência, as redes sociais que são tramadas e o trabalho não assalariado da família constituem-se em fatores muito importantes. Exemplos disso são os mutirões para encher laje, tão comuns e que remontam práticas típicas do campesinato, ou mesmo a triste situação dos meninos que vendem balas, doces, refrigerantes etc. nas esquinas e trens de subúrbio.

Elementos que estão presentes no *habitus* das pessoas são acionados em momentos que isso é possível ou necessário. Não se trata de um determinismo materialista, de uma busca estrita pela sobrevivência material, mas esses elementos podem ser acionados para garantir as condições mínimas de manutenção da vida em determinadas circunstâncias extremas.

Mas muitas vezes o que ocorre, e é esse o caso das famílias que buscam conquistar a própria terra, é a construção de um projeto. Por isso, afirmamos que para entender o campesinato brasileiro hoje, principalmente o que está se (re)construindo nos projetos de assentamentos rurais, é necessário falar em uma *condição* camponesa e não de uma *essência* camponesa.

Prefiro então falar não de camponeses, mas de campesinidade, entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. Se há uma relação entre formas históricas de produção e essa qualidade, tal relação não é, contudo, mecânica. O que tenho em vista é uma configuração modelar, mas é preciso não esquecer, sob risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos, mas sujeitos históricos e que as situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas. De fato, pode se perceber a história como uma contínua produção e resolução de ambigüidades. Modelos nunca são “iguais a realidade”, se por essa última se entende a concretude histórica que é, essencialmente, movimento. (WOORTMANN, 1990, p. 13)

Então, o que nos parece, e por isso a noção de condição, é que o indivíduo pode vivenciar em sua trajetória momentos em que ele consegue se reproduzir enquanto camponês e momentos em que ele é expropriado dessa possibilidade. A campesinidade, resultante da incorporação de um habitus camponês, pode permanecer e se manifestar de diferentes formas, mesmo quando o indivíduo não está se reproduzindo como camponês. Além disso, falar de camponês é falar de campesinato, se é possível identificar diferentes trajetórias individuais, o que torna possível a vivência da condição camponesa, é a existência de um campesinato e a possibilidade da reprodução e recriação desse modo de vida e de formação dessa classe.

E é isso o que vem ocorrendo no Assentamento Ipanema, a construção de um território camponês, território esse que é fruto do encontro de sujeitos que possuem diferentes trajetórias e projetos que, ao se unirem numa luta comum, unem-se enquanto sujeitos sociais e políticos, herdeiros de uma tradição de lutas no campo que remonta Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, Porecatu e tantas outras. Sujeitos que estão, sob o capitalismo, reproduzindo relações de produção e de vida

que não são tipicamente capitalistas, mas que, como enfatizou Teodor Shanin, são fundamentais à reprodução desse modo de produção.

Considerações Finais

Neste estudo procuramos analisar como os diferentes trabalhos realizados pelas famílias do Assentamento Ipanema se combinam na constituição da territorialidade dessas famílias. O trabalho é um elemento que não pode ser dissociado das outras instâncias da vida dessas pessoas, estando intrinsecamente relacionado com as formas de relação e apropriação do espaço do assentamento e com o projeto para o futuro que essas famílias apresentam.

O Assentamento Ipanema é um dos vários projetos de assentamento rural instituídos no Brasil nas últimas décadas. Esses projetos de assentamento têm por trás a visão do Estado sobre quem é o público beneficiário (os assentados) e qual a “função” que estes e os assentamentos possuem na sociedade nacional.

O trabalho que essas famílias realizam na terra e fora dela é um elemento chave para compreendermos as possíveis aproximações e distanciamentos que existem entre os projetos das famílias e o do Estado. No decorrer deste trabalho demonstramos que, na maioria dos casos, os sujeitos da reforma agrária em Ipanema estão (re)construindo práticas que remontam a um projeto camponês que tem como um dos princípios fundamentais a autonomia e a liberdade, de possuir o controle do processo de trabalho, sendo senhor do próprio tempo e do próprio espaço (BOMBARDI, 2004).

Conforme fomos demonstrando ao longo do texto, essa reconstrução de práticas e hábitos camponeses não é realizada sem ambigüidades e contradições nas formas de se relacionar com o trabalho e os espaços do campo e da cidade, tão próxima. Essas ambigüidades e contradições, conforme ressalta Woortmann (1990), são

próprias de sujeitos históricos, que carregam em suas trajetórias diferentes elementos que vão se combinando e informando as ações tomadas no tempo presente, sempre tendo em vista o projeto almejado.

Ao utilizarmos o conceito de campesinato para nos referirmos a esses assentados, temos clareza de que não estamos falando de um *campesinato tradicional*. Os sujeitos históricos e as classes sociais são resultados de situações, de um conjunto de relações que travam com a sociedade nacional.

Em outras palavras, aceitar a existência e a possível transferência dos camponeses “intermodos” é chegar mais perto da riqueza e das contradições da realidade. Dizer isso não é afirmar que os camponeses sob o capitalismo são iguais aos camponeses sob o feudalismo, porque isso não está em questão (pressupõe-se, obviamente, o contrário). O que realmente se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. Em poucas palavras, significa que uma formação social dominada pelo capital, que abarque camponeses, difere daquelas em que não existem camponeses. Mais uma vez, a questão delimita a fronteira marxista/não marxista, pois, como precisou o comentário autocrítico de um expoente da escola do funcionalismo estrutural, à sua crise conceitual seguiu-se a nova “forte ênfase na autonomia de qualquer subestrutura, subgrupo ou subsistema...”, assim “problematizada” – uma observação que poderia, igualmente, enquadrar alguns estruturalismos marxistas. Finalmente, e o que é mais importante, essas conclusões não são simplesmente um exercício de lógica, mas são centrais para estratégias de pesquisa e ação política, pois implicam que os camponeses e sua dinâmica devem ser considerados *tanto* enquanto tais, *como* dentro dos contextos societários mais amplos, para maior compreensão do que

são eles e do que é a sociedade em que vivem. (SHANIN, 1980, p. 68-69 – grifos do autor)

Com isso, estamos assumindo uma perspectiva que trata o campesinato de forma *dessencializada* encarando-o enquanto uma *condição*. Entendemos que esses assentados vivenciam a *condição camponesa* nesse momento de suas vidas, condição essa que é enredada por sua trajetória, pelas opções que realizam, pela busca por uma permanência, por um enraizamento, em uma sociedade marcada pela fluidez da modernidade, e pelo fazer-se classe.

É, então, através da luta pela terra e do retorno a um modo de vida relacionado ao trabalho na terra, que este grupo se constitui enquanto tal, enquanto possuidor de determinadas características comuns, que nos permitem “caracterizá-lo” enquanto pertencente a uma classe social específica, o campesinato.

No entanto, nos trabalhos de diversos autores, como José Graziano da Silva (1997 e 2001), aparece uma visão do campo brasileiro hoje e, conseqüentemente, das famílias assentadas no Brasil como se o campo fosse um local de moradia apenas. Não é mais o trabalho da família na terra que constitui a atividade principal, tampouco a motivação de permanecer no campo.

Segundo José Graziano da Silva:

A família rural típica não se reúne mais em torno da exploração agropecuária. O patrimônio familiar a ser preservado inclui as terras e, acima de tudo, a casa dos pais que se transforma numa espécie de base territorial, acolhendo parentes próximos em algumas ocasiões festivas e tornando-se cada vez mais ponto de refúgio nas crises, especialmente do desemprego, além de permanecer como alternativa de retorno para a velhice. Além disso, a gestão familiar inclui agora outros “negócios” não-agrícolas como parte de sua

estratégia de sobrevivência (maioria dos casos) ou mesmo acumulação. Em outras palavras, o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura porque a família deixou de ser agrícola e se tornou pluriativa ou não-agrícola, embora permaneça residindo no campo (SILVA, 2001, p. 42-43)

Essa visão de José Graziano da Silva vai ao encontro das idéias de Abramovay sobre o *agricultor familiar* e *agricultura familiar*. Os assentamentos rurais seriam, então, “vilas rurais”, viveiros de mão-de-obra de reserva para as cidades ou o agronegócio e os assentados e suas famílias se constituiriam em indivíduos *pluriativos*, ou seja, trabalhadores rurais em tempo parcial (ou mesmo em tempo nenhum), cuja maior fonte de renda e de sobrevivência seria proveniente das atividades urbanas, ou não agrícolas, o que Graziano chama de ocupações rurais não-agrícolas (ORNA). Uma das armadilhas desse argumento é a falta de memória, é a escolha de um momento histórico específico para tomar como origem do campesinato, quando este vira somente agricultor e a abstração das múltiplas relações que este teve e tem com a cidade desde há muito. Na visão desse autor, o campo e a cidade fariam parte de um mesmo continuum, não sendo mais possível distingui-los (SILVA, 1997).

Efetivamente, as transformações no capitalismo brasileiro caminham no sentido de “excluir” grande parte dos brasileiros de condições de moradia e de trabalhos dignos no campo e na cidade. A visão de que os assentamentos rurais constituir-se-iam em “viveiros de mão-de-obra” é reducionista e não capta as contradições inerentes à nossa sociedade. Principalmente no que tange aos sonhos e anseios da população que entra na luta pela terra.

Em segundo lugar, a visão de que não é possível mais distinguir o que é rural do que é urbano parte da perspectiva (a nosso ver, idealista) de que a urbanização da sociedade se dará de forma avassaladora e homogênea, não cabendo mais uma distinção entre o que são atividades urbanas e atividades rurais, sendo então o *agricultor familiar* o novo sujeito, moderno, que habita o campo. Sobre isso, Ariovaldo Umbelino de Oliveira afirma que:

José Graziano da Silva acerta no principal, ou seja, é verdade que o desenvolvimento do modo capitalista de produção trouxe consigo o desenvolvimento e a expansão do urbano. O urbano tornou-se, assim, maior que a cidade e que o campo, tornou-se sua síntese contraditória. Mas essa síntese contraditória não eliminou a cidade nem o campo. As suas relações tornaram-se mais complexas. Um não pode ser entendido sem o outro. Mas isso não quer dizer que um foi incorporado pelo outro, como parece entender o autor. Afinal, para ele, sempre existiu a esperança de que a agricultura se transformasse em uma “fábrica verde”, enfim, que as relações sociais de produção e de trabalho capitalista, quer dizer, assalariadas, dominassem a tudo e a todos. (OLIVEIRA, 2004, p. 44)

O campo não desapareceu, nem as relações que são típicas do meio rural, calcadas em uma lógica distinta das relações dominantes na cidade e no urbano. Nesse sentido, reafirmamos a nossa posição em não utilizar o conceito de “*agricultura familiar*” que faz parte de uma leitura da sociedade que privilegia o aspecto econômico e não capta suas contradições mais profundas.

Mas, isso é apenas suficiente para explicar parte das transformações do mundo rural contemporâneo, em particular aquelas que se coadunavam com o paradigma da industrialização da agricultura, que previam as “fábricas verdes” como protótipo da organização social do trabalho nos campos.

Entretanto, não foi isso que aconteceu, e o campesinato tem dado mostra suficiente de sua força, para que essa tese teórica, política e

ideológica da hegemonia plena do capitalismo fosse de fato ocorrer, como previram os clássicos Marx e Lênin. (OLIVEIRA, 2004, p. 44)

Para justificar a sua tese, José Graziano da Silva utiliza-se dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Como nos mostra Oliveira (2004), a utilização desses dados é equivocada, pois há uma distorção na sua leitura e análise por parte de Graziano, já que (como admite o próprio IBGE) muitos domicílios apontados como rurais na PNAD são na verdade urbanos, o que desqualifica a análise realizada.

O caso do Assentamento Ipanema mostra claramente que a grande maioria dos assentados está desenvolvendo sim trabalhos agrícolas e não ORNA, como quer crer Graziano ao generalizar essa afirmação.

Dessa forma, os assentados da Fazenda Ipanema não se constituem em agricultores de tempo parcial. Apesar de surgirem algumas iniciativas que não são típicas do campesinato tradicional, como a tentativa de estabelecer atividades relacionadas ao turismo rural no assentamento, isso não é aceito, ou tido como uma opção interessante, pela maior parte dos assentados¹⁵. Isso tem relação com a prudência do camponês em não iniciar uma atividade sem ter os riscos muito bem calculados, pois disso depende a sobrevivência de sua família.

Dentro da perspectiva de que os assentados, beneficiários da reforma agrária do governo federal, via INCRA, estão sujeitos às suas políticas, é necessário salientar

¹⁵ No ano de 2006, em torno de 20 famílias do assentamento realizaram um curso de turismo rural, incentivados pelo IBAMA e promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Nesse ano, ao conversarmos com algumas famílias assentadas que estavam realizando o curso, muitas se mostraram entusiasmadas com essa possibilidade. No entanto, ao retornarmos no ano seguinte e conversarmos com as mesmas famílias, percebemos que a maioria não tem muitas expectativas e não quer participar de tal projeto. Em torno de 8 famílias, das 20 que realizaram o curso, se mostram dispostas, hoje, a participar de projetos nesse sentido.

que a visão que o governo possui da reforma agrária é similar à de José Graziano da Silva, que, inclusive, fez parte do atual governo. Segundo Marques (2004), a política de assentamentos visa a inserção social dos sem-terras sob o signo da cultura capitalista, encarando os beneficiários como um “recurso”, equiparando-o com os outros elementos envolvidos no processo, ou seja, com a clara intenção de esvaziar o conteúdo político da luta pela terra.

Na visão dos que crêem na agricultura familiar como conceito que engloba todos aqueles que possuem uma pequena produção agrícola de base familiar, os aspectos econômicos são os que são considerados. Os aspectos subjetivos, culturais, sociais que permeiam as diferentes famílias abrigadas sob essa definição estatal (e, conseqüentemente, política) não são considerados quando da implantação dos programas governamentais. Não há a percepção, por parte dos agentes do Estado, do significado que possui a luta pela terra para essas famílias, enfim de qual é o seu *projeto*, quando tentam essa alternativa de vida para si e para suas famílias.

O Assentamento constituir-se-ia, no ideário de muitas dessas famílias, em uma terra liberta, conquistada via luta e sacrifício de muitos, que expressa o sentimento de possuir uma autonomia no processo de trabalho. Autonomia essa, que se estende para vários âmbitos da vida dessas pessoas. Mas não é essa a visão do INCRA. Teresinha D’Aquino, ao trabalhar com o Assentamento Reunidas, em Promissão-SP, mostra isso de maneira clara:

O estilo de vida camponês, conjunto de preferências que distinguem algumas famílias assentadas e lhes dá unidade, muitas vezes entra em conflito [...] com a visão de agricultores modernos e integrados que os agentes do Estado querem formar. (D’AQUINO, 1996, p. 6)

No caso do Assentamento Ipanema e da maioria dos assentamentos rurais brasileiros, há um conflito implícito entre a visão dos assentados do espaço do lote, do assentamento, como de terra liberta, conquistada, com a visão do INCRA, de manter esses assentados tutelados, sob as políticas que têm por trás a sua concepção do que seria o papel econômico desses assentados e do projeto de reforma agrária, conforme afirmou Klaas Woortmann (informação verbal)¹⁶. Além disso, como ressalta Marques (2004), a terra, para o INCRA, é considerada a partir de suas qualidades supostamente intrínsecas, como uma coisa em si mesma, separada das pessoas, o que conflita, como demonstramos a partir do caso estudado, com a visão relacional que o campesinato possui da terra.

Dessa forma, o Estado brasileiro lida com os assentados como pessoas que têm que dar um retorno econômico para a sociedade. Em reportagem da Folha de São Paulo (vide Anexo F) de 25 de junho de 2007, fica clara a preocupação do governo em justificar o investimento na constituição de assentamentos rurais pelo aspecto econômico, no caso, o de geração de empregos. Evidentemente que isto é importante, mas outros elementos interligados a esse, como a concentração de terras no Brasil, a falta de expectativas de uma inserção urbana digna para milhões de famílias brasileiras ficam em segundo plano, o que, do nosso ponto de vista, é incompatível com a realização de um efetivo processo de reforma agrária.

Por outro lado, verificamos que a concepção e execução de programas como o PAA e o CDAF, estão sendo extremamente importantes para muitas famílias assentadas permanecerem na terra, no lote, no assentamento. Ainda assim, o fato de os assentados terem de lidar com atravessadores, que expropriam parte de sua renda,

¹⁶ Idéia desenvolvida por Klaas Woortmann em sua palestra no II Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 2007.

mostra que ainda há muito por se fazer, no que se refere às políticas públicas para a produção camponesa, que possui um papel importantíssimo no fornecimento de produtos alimentícios básicos para a população brasileira, e a baixos preços.

Na verdade, trata-se de mais que isso. O Estado, ao não privilegiar em suas políticas a produção camponesa, mostra a clara opção política por um outro modelo, o que é chamado de agronegócio. Entendemos que o PAA e o CDAF são projetos importantíssimos, mas há a necessidade de um conjunto de medidas articuladas que possam fazer com que os camponeses não necessitem ficar sob a tutela do Estado indefinidamente. Ou seja, não há uma tomada de posição política em favor do campesinato e do papel que este poderia ter na construção de uma sociedade mais justa. Os projetos não têm essa finalidade, já que a visão política e ideológica do Estado é a de que o campesinato está fadado ao desaparecimento.

Há que se fazer uma profunda reflexão sobre o papel da produção camponesa no Brasil. Isso passa pela discussão sobre a questão fundiária no nosso país e pelas condições de vida e de trabalho que existem nas cidades, sobretudo nas metrópoles, brasileiras. Continuar transformando o país em um “mar de cana” para produzir um “rio de álcool” é a alternativa de desenvolvimento para o século XXI? A contínua expropriação dos camponeses vai nos levar para onde?

Presume-se que tal processo deveria também produzir emprego para os recém-pauperizados, tornando-os proletários e expandindo o capitalismo em seu sentido clássico. Tratem-se de modificar um dos componentes: a mais-valia não é acumulada, nem na aldeia, nem nas cidades do interior mas em uma metrópole a 5.000 milhas de distância. O que se segue é uma “polarização” distorcida, na qual à tendência declinante não corresponde uma ascendente, ou seja, defrontamo-nos não com uma diferenciação e proletarização da maioria, mas com um processo de *pauperização* expresso no

fenômeno da “população excedente”, do “subemprego rural”, da “cultura da pobreza”, das favelas, etc. O que se produz não é um “exército industrial de reserva”, pois ninguém deve apelar para essas reservas nas décadas que virão. Tampouco são “desviantes”, “marginais”, ou qualquer outra palavra que suponha excepcionalidade, porque o grupo social a que se refere é central e constante em tal sociedade. (SHANIN, 1980, p. 56-57)

Sabemos que o sistema capitalista não irá inserir os expropriados do campo com condições dignas de emprego, moradia, saúde, educação etc. nas cidades. O que se observa é o contínuo crescimento das favelas e da miséria. Pensar em um modelo que seja socialmente justo e capaz de garantir ao conjunto da população brasileira condições de vida digna sem pensar na inserção do campesinato nesta sociedade como tendo um papel fundamental, a nosso ver, é inviável.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. Tempo de trabalho e tempo livre: por uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho. In: **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. Capítulo X (p. 173-178).

BARBANTI, Simone. **Retorno à terra**: como elo afetivo e meio de sobrevivência nos assentamentos rurais. São Paulo: Musa e FAPESP, 2006.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. In: **GEOUSP**, São Paulo: FFLCH/USP, n. 14, 2003. p. 107-117.

_____. **O bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo R.; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de (orgs.). **Meio ambiente Brasil**: avanços e obstáculos pós-Rio-92. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CASTRO, Eduardo. **Sistemas de produção no Assentamento Ipanema**: um estudo comparativo. São Paulo, 2004. 77 f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CHABARIBERY, Denise. Inovação e desigualdade no desenvolvimento da agricultura paulista. **Coleção Estudos Agrícolas**. São Paulo: IEA, 1999.

D'AQUINO, Teresinha. A Casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das Terras de Promissão-SP. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais do XX Encontro Nacional da ANPOCS**. Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1996.

FURLAN, S. A. **Lugar e Cidadania**: implicações socioambientais das políticas públicas de conservação socioambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião – SP). 2000. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia - FFLCH, USP, São Paulo, 2000.

GARCIA JUNIOR, Afranio Raul. **Terra de trabalho**: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LASSALVIA, Melissa Marina. **Imagens de um Mundo Vivido**: um estudo das paisagens do centro da metrópole paulistana com base na percepção da população usuária. São Paulo, 2004. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária**: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO. São Paulo, 2000. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. A atualidade do uso do conceito de Camponês. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002, João Pessoa. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: Associação dos Geógrafos Brasileiros.

_____. Terra e modernidade em assentamentos de reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen (org.). **Significados da terra**. Brasília: EdUnB, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O Sujeito Oculto**: Ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Vol. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (orgs.). **Geografia Agrária**: Teoria e Poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. Disponível em: <www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as transformações recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O campo no século XXI**:

Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra e Casa Amarela, 2004. p. 29-70.

SALAZAR, José Monteiro. **Araçoiaba & Ipanema**: a história daquela maravilhosa região, desde as forjas de Afonso Sardinha até a Real Fábrica de Ferro. Sorocaba: Digipel, 1998.

SANTOS, Elina O. **A Industrialização de Sorocaba**: Bases Geográficas. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

SHANIN, Teodor. A Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciência, n. 26, 1980. p.43-80.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. In: **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, vol. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997. Disponível em: <www.geografia.fflch.usp.br>

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: IEA/USP. **Desenvolvimento Rural (dossiê)**. São Paulo, vol. 15, n. 43, set/dez 2001. p. 37-50.

SILVA, Paulo Celso da. **De novelo de linha a Manchester paulista**: Fábrica têxtil e cotidiano no início do século XX em Sorocaba. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A longa caminhada**: (re) construção do território camponês em Promissão. São Paulo, 1999. 200 f. Tese (Doutorado em

Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: A árvore da liberdade. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

WOORTMANN, Klaas. “**Com parente não se neguceia**”: o campesinato como ordem moral. In: Anuário Antropológico/87. Brasília/Rio de Janeiro: Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.

Anexos

Anexo A – DECRETO N° 530, DE 20 DE MAIO DE 1992

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 225, § 1º, inciso III, da Constituição, e nos termos do art. 5º, alínea b , da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965,

DECRETA: Art. 1º Fica criada, no Estado de São Paulo, a Floresta Nacional de Ipanema, com área de 5.179,93ha (cinco mil, cento e setenta e nove hectares e noventa e três ares), correspondendo a parte da Fazenda Ipanema, do extinto Centro Nacional de Engenharia Agrícola, CNEA-Mara, bem como ao patrimônio nela contido, que passam a integrar a estrutura do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), vinculado à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, em igualdade com as demais florestas nacionais, cuja descrição do perímetro está abaixo descrito:

Tendo início em um marco de concreto denominado Vértice Ponte que possui a coordenada verdadeira E = 238.357,837 e N = 7.403.687,388, do Sistema UTM, cujas origens são o Equador (paralelo 0º) e o Meridiano 45º WGr., acrescido das constantes 10.000Km e 500Km, respectivamente. Deste marco inicial Vértice Ponte, também definido pelo Número 345, a divisa segue até o Ponto 392, desde ao Ponto 511, 612, 663, 818, 733, 724. Do Ponto 724 segue pelo Rio Ipanema no sentido montante até o Ponto 324, margeando a estrada de ferro (Fepasa). Deste ponto até o Ponto 345, ponto inicial.

Art. 2º A Floresta Nacional de Ipanema tem como objetivo o manejo de uso múltiplo e de forma sustentada dos recursos naturais renováveis, manutenção da biodiversidade, proteção dos recursos hídricos, recuperação de áreas degradadas, educação florestal e ambiental, manter amostras de ecossistemas e apoiar o desenvolvimento florestal e dos demais recursos naturais renováveis das áreas limítrofes à floresta nacional.

Art. 3º O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), celebrará convênio com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(Embrapa), visando a continuidade das ações em execução, inclusive a utilização dos laboratórios, bem como parte da Vila Ipanema.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de maio de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR

Anexo B – SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (Artigo 17)

LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.

Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

§ 1º A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.

§ 4º A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

§ 5º A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

§ 6º A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal.

Anexo C – Questionário aplicado às famílias do Assentamento Ipanema

- 1) Onde nasceu? E a esposa (marido)?
- 2) Qual é (era) o trabalho dos pais?
- 3) Quantos e quem são as pessoas que moram no lote (sexo, idade e grau de parentesco)?
- 4) Antes de vir para o assentamento, por onde morou e com o que trabalhou?
- 5) Durante a fase de acampamento, qual era a ocupação dos membros da família?
- 6) É o primeiro morador do lote? Se não, quantos moradores existiram antes?
- 7) Houve alteração nas pessoas que moram no lote desde a chegada ao acampamento/assentamento? Quais?
- 8) Qual a atividade dos membros da família (habitantes do lote) hoje? Como os diferentes membros da família contribuem para o orçamento familiar?
- 9) Por quais razões vai à cidade de Sorocaba ou Iperó (ou outra cidade)? Com qual frequência?
- 10) Quais as vantagens ou desvantagens de se morar perto da cidade?
- 11) Qual a melhor coisa de se morar no assentamento? E a pior?
- 12) Desenvolve alguma atividade em família? Qual? Vê alguma relação entre o envolvimento da família nesta atividade e o fortalecimento dos laços familiares? Explique.

Anexo D – Leis e Decretos que regulamentam o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA)

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003.

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam autorizados a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas ao abrigo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procerá, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem até 31 de maio de 2004, observadas as seguintes condições: [\(Redação dada pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

I - repactuação, pelo prazo de até dezoito anos, tomando-se o saldo devedor atualizado pelos encargos pactuados para situação de normalidade até a data da repactuação, incorporando-se os juros de que trata o inciso II, e calculando-se prestações anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 30 de junho de 2006;

II - a partir da data da repactuação, as operações ficarão sujeitas à taxa efetiva de juros de um inteiro e quinze centésimos por cento ao ano;

III - os mutuários farão jus, nas operações repactuadas, a bônus de adimplência de setenta por cento sobre cada uma das parcelas, desde que o pagamento ocorra até a data aprazada;

IV - os agentes financeiros terão até cento e oitenta dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei para formalização do instrumento da repactuação.

IV - os agentes financeiros terão até 31 de maio de 2004 para formalização dos instrumentos de repactuação. [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

Art. 2º Os mutuários adimplentes que não optarem pela repactuação farão jus ao bônus de adimplência de 90% (noventa por cento), no caso de pagamento total de seus débitos até 31 de maio de 2004. [\(Redação dada pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

Art. 3º Os mutuários com prestações vencidas a partir de 2001 poderão ser beneficiários da repactuação nas condições descritas nos incisos do art. 1º.

Art. 4º Os mutuários com obrigações vencidas em anos anteriores a 2001 terão duas alternativas para enquadramento nas disposições do art. 1º:

I - repactuação do somatório das prestações integrais vencidas, tomadas sem bônus e sem encargos adicionais de inadimplemento; ou

II - pagamento das prestações integrais vencidas, tomadas sem encargos adicionais de inadimplemento e aplicando-se o bônus de que trata o inciso III do art. 1º sobre o montante em atraso.

Art. 5º Fica autorizada a individualização das operações coletivas ou grupais ao amparo do PROCERA, inclusive as realizadas por associações e cooperativas, para possibilitar o atendimento a cada mutuário isoladamente.

§ 1º Os mutuários integrantes de contratos coletivos ou grupais, quando optarem pela operação individualizada de que trata o **caput**, poderão valer-se:

I - da faculdade prevista no art. 1º, se estiverem adimplentes com suas obrigações vencidas em anos anteriores a 2001;

II - de uma das alternativas constantes do art. 4º, se estiverem inadimplentes com suas obrigações vencidas em anos anteriores a 2001.

§ 2º Aplica-se às operações individualizadas o disposto nos [arts. 2º, caput](#), e [3º, caput](#) e [§ 1º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001](#), e mantém-se a garantia originalmente vinculada ao contrato coletivo ou grupal quando todos os mutuários optarem pela individualização.

§ 3º Nos casos em que pelo menos um dos mutuários integrantes de contrato coletivo ou grupal não optar pela individualização:

I - o agente financeiro fica autorizado a contratar operação de assunção de dívidas com cooperativa ou associação de cujo quadro social os mutuários participem, mantendo-se a garantia originalmente vinculada ao contrato coletivo ou grupal, para fins de assegurar que o bem em garantia permaneça servindo às atividades rurais dos agricultores; ou

II - fora da hipótese a que se refere o inciso I, havendo pelo menos um mutuário inadimplente que não optou pela individualização até o encerramento do prazo fixado no **caput** do art. 1º, para regularização das obrigações, o agente financeiro iniciará, no dia útil seguinte, as providências relativas ao encaminhamento do contrato para cobrança dos créditos pendentes e sua inscrição em Dívida Ativa da União, observada a legislação em vigor.

§ 4º Se houver execução da garantia vinculada ao contrato coletivo ou grupal, em decorrência do que dispõe o § 3º, inciso II, eventual sobra de recursos, depois de liquidadas as obrigações dos mutuários que não optaram pela individualização, será carreada à amortização, proporcionalmente, das operações individualizadas na forma deste artigo.

Art. 6º Cumpre aos agentes financeiros:

I - dar início às providências relativas ao encaminhamento dos contratos ao amparo do PROCERA para cobrança de créditos e sua inscrição em Dívida Ativa da União, observada a legislação em vigor:

a) em 30 de setembro de 2004, no caso dos mutuários com obrigações vencidas em anos anteriores a 2001 que não se valerem de uma das alternativas previstas no art. 4º; [\(Redação dada pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

b) após cento e oitenta dias do vencimento de prestação não paga; e

II - informar, no prazo de até cento e vinte dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei, à Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, os montantes envolvidos nas repactuações e nas liquidações de obrigações. [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

II - informar, até 30 de setembro de 2004, à Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda os montantes envolvidos nas repactuações e nas liquidações de obrigações.

Art. 7º Fica autorizada a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores e de suas cooperativas e associações, no valor total originalmente financiado de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em uma ou mais operações do mesmo beneficiário, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem até 31 de maio de 2004, observadas as seguintes características e condições: [\(Redação dada pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

I – nos financiamentos de custeio e investimento concedidos até 31 de dezembro de 1997, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no caso de operações classificadas como "PROGER Rural", ou equalizados pelo Tesouro Nacional, no valor total originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para investimento, e até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para custeio, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário, que não foram renegociados com base na [Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995](#), e pela Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000:

a) rebate no saldo devedor das operações de investimento equivalente a oito inteiros e oito décimos por cento, na data da repactuação;

b) bônus de adimplência de 30% (trinta por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, no caso das operações de custeio e investimento contratadas na região dos Fundos Constitucionais, e de 20% (vinte por cento) nas operações de custeio e investimentos nas demais regiões do País, sendo que, nas regiões do semi-árido, Norte do Espírito Santo e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área da atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, o bônus será de 70% (setenta por cento) para custeio e investimento; [\(Redação dada pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

c) aplicação de taxa efetiva de juros de três por cento ao ano, a partir da data da repactuação nas operações de investimento, e de quatro por cento ao ano nas de custeio;

d) no caso das operações de investimento, o saldo devedor apurado na data da repactuação será prorrogado pelo prazo de dez anos, incluídos dois anos de carência, a ser liquidado em parcelas iguais, anuais e sucessivas, sendo que as operações repactuadas de custeio serão liquidadas em três parcelas anuais, iguais e sucessivas, após um ano de carência contado da data da repactuação;

e) no caso de financiamentos com recursos dos mencionados Fundos Constitucionais, a adesão à repactuação dispensará contrapartida financeira por parte do mutuário, exigindo-se, nos demais casos, o pagamento, no ato da formalização do instrumento de repactuação, do valor correspondente a dez por cento do somatório das prestações vencidas, tomadas sem bônus e sem encargos adicionais de inadimplemento;

II – nos financiamentos de custeio e investimento concedidos no período de 2 de janeiro de 1998 a 30 de junho de 2000, ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no caso de operações classificadas como "PROGER Rural", ou equalizados pelo Tesouro Nacional, no valor total originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para investimento, e até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para custeio, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário:

a) os mutuários que estavam adimplentes em 3 de julho de 2003 ou que regularizaram seus débitos até 28 de novembro de 2003 terão as seguintes condições: [\(Redação dada pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

1. rebate de 8,8% oito inteiros e oito décimos por cento) no saldo devedor das operações de investimento, na posição de 1º de janeiro de 2002, desde que se trate de operação contratada com encargos pós-fixados; [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

2. no caso das operações de investimento, o saldo devedor apurado na data da repactuação será prorrogado pelo prazo de 10 (dez) anos, incluídos 2 (dois) anos de carência, a ser liquidado em parcelas iguais, anuais e sucessivas, sendo que as operações repactuadas de custeio serão liquidadas em três parcelas anuais, iguais e sucessivas, após 1 (um) ano de carência contado da data da repactuação; [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

3. aplicação de taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir de 1º de janeiro de 2002; [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

4. nas regiões do semi-árido, Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, será concedido um bônus de adimplência de 70% (setenta por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento; [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

b) os mutuários que se encontravam em inadimplência e não regularizaram seus débitos até 28 de novembro de 2003 terão as seguintes condições: [\(Redação dada pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

1. o saldo de todas as prestações vencidas e não-pagas deverá ser corrigido até a data da repactuação com base nos encargos originalmente contratados, sem bônus e sem encargos adicionais de inadimplemento; [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

2. para aderir à repactuação será dispensada contrapartida financeira por parte do mutuário nas regiões do semi-árido, Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene; [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

3. para aderir à repactuação nas demais regiões do País será exigido o pagamento do valor correspondente a 5% (cinco por cento) do somatório das prestações vencidas apuradas na forma do item 1 da alínea *b* quando os financiamentos forem realizados com os recursos dos Fundos Constitucionais, ou convertidos para esta fonte com base no § 3º deste artigo, e de 10% (dez por cento) do somatório das parcelas vencidas quando se tratar de contratos financiados exclusivamente por outras fontes, no ato da formalização do instrumento de repactuação; [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

4. sobre o saldo das parcelas vencido, apurado após o pagamento previsto nos itens 2 e 3 da alínea *b*, será concedido na data da repactuação um rebate de 8,2% (oito inteiros e dois décimos por cento), desde que contratadas com encargos pós-fixados, sendo aplicada taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir da data de renegociação; [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

5. na parcela do saldo devedor vincendo das operações de investimento será concedido na posição de 1º de janeiro de 2002 um rebate de 8,8% (oito inteiros e oito décimos por cento) no saldo devedor, desde que se trate de operação contratada com encargos pós-fixados, passando a ter uma taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir desta data; [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

6. o saldo devedor total apurado nas formas dos itens 4 e 5 da alínea *b* das operações de investimento será consolidado na data da repactuação e prorrogado pelo prazo de 10 (dez) anos,

incluídos 2 (dois) anos de carência, a ser liquidado em parcelas iguais, anuais e sucessivas, após 1 (um) ano de carência contado da data da repactuação; [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

7. nas regiões do semi-árido, Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, os mutuários que vierem a adimplir-se nessas condições farão jus a um bônus de adimplência de 40% (quarenta por cento) sobre cada parcela da dívida para até a data do respectivo vencimento. [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

c) aplicação de taxa efetiva de juros de três por cento ao ano a partir de 1º de janeiro de 2002, com as condições diferenciadas para o semi-árido previstas na alínea b do inciso I;

III – nos financiamentos de investimento concedidos nos períodos referenciados nos incisos I e II, ao amparo de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com valor total originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), observadas as seguintes condições:

a) aplica-se o disposto no inciso I ou II, conforme a data da formalização da operação original, para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que corresponda ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) na data do contrato original;

b) para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), mantêm-se os encargos contratuais vigentes para situação de normalidade.

§ 1º No caso de operações referenciadas no **caput** deste artigo formalizadas com cooperativa ou associação de produtores, considerar-se-á:

I - cada cédula-filha ou instrumento de crédito individual originalmente firmado por beneficiário final do crédito;

II - como limite individual, no caso de operação que não envolveu repasse de recursos a cooperados ou associados, o resultado da divisão do valor originalmente financiado pelo número total de cooperados ou associados da entidade que se enquadrarem como agricultores familiares, respeitado o mesmo teto de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para enquadramento.

§ 2º Na hipótese de liquidação antecipada e total do saldo devedor das operações a que se refere o **caput** deste artigo até 31 de dezembro de 2006, aplicar-se-á bônus adicional de dez por cento sobre o montante devido.

§ 3º Para efeito do disposto nos incisos II e III do **caput** deste artigo, ficam os gestores dos Fundos Constitucionais autorizados a reclassificar as operações realizadas simultaneamente com recursos do FAT e de um dos Fundos Constitucionais para a carteira do respectivo Fundo, bem como, nesse caso, a assumir o ônus decorrente das disposições deste artigo.

§ 4º Aplicam-se as condições previstas no inciso I, do **caput** deste artigo, aos mutuários que tenham renegociado as suas dívidas com base em legislações posteriores à Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000, exclusivamente nas áreas de abrangência dos Fundos Constitucionais, não sendo cumulativos os benefícios previstos nesta Lei com os anteriormente repactuados.

§ 5º Para os financiamentos de que tratam os incisos I e II, realizados na região Nordeste, no Norte do Espírito Santo e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, e lastreados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT em operações com recursos mistos desse Fundo e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, ou realizadas somente com recursos do FAT sem equalização, nessa região, cujo valor total originalmente contratado não exceda a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), prevalecem as seguintes disposições: [\(Redação dada pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

I - aplicam-se os benefícios de que tratam os incisos I ou II, conforme a data da formalização da operação original, para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que corresponda ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

II - a parcela do saldo devedor, apurado na data de repactuação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na região do semi-árido, incluído o Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, poderá ser prorrogada pelo prazo de 10 (dez) anos, incluídos 2 (dois) anos de carência, observado o seguinte: [\(Redação dada pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

a) os mutuários que estavam adimplentes em 3 de julho de 2003 ou que regularizaram seus débitos até 28 de novembro de 2003 terão as seguintes condições: [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

1. farão jus a bônus de adimplência de 50% (cinquenta por cento) sobre a prestação ou parcela liquidada na data do vencimento; [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

2. aplicação de taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir de 1º de janeiro de 2002; [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

b) os mutuários que se encontravam em inadimplência e não regularizaram seus débitos até 28 de novembro de 2003 terão as seguintes condições: [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

1. para aderir à repactuação será dispensada contrapartida financeira por parte do mutuário; [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

2. o saldo de todas as prestações vencidas e não-pagas deverá ser corrigido até a data da repactuação com base nos encargos originalmente contratados, sem bônus e sem encargos adicionais de inadimplemento, quando passam a ter uma taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano); [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

3. na parcela do saldo devedor vincendo das operações de investimento será aplicada uma taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir de 1º de janeiro de 2002; [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

4. os mutuários que vierem a adimplir-se nessas condições farão jus a bônus de adimplência de 20% (vinte por cento) sobre cada prestação ou parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento. [\(Incluído pela Lei nº 10.823, de 19.12.2003\)](#)

Art. 8º Fica autorizada, para os financiamentos até o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) concedidos aos produtores rurais que sejam lastreados por recursos de outras fontes que não os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no caso de frustração de safra por fenômenos climáticos em municípios decretados em situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do Governo Federal, a conversão das operações para o âmbito do Fundo Constitucional respectivo, mantendo-se integralmente as condições financeiras do PRONAF, nos casos de agricultores familiares, mini e pequenos produtores e, para os demais casos, as condições previstas no [art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001](#), com absorção dos respectivos ônus pelo Fundo Constitucional.

Art. 9º Fica o Ministério do Desenvolvimento Agrário encarregado das providências legais e administrativas necessárias à nomeação de liquidante para conduzir os trabalhos de encerramento das atividades do Fundo Contábil do PROCERA.

Parágrafo único. Fica a Secretaria Federal de Controle Interno incumbida de certificar os valores dos ativos e passivos do Fundo Contábil do PROCERA.

Art. 10. Ficam os gestores dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste autorizados a conceder bônus de adimplência sobre cada parcela da dívida paga até o vencimento, nas proporções e condições a seguir explicitadas, no caso de operações de crédito ao setor rural ao amparo de recursos desses Fundos, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem até noventa dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei:

I - operações de valor originalmente financiado de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

- a) nas dívidas contraídas até 31 de dezembro de 1994: trinta e cinco por cento;
- b) nas dívidas contraídas no ano de 1995: vinte e cinco por cento;
- c) nas dívidas contraídas no ano de 1996: dezenove por cento;
- d) nas dívidas contraídas no ano de 1997: dezessete por cento;
- e) nas dívidas contraídas no ano de 1998: catorze por cento;

II - operações de valor originalmente financiado acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

- a) para a fração de cada parcela que corresponda ao crédito original de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) aplica-se o disposto nas alíneas do inciso I;
- b) para a fração da parcela que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) são mantidos os encargos financeiros pactuados sem aplicação do bônus aqui estabelecido.

§ 1º Para aplicação do disposto neste artigo, considerar-se-á o somatório das operações existentes em nome do mesmo emitente do instrumento de crédito, identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se somente às operações que não foram contempladas com os benefícios estabelecidos no art. 7º desta Lei.

Art. 11. O prazo estabelecido pelo [§ 3º do art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001](#), para o encerramento das renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos dos Fundos Constitucionais, fica alterado para até noventa dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei, sem que essa dilação de prazo alcance a forma alternativa de que trata o art. 4º da referida Lei.

Art. 12. Para efeito do disposto no [art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002](#), admite-se que a regularização das parcelas em atraso até 28 de fevereiro de 2003, exclusivamente das operações adquiridas pela União sob a égide da [Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001](#), ocorra mediante a contratação de nova operação realizada pelo mutuário, até noventa dias após a regulamentação desta Lei, observadas as seguintes condições:

I – pagamento, em espécie, de dez por cento do saldo devedor em atraso;

II – refinanciamento em treze anos do saldo devedor remanescente, mediante repactuação vinculada à aquisição de Títulos Públicos Federais equivalentes a vinte inteiros e sessenta e dois centésimos por cento desse saldo remanescente, a serem dados em garantia ao credor.

Parágrafo único. Para as operações refinanciadas nos termos do inciso II deste artigo, aplicam-se os benefícios previstos nos [incisos I e II, do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002](#), sobre as parcelas de juros pagas até o vencimento.

Art. 13. O [inciso I do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

I - zero vírgula setecentos e cinquenta e nove por cento ao mês sobre o saldo principal, para a variação IGP-M do mês imediatamente anterior ao de incidência;

....."(NR)

Art. 14. Fica autorizada, para as operações adquiridas pela União sob a égide da [Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001](#), que são passíveis de enquadramento no [art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002](#), a substituição dos encargos financeiros pactuados, no período que se inicia em 28 de outubro de 2002 até sessenta dias após a data da publicação desta Lei, pelos encargos estabelecidos nos termos dos incisos I e II do **caput** do referido art. 2º.

§ 1º As prestações que estavam vencidas em 28 de outubro de 2002 são corrigidas da seguinte forma:

I - dos respectivos vencimentos até o dia 27 de outubro de 2002, pelos encargos financeiros definidos no [art. 5º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001](#);

II - de 28 de outubro de 2002 até sessenta dias após a data da publicação desta Lei, pelos encargos estabelecidos no [art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002](#)

§ 2º Aplicam-se as disposições do **caput** deste artigo às parcelas com vencimento a partir de 28 de outubro de 2002 até sessenta dias após a data da publicação desta Lei, desde que pagas até o vencimento.

Art. 15. Os bancos oficiais federais poderão, a seu exclusivo critério, retardar a propositura ou suspender processo de execução judicial de dívidas de operações de crédito rural, no caso de agricultores familiares, mini e pequenos produtores e de suas cooperativas e associações, quando envolverem valor originalmente financiado de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em projetos localizados em áreas de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, desde que haja reconhecimento da necessidade de reconversão de atividades para resgate ou ampliação da capacidade de geração de renda dos agricultores.

§ 1º Para efeito de reconhecimento da necessidade de reconversão de atividades, os bancos oficiais federais poderão se valer de estudos realizados por entidades de pesquisa e de prestação de assistência técnica e extensão rural.

§ 2º Excluem-se do disposto neste artigo as operações adquiridas sob a égide da [Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001](#), as renegociadas com base na [Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995](#), as contempladas pelo art. 7º desta Lei e aquelas formalizadas após 30 de junho de 2000.

§ 3º Aplicam-se as disposições deste artigo às operações lastreadas por recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

Art. 16. Os custos decorrentes desta Lei, no âmbito do PROCERA, dos Fundos Constitucionais e das Operações Oficiais de Crédito, serão compensados com o resultado decorrente do contingenciamento estabelecido pelo Poder Executivo neste exercício, nos termos do [art. 67 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002](#), e do [art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), que poderá ser liberado para estas ou outras finalidades.

Art. 17. Para efeito do disposto no [art. 1º, inciso I, alínea a, da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001](#), são considerados componentes dos encargos financeiros os rebates e os bônus por adimplemento que forem aplicados aos financiamentos concedidos aos beneficiários do PRONAF, consoante resolução do Conselho Monetário Nacional, cabendo o ônus desses benefícios ao respectivo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

Art. 18. O § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º

[§ 1º](#) O Poder Executivo poderá elevar o referido percentual até o limite de vinte e cinco por cento ou reduzi-lo a vinte por cento.

....."(NR)

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

[\(Regulamento\)](#)

§ 1º Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar.

§ 2º O Programa de que trata o **caput** será destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais.

§ 3º O Poder Executivo constituirá Grupo Gestor, formado por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, para a operacionalização do Programa de que trata o **caput**.

§ 4º A aquisição de produtos na forma do **caput** somente poderá ser feita nos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Art. 20. O Conselho Monetário Nacional, no que couber, disciplinará o cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as [Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002](#), e [10.646, de 28 de março de 2003](#).

Brasília, 2 de julho de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Roberto Rodrigues

Guido Mantega

Miguel Soldatelli Rossetto

José Graziano da Silva

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.873, DE 15 DE AGOSTO DE 2006.

Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado Grupo Gestor para implementação do Programa de Aquisição de Alimentos previsto no [art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003](#).

Art. 2º O Grupo Gestor será composto por representantes dos seguintes Ministérios:

I - do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o coordenará;

II - da Fazenda;

III - da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

IV - do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

V - do Desenvolvimento Agrário.

§ 1º Os membros e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 2º A participação no Grupo não ensejará remuneração e será considerada serviço público relevante.

Art. 3º O Grupo Gestor de que trata este Decreto definirá:

I - as modalidades e a sistemática de aquisição dos produtos agropecuários, cuja definição dos preços citados no [§ 2º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2003](#), deverá considerar as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar;

II - as regiões prioritárias para implementação do Programa de Aquisição de Alimentos;

III - as condições de doação dos produtos adquiridos a beneficiários enquadráveis no [art. 3º da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001](#), ou no Programa Nacional de Acesso à Alimentação, previsto na [Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003](#);

IV - as condições de formação de estoques públicos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos;

V - as condições de venda dos produtos adquiridos na forma deste Decreto;

VI - as condições de apoio à formação de estoques de alimentos por organizações constituídas por agricultores familiares; e

VII - outras medidas necessárias para a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos.

§ 1º Na venda a que se refere o inciso V, serão observados os parâmetros utilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB nos leilões e vendas em balcão de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.

§ 2º Os valores provenientes da venda de produtos agropecuários adquiridos com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza de que trata a [Lei Complementar nº 111, de 2001](#), serão integralmente a ele destinados.

§ 3º Aplica-se à aquisição de alimentos prevista neste Decreto as disposições estabelecidas no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, ou outra modalidade de seguro, que deverá cobrir cem por cento do valor da produção objeto da operação.

§ 4º A aquisição dos produtos agropecuários ficará adstrita aos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Art. 4º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, poderão firmar convênios com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para que dele participem, inclusive com aportes financeiros.

Art. 5º Fica estabelecido o valor máximo de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por agricultor familiar para a aquisição de produtos agropecuários de que trata este Decreto.

§ 1º O valor máximo de que trata o **caput** será considerado por ano e as aquisições realizadas nas diferentes modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos e pelos diversos agentes são cumulativas, salvo disposições em contrário.

§ 2º No caso da modalidade incentivo à produção e ao consumo de leite (Programa do Leite), o valor máximo por agricultor familiar será considerado por semestre.

§ 3º No caso de cooperativas, associações ou grupos informais, o valor limite de que trata o **caput** será considerado por agricultor familiar contemplado pela aquisição de produtos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, respeitadas as condições estabelecidas no § 1º.

Art. 6º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por intermédio da CONAB, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogado o [Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003](#).

Brasília, 15 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Patrus Ananias

Anexo E – Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF)

TÍTULO 27 – COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR – CDAF

COMUNICADO CONAB/MOC Nº 012, DE 15/06/2005

1) FINALIDADE: garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em conformidade com o art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/03, com o Decreto nº 4.772, de 02/07/03, e com a Resolução MESA/Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos nº 01, de 31/07/03.

2) BENEFICIÁRIOS: produtores enquadrados nos grupos A ao D do Pronaf, agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA nº 111, de 20/11/2003), comunidades indígenas e produtores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os beneficiários deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

3) NATUREZA DA OPERAÇÃO: Compra Direta dos produtos dos beneficiários enquadrados no item 2, deste normativo.

4) PRODUTOS AMPARADOS: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo e trigo, das safras 2004/2005 e 2005, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab/Matriz, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

5) ABRANGÊNCIA: todo o território nacional.

6) PREÇOS DE REFERÊNCIA: consoante o TÍTULO 31 do MOC.

7) VALOR DA COMPRA: peso líquido do produto multiplicado pelo preço de referência.

8) LIMITE DE COMPRA: até o valor da produção própria, não podendo ultrapassar R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por beneficiário/DAP/ano fiscal. Caso o beneficiário tenha participado de outro instrumento do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar será deduzido desse limite, o valor correspondente.

9) CONDIÇÕES PARA A COMPRA E LOCAL PARA ENTREGA DO PRODUTO: o produto in natura deverá estar limpo, seco, enquadrado nos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelo MAPA e o produto beneficiado acondicionado e nos padrões estabelecidos pelos Órgãos competentes e entregue nos Pólos de Compra (Unidades Armazenadoras próprias ou credenciadas, indicadas pela Conab) ou nos Pólos Volantes de Compra.

10) DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA: deverão ser entregues nos pólos de compra ou nos pólos volantes os seguintes documentos:

a) “DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF – DAP”, na forma prevista nos artigos 3º ao 6º, da Portaria MDA nº 075, de 25/07/03, consoante o Documento 1 – Anexo I, deste normativo; b) especificamente para os acampados, “DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA ACAMPADOS DA REFORMA AGRÁRIA – DAPAA”, na forma prevista no artigo 3º da Portaria MDA nº 111, de 20/11/03, consoante o Documento 1 – Anexo II, deste normativo;

c) Declaração com as seguintes especificações:

c.1) grupo informal: que o produto é de produção própria, estando desonerado de penhor ou de qualquer outro gravame, consoante o Documento 2 deste normativo, devendo ser preenchida individualmente;

c.2) grupo formal:

c.2.1) para produto in natura: que o produto foi recebido/adquirido de produtores enquadrados como beneficiários, à vista, por preço não inferior ao de referência vigente à época da operação, sem deduções, estando desonerado de penhor ou qualquer outro gravame, consoante o Documento 3 – Anexo I, deste normativo;

c.2.2) para o produto processado/beneficiado, próprio para o consumo humano: que o produto in natura foi recebido/adquirido de produtores enquadrados como beneficiários, à vista, por preço não inferior ao de referência vigente à época da operação, sem deduções, estando desonerado de penhor ou qualquer outro gravame, consoante o Documento 3 – Anexo II, deste normativo;

d) “TERMO DE RECEBIMENTO DE EMBALAGEM”, consoante o Documento 4, Anexo I, no caso de restituição, ou Anexo II, no caso de entrega antecipada, deste normativo;

e) Nota Fiscal de Venda:

e.1) do Produtor – A Nota Fiscal poderá ser dispensada nos termos do Convênio ICMS nº 49/95;
e.2) de Cooperativas ou associações de produtores – A Nota Fiscal será emitida com destaque de ICMS, se devido, caso os termos da cláusula décima § 6º do Convênio ICMS nº 49/95 não tenha sido ratificado na UF;

f) No caso de pessoa jurídica, certidão negativa junto ao INSS, FGTS, Dívida Ativa da União e Receita Federal e de pessoa física estar regular junto à Secretaria da Receita Federal.

11) COMPRA DO PRODUTO: confirmada a regularidade da operação, a Conab efetivará a compra mediante a emissão da Nota Fiscal de Aquisição.

12) ARMAZENAMENTO: Consoante o TÍTULO 08 do MOC.

13) CLASSIFICAÇÃO: para o produto in natura e beneficiado, o certificado de classificação poderá ser emitido pelos postos de serviço de classificação da Conab ou entidade credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e contratada pela Conab, consoante o TÍTULO 09 do Manual de Operações da Conab, visando a avaliação do produto de acordo com os padrões de identidade e qualidade do MAPA, observados os limites de compra e emissão do competente documento de classificação. Para o produto industrializado, o certificado ou o laudo será emitido pelo Órgão competente.

14) DESPESAS POR CONTA DO BENEFICIÁRIO: todas aquelas incidentes até a entrega do produto nos locais de compra, inclusive as despesas de transporte, carga/descarga e reensaque, caso necessário.

15) DESPESAS POR CONTA DA CONAB:

a) nas aquisições de produtor rural: classificação do produto e recolhimento do INSS e ICMS;

b) nas aquisições de cooperativas ou associações de produtores: classificação do produto e indenização do INSS e ICMS, mediante o comprovante do recolhimento.

16) ACONDICIONAMENTO: em embalagem de juta/malva nova ou usada (resistente, limpa, sem furos ou remendos), ou de polipropileno nova ou usada, (desde que não tenha sido utilizada no acondicionamento de adubos, produtos tóxicos ou nocivos à saúde humana e animal e seja resistente, limpa, sem furos ou remendos). Para a farinha de mandioca só será admitido o acondicionamento em embalagem de polipropileno nova e para a castanha de caju só será admitido o acondicionamento em embalagem de juta/malva nova ou usada. Quando o produto for entregue acondicionado em embalagem de acordo com a especificação do TÍTULO 07 do MOC, a Conab restituirá ou indenizará a mesma quantidade de sacaria entregue, consoante o item 10, alínea d, deste normativo. No caso em que a sacaria não se enquadre no padrão ou o beneficiário não disponha da embalagem, a Conab fornecerá, por meio de entidade representativa do beneficiário, a quantidade necessária para o acondicionamento do produto, consoante item 10, alínea d, deste normativo. O produto processado/beneficiado, próprio para o consumo humano, deverá estar acondicionado em embalagem própria de 5 kg líquidos para o arroz, 1 Kg líquido para a farinha de mandioca, a farinha de trigo e o feijão, 500g líquidos para o leite em pó integral (embalagem aluminizada), que não será fornecida, indenizada e nem restituída pela Conab. A entrega do produto processado/beneficiado poderá ser em fardos, sacos ou caixas.

17) PRAZO E PAGAMENTO:

a) será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data da emissão da Nota Fiscal, devendo o beneficiário indicar a instituição bancária, o número da conta corrente e da agência, para o recebimento do valor referente à venda do produto. Na eventual inexistência de conta bancária, a Conab realizará o pagamento por meio de “Ordem de Pagamento”, devendo o beneficiário dirigir-se a qualquer agência do Banco do Brasil S/A, de posse do CPF e dos documentos oficiais de identificação; b) quando a compra for de Grupo Formal (Pessoa Jurídica), a Conab fará a retenção na fonte do Imposto de Renda e Contribuições, na forma da legislação vigente.

18) SEGURO OBRIGATÓRIO: Consoante TÍTULO 11 do MOC.

19) CASOS OMISSOS: os casos omissos ou de natureza específica serão dirimidos pela Conab/Matriz.

Anexo F – Folha de São Paulo (25/06/2007)

Governo diz que valor é alto, mas compensa

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Diante de um dado do estudo que aponta a geração de três empregos diretos para cada família assentada, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) afirma que a reforma agrária "custa caro", mas que seus resultados compensam os investimentos.

"É uma obrigação do Estado levantar o custo de um programa que custa caro ao país. Fizemos o estudo para a sociedade avaliar se vale a pena ou não", disse o ministro. "Tenho certeza de que vale a pena, pela ocupação do espaço, pela geração de emprego e renda e pela comparação com outras atividades econômicas", completou.

O orçamento do ministério para 2007 é de R\$ 4,1 bilhões. Uma das conclusões do estudo da pasta é que cada família assentada representa a geração de 4,7 novos empregos, sendo três deles diretos. O trabalho indica ainda que cada R\$ 1 milhão investido pelo governo na reforma agrária reverte-se em 136 empregos diretos, 31 indiretos e outros 46 induzidos (efeito-renda).

Esses resultados foram colhidos com base em dados do próprio ministério e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com atualização da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e metodologia do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A relação de 136 empregos para cada R\$ 1 milhão investido coloca a atividade da reforma agrária à frente de setores como transportes, comércio e calçados. O estudo da pasta dividiu os dados da agropecuária entre "agropecuária familiar" e "agropecuária patronal" e considerou os assentados como agricultores familiares.

Fim do preconceito

Segundo o ministro, outro objetivo do estudo foi buscar informações reais para acabar com o "preconceito" daqueles que defendem a destinação somente de áreas mais baratas aos sem-terra.

"Cada Estado e cada região têm a sua própria característica", disse Cassel. Caso o proprietário não conteste o processo de desapropriação na Justiça, o período entre a primeira vistoria de uma área e o pagamento dos créditos de investimento aos recém-assentados pode levar até dois anos. "Queremos encurtar esse prazo, oferecendo, por exemplo, um novo tipo de crédito para a reforma agrária. O assentado deve, no início, produzir o equivalente à média da região. Em seguida, precisa gerar excedentes."